

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**SEPÉ TIARAJU, HERÓI LITERÁRIO:
FIGURAÇÕES DA IDENTIDADE**

Dissertação de Mestrado

Sione Gomes dos Santos

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

**SEPÉ TIARAJU, HERÓI LITERÁRIO:
FIGURAÇÕES DA IDENTIDADE**

por

Sione Gomes dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras, Área de Estudos Literários,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras

Orientador: Prof. Dr. Pedro Brum Santos

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**SEPÉ TIARAJU: HERÓI LITERÁRIO
FIGURAÇÕES DA IDENTIDADE**

elaborada por
Sione Gomes dos Santos

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Pedro Brum Santos, Prof. Dr.
(Presidente/Orientador)

Luís Augusto Fischer, Prof. Dr. (UFRGS)

Orlando Fonseca, Prof. Dr. (UFSM)

Santa Maria, 29 de setembro de 2006.

A meu padrinho missioneiro, Paulo Ivan
"Serenó" Fabrício, que foi embora cedo
demais e faz falta na comemoração de cada
conquista.

AGRADECIMENTOS

À orientação precisa do professor Pedro Brum Santos;

Aos amigos que, de diversas formas, foram essenciais nesta construção;

À minha família daqui de Santa Maria, de Porto Alegre, de São Paulo. Em qualquer lugar, sempre portos seguros.

“A estória não quer ser História.
A estória, em rigor, deve ser contra a
História.”

Guimarães Rosa - Tutaméia

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

SEPÉ TIARAJU: HERÓI LITERÁRIO: FIGURAÇÕES DA IDENTIDADE

AUTORA: SIONE GOMES DOS SANTOS

ORIENTADOR: PEDRO BRUM SANTOS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 29 de setembro de 2006.

A temática Sepé Tiaraju desenvolveu um significativo percurso na produção literária sul-rio-grandense, tanto por sua permanência, quanto pelas diferentes apropriações estabelecidas por diversos autores ao longo de décadas. Este trabalho enfoca o texto **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões** (1975), de Alcy Cheuiche, compondo a relação deste com outras obras referenciais na abordagem da temática e traçando as relações identitárias por elas propiciadas.

Tem-se por base o entendimento de que as manifestações culturais encaminham a construção da identidade de uma comunidade, seja ela uma nação ou uma região, bem como o papel privilegiado desempenhado pela literatura nesse processo. Assim, questiona-se o quanto a concepção literária desse herói indígena contribui para a transformação de parâmetros ou apenas para a manutenção e o fortalecimento de uma tradição cultural já instituída.

Palavras-chave: Sepé Tiaraju, literatura sul-rio-grandense, identidade

ABSTRACT

The thematic of Sepé Tiaralu developed a meaningful course in the southern literary production is not only because of its persistence but also due to different appropriations established by various authors along the decades. This paper focuses on the text “Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões” (Sepé Tiaraju: the novel of Seven People of the Missions), 1975, by Alcy Cheuiche, composing a relation between the text with other referencial pieces in the thematic approach and constructing the identity relations propriated themselves.

There's an understanding that cultural manifestations refer construction of an identity of a community, be it a nation or a region, as well as the privileged role played by literature in the process. Thus, the contribution to transform parameters or just the maintenance and the strengthening of a cultural tradition already instituted of this indian hero's literary conception is questioned.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1 FIGURAÇÕES DA IDENTIDADE EM <i>SEPÉ TIARAJU: ROMANCE DOS SETE POVOS DAS MISSÕES</i> , DE ALCY CHEUCHE.....	12
1.1 O Sepé de Cheuiche.....	12
1.2 Os narradores.....	14
1.3 As personagens e os ambientes.....	23
2 REGIÃO/NAÇÃO: UMA “COMUNIDADE IMAGINÁRIA”.....	31
2.1 A região imaginada.....	31
2.2 Regionalismo: retrato de uma região.....	43
2.3 Temas sul-rio-grandenses.....	53
3 SEPÉ TIARAJU: UMA TEMÁTICA IDENTITÁRIA.....	59
3.1 Sepé: da origem às apropriações.....	59
3.2 Múltiplos Sepés literários.....	66
4 SEPÉ REVELADO/OCULTADO PELO OLHAR DO COLONIZADOR...	83
4.1 Esquematização de <i>Sepé Tiaraju: romance...</i>	83
4.2 O narrador colonizador.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95

BIBLIOGRAFIA	98
ANEXOS	105

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sepé Tiaraju foi uma personagem do período de definição dos limites das conquistas territoriais de portugueses e espanhóis no continente americano, no século XVIII. Passou para a História ao se tornar um dos muitos nomes envolvidos na fixação das fronteiras do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Na Literatura, porém, Sepé não está inscrito apenas no passado de 250 anos atrás, encerrado na morte prematura ocorrida em combate a 7 de fevereiro de 1756. Sepé é personagem do agora, ainda que continue sendo contextualizado no espaço histórico das Guerras Guaraníticas. É herói – hoje reconhecido, oficialmente, em âmbito estadual e nacional –, é ícone telúrico. Virou referência em relação à “terra de seus ancestrais”, que, como se afirma, defendeu com bravura e desprendimento. No entanto, nem sempre manteve intactas as características originais de índio guerreiro e livre.

O projeto *Sepé Tiaraju, herói literário: figurações da identidade*, desenvolvido como dissertação de mestrado na área de Estudos Literários, linha de Literatura, história e identidade, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), teve por objetivo perceber como representações literárias dessa temática de estratificação indígena apresentam, ou reafirmam, conceitos relevantes quanto à identidade regional. O estudo enfoca as principais apropriações do tema, recorrendo a algumas reflexões que existem sobre ele e toma por objeto de análise o texto **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões**, do autor sul-rio-grandense Alcy Cheuiche, buscando compreender como este autor contemporâneo maneja as ditas questões identitárias regionais.

A conceituação de nação como uma comunidade imaginada por Benedict Anderson perpassa a abordagem do presente estudo. Como desdobramento desse enfoque, trata-se da região sob o mesmo prisma, ancorando tal proposta nas noções postuladas por Eric Hobsbawn que vislumbra, nas tradições inventadas, os pilares de sustentação das idéias de identidade nacional e também regional. Na reflexão sobre construção identitária constituída a partir de liames culturais, foram basilares os textos de Albert Memmi, Néstor García Canclini e Stuart Hall, entre outros. Ainda, o entendimento do regionalismo literário passou, obrigatoriamente, pelas contribuições de Lúcia Miguel-Pereira e Antonio Candido, além de Regina Zilberman, Antonio Hohlfeldt e Lígia Chiappini – todos eles aproveitados para se pensar a produção sul-rio-grandense.

A dissertação está estruturada em quatro partes. A primeira apresenta a narrativa literária sobre a qual se concentram as análises e caracteriza o protagonista, as demais personagens, os ambientes e o narrador. O segundo capítulo reflete sobre a percepção da nação/região como comunidade imaginada, bem como sobre o papel que a tradição ocupa no fortalecimento de parâmetros culturais que acabam por se tornarem pilares do imaginário. Por fim, busca evidenciar a caracterização do gênero regionalista e o seu funcionamento enquanto construtor da identidade local.

A terceira parte do estudo resgata análises acerca das apropriações de Sepé Tiaraju, na perspectiva de evidenciar a diversidade de possibilidades de estudo que a temática propõe. Nesse particular, desenvolve-se uma leitura de abordagens que elucidam a problemática, como as de Eliana Inge Pritsch, Vânia Pinheiro Chaves, Marilene Weinhardt e Maria Beatriz Caringi.

Na quarta etapa, por fim, procura-se estabelecer os nexos entre a apropriação construída por Alcy Cheuiche e os reflexos dessa apropriação, percebidos a partir de estudos culturais que procuram identificar as seqüelas, em sua maioria inconscientes, deixadas como resquícios do processo de colonização nas sociedades que estiveram sob o jugo das nações européias por vários séculos.

1 FIGURAÇÕES DA IDENTIDADE EM **SEPÉ TIARAJU:** **ROMANCE DOS SETE POVOS DAS MISSÕES, DE ALCY CHEUCHE**

1.1 O Sepé de Alcy Cheuiche

A figura literária Sepé fez seu primeiro aparecimento em **O Uruguai** (1769), de Basílio da Gama, e foi introduzida na literatura sulina pelas mãos de Simões Lopes Neto, em *O lunar de Sepé* (1913). Depois, várias vezes obras referenciais da historiografia literária sul-rio-grandense se apropriaram dessa figura. Na década de 70 do século XX, a personagem voltou a ter destaque como o herói de **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões** (1975), do escritor gaúcho Alcy Cheuiche.

Tal obra é o segundo romance de Cheuiche, que já havia escrito **O gato e a revolução** (1967) e, posteriormente, lançado outros sete títulos no gênero. São eles¹: **O mestiço de São Borja** (1980), **A Guerra dos Farrapos** (1984), **Ana Sem Terra** (1990), **Lord Baccarat** (1992), **A Mulher do Espelho** (1995), **Nos Céus de Paris: romance da vida de Santos Dumont** (1998) e **Jabal Lubnàn, as aventuras de um mascate libanês** (2003). Também autor de crônicas e de poemas, Cheuiche tem sua bibliografia completada por diversas outras publicações. O escritor foi várias vezes premiado, é

¹ As datas das publicações, bem como a seqüência de edições de **Sepé Tiaraju: romance...**, mencionadas têm por referência os dados sistematizados pelo Instituto Estadual do Livro (IEL/RS) e publicados no fascículo dedicado ao escritor na coleção **Autores gaúchos – Nova série**, publicado em 2002, tendo sido acrescentado, apenas, o romance lançado em 2003.

membro vitalício da Academia Rio-Grandense de Letras e sócio-fundador da Associação Gaúcha de Escritores; ocupou o cargo de diretor do Departamento de Cultura do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) durante cinco anos (1983-1987), bem como é integrante de outras entidades culturais.

Recaracterizado, por vezes, mas sempre estreitamente relacionado ao contexto do qual emergiu, a personagem Sepé figura entre as que se mantiveram presentes na produção sulina ao longo dos tempos. A escolha dessa determinada personagem e, por conseqüência, a menção ao tempo e à localização geográfica a que ela remete é um dos indicativos da definição ideológica que os escritores sinalizam em relação à produção de significados por suas obras. É o que aponta Regina Zilberman² ao estudar os modelos de representação propostos por Erico Verissimo, em **O Continente**, no qual Sepé Tiaraju aparece no episódio *A Fonte*:

Eleger o século XVIII, como época, e as missões jesuíticas, como espaço, não significa apenas a rejeição de teses sobre a formação do Rio Grande do Sul e sobre sua composição étnica. Representa também a preferência por um episódio marcado pelo espírito civilizatório, pela parceria entre povos distintos, pelo esforço de produzir cultura³.

A autora situa a experiência dos jesuítas, ao estabelecerem os Sete Povos das Missões, como única em termos de colonização, catequese e aculturação. A valorização de tal experiência, assim como fez Manoelito de Ornellas, em **Tiaraju** (1945), contradiz teses que excluía o indígena da formação étnica do Estado. Ao contrário disso, a abordagem da temática fortifica a percepção, defendida pela corrente historiográfica platinista, de que Sepé e o contexto ao qual pertence são raízes fundamentais na construção da identidade sul-rio-grandense, em primeiro lugar, mas também brasileira e latino-americana.

Com **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões**, Alcy Cheuiche se alia aos que valorizaram a experiência jesuítica no território sul-rio-grandense. A obra está, atualmente, na sexta edição, datada de 2004. As edições anteriores são de 1975,

² ZILBERMAN, Regina. História e literatura no Rio Grande do Sul. In: SCHÜLER, F. L.; BORDINI, M. G. (orgs.) **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 69-80.

³ Idem.p. 77.

1978 (2. ed.), 1984 (3. ed), 1993 (4. ed.) e 1994 (5. ed). No Exterior, o romance foi publicado no Uruguai (1995, Ediciones de La Banda Oriental, atualmente em 2. ed.) e na Alemanha (1996, Ed. Erlangen). Já na dedicatória do livro, o autor dá indícios das intenções que nortearam a narrativa: “Dedico este livro a todas as minorias raciais que nesta e noutras regiões do globo lutam por sua dignidade e sobrevivência.”.

Na dedicatória, também reproduzida em espanhol e em alemão nas edições traduzidas, o escritor aproxima sua representação de Sepé ao rol dos excluídos, independentemente de quem sejam eles ou de onde estejam situados. Indo além da questão indígena, que está no cerne da abordagem do romance, ele propõe que seu herói seja baluarte de uma luta expandida, que diz respeito “a todas as minorias raciais”. Assim, sugere que, por meio da personagem e de seu empenho pela manutenção de seu povo nas terras que haviam pertencido a seus ancestrais, possa ser feita uma leitura universalizada, capaz de traduzir as mais diversas iniciativas motivadas pela busca de “dignidade e sobrevivência”.

1.2 Os narradores

A obra **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões** está estruturada em três partes, que correspondem a *Livro primeiro: a gênese de um jesuíta*; *Livro segundo: as missões do Rio Uruguai* e *Livro terceiro: o Tratado de Madrid*. O conjunto reúne 28 capítulos, estando oito no livro primeiro e dez capítulos em cada um dos dois segmentos seguintes. A tríplice divisão também pode ser percebida na construção da

linha narrativa. Tal compreensão é claramente expressa por Marilene Weinhardt⁴, em tópico dedicado à obra, ao estudar os romances da Região Sul:

A linha narrativa parte-se em três focos: a vida e a morte de Sepé, como anunciam o título e o narrador; a história dos Sete Povos das Missões, como indica o subtítulo, história que não se confunde exatamente com a do herói, ainda que este represente parte significativa dela; [e] a crônica do narrador, que registra, além das informações sobre o processo narrativo, as dificuldades para controlar as recordações e a necessidade de aproveitar bem o pouco tempo que lhe resta⁵.

O romance é narrado em primeira pessoa e o foco narrativo transita entre o protagonista e o herói. “Estou velho.” (ST, 17)⁶. É com essa declaração que o padre jesuíta holandês – que vasculha suas memórias para reconstituir a história que vai contar – dá início à narrativa.

Pode-se identificar na obra, segundo as categorias de Norman Friedman⁷, dois ângulos distintos desse narrador. No livro primeiro, ele se apresenta, prioritariamente, como narrador-protagonista. Quem conta – o velho Michael, ou melhor, o padre Miguel para os missionários – é também quem vivenciou as situações contadas:

Abraçado ao mastro às costas de Bem Ami, girei o corpo com cuidado, flexionando as pernas para não escorregar, e contemplei Amsterdã, que desaparecia no horizonte. Foi a última vez que vi minha terra natal (...). A brisa do rio penetrava em meus pulmões, meus olhos se enevoavam, enquanto as gaivotas esvoaçando em redor de nossas cabeças enchiam o ar com seus gritos assustados. (ST, p.31).

A partir do segundo livro, tal posição sofre transformação, e o narrador-protagonista vai cedendo espaço ao narrador-testemunha. Com isso, o relato deixa de focar prioritariamente o padre para tornar-se cada vez mais centrado nas ações que envolvem a personagem Sepé Tiaraju:

⁴ WEINHARDT, Marilene. **Ficção histórica e regionalismo: estudo sobre romances do Sul**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004.

⁵ WEINHARDT. Op. cit. p. 49.

⁶ Como repete-se muitas vezes a referência ao romance **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões**, optou-se apenas por abreviar o título do romance em *ST* e indicar, no interior do texto e não em nota de rodapé, a página de onde se retirou a citação. Esta maneira de organização da referência bibliográfica só vale para o romance aqui estudado.

⁷ FRIEDMAN, Norman. Point of view in fiction: the development of a critical concept. In: STEVICK, P. **The theory of the novel**. New York: Free Press, 1967. p.108-137.

Posto a par dos termos da missiva, Sepé manteve-se irredutível:
- Partirei para Buenos Aires um mês antes da data prevista para a chegada do Pe. Altamirano.
(...)
Sepé levava às costas uma sacola de couro de capivara com apenas o indispensável para passarmos alguns dias na cidade. (ST, p. 126-127).

Em ambas as categorias referidas, conforme a tipologia do narrador proposta por Friedman, não há onisciência. É revelado ao leitor aquilo que ele, como observador, poderia descobrir de maneira legítima. Tanto narrador-protagonista como narrador-testemunha se encontram quase que inteiramente limitados a seus próprios pensamentos, sentimentos e percepções, configurando a alternância entre focalização interna e externa. No primeiro, o ângulo de visão é aquele do centro fixo. No segundo, a história é mostrada a partir da periferia da cena. Marilene Weinhardt assinala essa estratégia de deslocamento ao conjecturar que “a opção pelo narrador-testemunha tem o efeito de amainar as cores de relato mítico”. Na estrutura proposta pelo autor, narrador autodiegético⁸, em um primeiro momento, e narrador homodiegético, a partir da metade do segundo livro, complementam-se na constituição da narração ulterior.

A definição de um narrador autodiegético fica evidenciada ao longo de todo o primeiro livro. Excetuando-se algumas digressões – provocadas por pensamentos e, inúmeras vezes, questionamentos e angústias, que remetem a situações vivenciadas por Sepé –, é apenas a vida de Michael, filtrada por sua subjetividade, que está em relevância na parte inicial do texto. Tais insubordinações da memória são imediatamente repreendidas pelo próprio narrador, que demonstra grande custo em contê-las.

Assim, passando-se pela infância problemática, dividida entre a afetividade submissa da mãe Ellen e a brutalidade do pai Jan, contrastante com a possibilidade da vivência da arte e da sensibilidade representada pelo tio Vincent, são identificados os traços que marcaram os primeiros anos de sua vida. A irmã Heidi, alguns anos mais velha, completa o núcleo familiar com o qual Michael decide romper depois de um acontecimento traumático.

⁸ Expressões introduzidas nos estudos narratológicos por Genette (1972), cuja descrição e possibilidades de emprego no campo da análise literária são amplamente trabalhadas em REIS, C.; LOPES, A. C. **Dicionário de Narratologia**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2002. p. 247-267.

Ao completar quinze anos, o garoto é, furtivamente, levado pelo pai à casa do tio Eric. Lá o espera uma espécie de ritual de iniciação, compatível ao método “educativo” paterno, que lhe “presenteia” com uma cena de forte impacto sexual (o encontro de um garanhão e de uma égua no cio), seguida de um banquete com farta comida, abundância de bebida e várias demonstrações violentas. O objetivo do pai, que é despertá-lo para o sexo e moldá-lo a sua semelhança, pois “filho de macho só pode ser macho. Mesmo que saiba ler e escrever...” (ST, p. 23), é instantaneamente atingido. Michael percebe que

algo de novo e estranho nascia dentro de mim. Com as silhuetas em movimento, destacadas contra o sol nascente, o garanhão mordida e era mordido pela fêmea, num coro de relinchos e estalar de coices. O que mais me surpreendia era não sentir o meu costumeiro horror à violência e, ao contrário, acompanhar a cena com gozo e prazer (ST, p. 24).

A continuidade do ritual, no entanto, devolve-lhe a repulsa. Depois de outros atos brutais, como estrangular galinhas e matar um porco esfaqueando-o no coração, a aparente aceitação das “regras de comportamento” impostas pelo pai esconde a verdadeira reação do adolescente:

Enquanto esfregava as mãos no lodo e procurava enxergar meu rosto nas águas do rio para ver se algo havia mudado, nasceu-me a idéia que me obcecou pelos próximos meses. Fugir. Viajar para bem longe de meu pai e de suas mãos de dedos nodosos e unhas sujas que me empurravam para o abismo da violência. (...) Nada fiz, porém, naquele dia que pudesse delatar a decisão tomada. (ST, p. 26).

O plano de fuga é concretizado com a ajuda do médico Axel Van Bruegel, desafeto de seu pai, que intermedia a negociação para que Michael seja aceito a bordo de um navio que está de partida do porto de Amsterdã. O adolescente é entregue aos cuidados do marujo Ben Ami, que o adota como aprendiz e assume a tarefa de orientá-lo em todos os aspectos. Em alto-mar por mais de quarenta dias, Michael demonstra capacidade de rápido aprendizado e, além das rotinas de marinheiro, compartilha dos conhecimentos de seu mestre em áreas como filosofia, astronomia e medicina. Em uma escala em terra firme, já no continente americano e em visita a uma aldeia de judeus, o jovem se depara com os apelos do coração. Sua atenção é cativada por uma garota

que está se casando: “Judith, a moça de cabelos negros e olhos de gazela, que por um momento foi meu primeiro e único amor” (ST, p. 39).

De volta ao mar, Michael protagoniza outro dos episódios que lhe marcarão a existência. A inseqüência de um marinheiro provoca a morte de um dos habitantes da ilha onde o navio aporta. Finda a cordialidade que havia caracterizado o contato inicial com os nativos, gera-se um confronto sangrento. Michael se vê obrigado a assassinar um homem para salvar a vida de seu tutor:

Um selvagem de incrível estatura ergueu sobre a cabeça uma enorme pedra com a intenção de jogá-la sobre Ben Ami. Num movimento instintivo, lancei o corpo para frente e trespassei-lhe o ventre com a espada. O gigante tatuado caiu sobre mim numa golfada de sangue e, mesmo ferido de morte, ainda teria me estrangulado, se dois marujos não viessem em meu socorro. (ST, p. 50).

Em decorrência disso, mais um episódio traumático soma-se às experiências do jovem, então com dezenove anos. Do enfrentamento na ilha, Ben Ami fica com uma das pernas gravemente ferida. Apesar dos cuidados médicos de Michael, o ferimento evolui para gangrena e põe em risco a vida do marujo. A única solução, prescrita pelo próprio Ben Ami, é a amputação da perna. A difícil tarefa caberá a Michael:

Voltando as costas ao timoneiro, encostei a cabeça contra a parede da cabine e comecei a chorar como uma criança. Meu corpo estava alagado de suor e minhas mãos tremiam. Mesmo assim, dirigi-me ao baú e tratei de procurar o pacote de couro negro. (...) Atei-lhe fortemente o garrote a um palmo acima do joelho. O primeiro corte do escalpelo, o timoneiro deu um urro e acertou-me um pontapé com a perna sã que me jogou contra a parede. Os marujos ataram-lhe a perna contra o catre e amontoaram-se por cima dele, enquanto eu completava a incisão e cauterizava os vasos. (ST, p. 53)

O peso moral acumulado nos poucos anos de vida, que parece a Michael não estar muito distante da existência violenta programada por seu pai, e a esperança de conseguir aproximar-se da paz que almeja faz com que tome uma decisão radical: tornar-se membro da Companhia de Jesus. Questionado por Ben Ami, que procura alertá-lo para a “escravidão” religiosa a que os jesuítas estariam submetidos, ele mantém-se determinado: “o que tenho certeza é de que os jesuítas são úteis a seus semelhantes” (ST, p. 57). Convicto, Michael se separa de seu protetor e parte para o aprendizado que o tornará o padre Miguel, um discípulo empenhado em ser fiel aos

princípios da “contemplação dentro da ação” e comprometido com “a obediência cega a nossos superiores e a busca de almas para o rebanho do Criador” (ST, p. 57).

No segundo livro, em específico a partir do capítulo cinco, que situa o menino Sepé com onze anos, e no terceiro livro, já no contexto das Guerras Guaraníticas, o narrador assume contornos que o caracterizam como homodiegético. Não são mais os fatos e atitudes relativas a Padre Miguel que estão em ênfase, mas sim a vida de Sepé. A proximidade do narrador com o líder indígena, que o tem na posição privilegiada de orientador e confidente, permite-lhe acesso a ações e reações que não poderiam ser do conhecimento de mais ninguém: “- Pe. Miguel, tenho medo. Um medo que me devora as entranhas. Somente ao senhor poderia dizer o que sinto. Preciso receber a comunhão amanhã bem cedo para ter coragem de seguir em frente” (ST, p. 163).

Apesar do estranhamento da presença de um padre em campo de batalha, Padre Miguel apresenta-se como testemunha ocular até mesmo no confronto que resultou na morte do cacique. Com o subterfúgio de, na última hora, ainda tentar dissuadir Sepé de lutar contra o desterramento, tendo em vista a supremacia militar do adversário, Padre Miguel depara-se, perplexo, com a cena fatal:

Sepé reunira seus homens na orla do capão de mato. (...) A lança de Sepé atinge o primeiro soldado espanhol. Cavalos se chocam peito a peito estrebucham pelo chão. O combate é uma loucura de sangue. (...) Os dragões portugueses atacam os índios pela retaguarda. Vão morrer todos, meu Deus! A fuzilaria redobra de intensidade. Já poucos guaranis restam de pé no campo de batalha. Sepé reúne os remanescentes e parte para uma nova carga. Sua lança levanta da cela um dragão português. Três, quatro soldados inimigos o cercam. Uma lança o atinge pelas costas. Seu corpo tomba sobre o pescoço do cavalo. Alexandre dá um berro de dor e desespero e despenca-se a galope coxilha abaixo. A poucos passos do corpo inanimado de Sepé, um tiro de mosquete o atinge em pleno peito. (ST, p. 177).

Marcadamente uma característica usual dos narradores autodiegéticos e homodiegéticos, a intrusão do narrador é uma constante ao longo de todo texto. A expressão da subjetividade de Padre Miguel interfere inúmeras vezes, intercalando-se com a narração dos diversos episódios. Intervém para demonstrar sua preocupação em levar a cabo a missão a que se determinou a cumprir, revelar suas angústias e questionamentos acerca de sua responsabilidade e participação no desenrolar dos

fatos que está narrando, bem como para fazer o inventário das personagens que contribuíram decisivamente para seu desenvolvimento.

As referências e os traumas da infância voltam a assombrar Padre Miguel, que se pergunta o quanto de seu, e dos seus, teria influenciado Sepé. Com isso, lança sobre si a possibilidade de ser culpado pela morte do líder guarani:

Para desgraça minha, a pena que fixa o tempo passado parece segura pela mão de meu pai, brutal e terreno, e não pelas mãos brancas e esguias de meu tio Vincent, que desenhavam poesias e faziam brotar lágrimas de sensibilidade nos olhos verdes de minha mãe. (...) Até onde minha influência de guia espiritual moldou um pouco de meu pai, de tio Vincent, de minha mãe, talvez de mim mesmo, na cabeça do indiozinho guarani que debulhava suas sementes de angústia sentado numa pedra nas coxilhas de São Miguel? Será que a minha influência nos seus verdes anos não foi responsável pelo seu gesto final? (ST, p. 21).

Mas se há culpa, também está expressa a convicção da personagem em ter trilhado um caminho que lhe teria sido aberto por Deus:

Ainda agora, quando escrevo estas linhas com a mão trêmula da velhice, tenho de acreditar, na minha humildade, que a mão da Providência Divina guiou o Dr. Van Bruegel para levar-me ao encontro do meu destino. Sem ele e sua coragem de acreditar num menino de dezesseis anos, libertando-o para a vida e depois para o serviço de Deus, nunca teria eu trilhado os caminhos da jovem América e participado da Grande Missão. (ST, p 29).

O padre-narrador vai, desse modo, desfiando a história sob a confluência de ações passadas e avaliações do presente, que, do ponto de vista dos leitores, também já é passado. Nessa mescla de tempo e espaço, também vão se encaixando as figuras que foram decisivas em seu percurso missionário, como o aludido Ben Ami. Ao timoneiro que o adotou como filho e o protegeu mesmo que ao custo da própria vida, perdida depois de ajudá-lo a salvar Sepé do enforcamento em Buenos Aires, credita até mesmo a capacidade de cumprir a missão de narrar a “verdade” sobre a vida do cacique missioneiro:

Precioso e querido mestre Ben Ami. Em pouco mais de dois meses soubeste levar tanta luz e amor ao meu coração de adolescente, que até hoje teus ensinamentos sobrenadam nos destroços da minha velhice. Talvez por eles, meu velho amigo, é que eu tenha a coragem de soprar na poeira do tempo para contar a história de Sepé Tiaraju. (ST, p. 34).

E contabiliza as perdas inestimáveis resultantes das Guerras Guaraníticas:

Sepé morrera aos trinta e quatro anos de idade pelas mãos de homens que nunca o conheceram. Com ele morria também a grande nação guarani. A própria Companhia de Jesus foi proscrita em todo o mundo. Expulsos de Portugal, de Espanha, de todas as colônias, os jesuítas pagaram pelo crime de não ter abandonado os guaranis. Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo. (...) Ninguém pode servir a dois senhores. Teu exemplo despertará as consciências de muitas gerações. (...) A pedra guardará para sempre o teu segredo. (ST, p. 181).

Ao mesmo tempo em que se propõe a reconstituir os fatos fundamentais que vivenciou e a narrá-los, o velho missioneiro aproveita o olhar voltado ao passado para questionar os atos e, até mesmo, os dogmas aceitos ao assumir a vida religiosa:

Pobres de nós pecadores para julgar os pecados dos outros e principalmente dos entes que amamos! Ao negar o perdão a Sepé, talvez eu tenha cedido a um desejo de vingança. Vingança contra meu pai, contra o garanhão negro, contra minha situação de eunuco espiritual. (ST, p 25).

Que Deus perdoe esse velho missionário que já no fim da vida começa a blasfemar contra princípios que os homens fizeram sagrados. Não creio, porém, que o Senhor Todo-Poderoso possa ignorar a bondade e a pureza das almas que partem sem batismo cristão. (...) E quero acreditar que, se Ele me retirou da calma de Savannah e de sua gente honesta, não foi para evitar minha perdição entre os hereges, e sim porque naqueles dias nascia em São Luís das Missões um indiozinho batizado José Tiaraju que o Senhor me destinara a acompanhar até a morte. (ST, p. 44).

Em outros momentos, toma as dores da congregação, atribuindo ao poderoso ministro do reino português a motivação perversa que levou a tantas mortes e destruição:

Não contávamos com o ódio do Marques de Pombal, cujo objetivo maior era a destruição da Companhia de Jesus. O destino das Missões Orientais era jogado nos salões da Europa. Gomes Freire, Valdelírios, Sepé, Nhenguiru e todos nós missionários nada mais éramos do que peças manipuladas no tabuleiro das cortes (ST, p. 171).

Essa oscilação do narrador entre os elementos de sua fé, os dogmas do catolicismo, as políticas colonizadoras e o investimento afetivo em relação a Sepé e aos índios demonstram o esforço de Cheuiche em dosar o caráter de seu narrador-personagem segundo lógicas que lhe dêem consistência e o tornem convincente. Neste sentido, observa os preceitos de uma tradição literária já preconizada por Aristóteles.

Caracterizando o processo de verossimilhança, Gérard Genette⁹ aponta três possibilidades: o discurso verossímil clássico, o inverossímil ou arbitrário e o arbitrário motivado. O princípio da primeira dessas situações estaria na tendência de “identificar cada vez mais nitidamente o verossímil com o devendo-ser”, o que a mantém aliada à proposição de Aristóteles do verossímil quanto à conformidade, conveniência e propriedade em relação aos costumes. Segundo Genette, “na verdade, verossimilhança e conveniência confundem-se sob um mesmo critério”. Esse critério é, para o teórico francês, a opinião do público, ou seja, “uma ideologia, isto é, um corpo de máximas e de preconceitos que constitui em seu todo uma visão do mundo e um sistema de valores”. O desacordo em relação à ideologia seria determinante do inverossímil ou arbitrário. Como possibilidade intermediária, “entre-dois”, está o discurso arbitrário motivado, que não se encaixa nas máximas de domínio público, mas traz consigo as explicações que o tornam compreensível.

Apesar da narração em **Sepé Tiaraju...** não ser apresentada de forma linear – o que não surpreende, visto a narrativa ser reconstruída a partir da memória do narrador, situação evidenciada diversas vezes no texto – as ações estão em conformidade com a ideologia pertinente à época e às situações representadas. Entre vários exemplos possíveis, podem ser destacadas as seguintes situações: a obediência de Michael ao pai, precisando fugir ao não suportar o ambiente rude; a submissão da mãe ao marido e o temor a Deus nas povoações organizadas pela Companhia de Jesus. Um outro caso é a representação adequada aos valores católicos impostos aos índios, salientando-se a condenação do sexo desvinculado do casamento:

Encontrando a cela vazia e a cama intacta, um horrível presentimento assaltou-me o coração. Quando o encontrei na cozinha, a comer vorazmente um naco de carne fria, bastou-me fitar seus olhos para adivinhar a verdade. Sua atitude era a mesma abjeta sensação de saciedade física que vira pela primeira vez no garanhão de meu tio Eric e muitas vezes no meu próprio pai. Convicto de que o menino que eu buscara criar livre do pecado conhecera aquela noite uma mulher, voltei-lhe as costas sem dizer palavra e retornei à minha cela. Durante toda a noite ouvi o uivo do Minuano, enquanto rebuscava na consciência as razões do meu fracasso como pai adotivo. (...) Recusei a Sepé o perdão que me pedia, dizendo-lhe, com palavras duras, que buscasse o arrependimento verdadeiro antes de procurar-me outra vez. (ST, p. 95-96).

⁹ GENETTE, Gérard. Verossímil e motivação. In: BARTHES, Roland. **Literatura e semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 7-34.

A caracterização do narrador de Cheuiche, portanto, alia-se ao que o senso comum pressuporia como reações que “deveriam ser” as de um padre jesuíta comprometido com a missão de catequizar os indígenas, convertendo-os à palavra divina e aos ensinamentos da Companhia de Jesus.

1.3 As personagens e os ambientes

Na construção de sua narrativa, Alcy Cheuiche procura reconstituir a realidade do tempo histórico de Sepé. O tempo da narrativa compreende cerca de sete décadas, presumivelmente entre 1709 e 1786, representado na obra de forma não-linear. Já o tempo da narração estaria concentrado no último ou nos últimos anos da velhice de padre Miguel, conforme se supõe, visto que o período exato que corresponderia à construção da narrativa não está explicitado.

Para tal reconstituição, o autor se vale de dois aspectos que Ian Watt lista ao estabelecer “a relação entre a particularidade realista e alguns aspectos específicos da técnica narrativa”¹⁰. Esses seriam: o grau de atenção dispensada à individualização das personagens e a detalhada caracterização de seu ambiente.

Quanto à caracterização das personagens centrais da trama – o padre Miguel e o índio Sepé Tiaraju –, tem-se dois tipos complexos, cuja descrição dos aspectos físicos, psicológicos, sociais, ideológicos e morais é largamente contemplada pela narrativa, compondo personagens redondas. À personagem Michael, que participa da trama inicialmente como protagonista e depois cede tal lugar a Sepé, é dedicada toda a primeira parte do romance. Em *Livro primeiro: a gênese de um jesuíta*, o leitor acompanha a trajetória de vida do holandês Michael até tornar-se jesuíta, tendo a

¹⁰ WATT, Ian. O realismo e a forma romance. In: WATT, I. **A ascensão do romance**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 11-33.

possibilidade não só de conhecê-lo, mas de acompanhar suas angústias, inadequações, as aventuras por que passa e as descobertas que faz, além dos conseqüentes reflexos que essas modificações imprimem em sua personalidade. Ao longo de todo o romance, a interioridade da personagem está evidenciada. Isso ocorre, por exemplo, quando é registrada sua sensação de impotência, seja pela renúncia a envolver-se nas atividades cotidianas, seja pela debilidade física do velho padre: “Há quase dois anos não bato mais o sino da Capela Maior. Meu braço pende do meu ombro como a cauda de um animal ferido. Enxergo pouco, muito pouco.” (ST, p. 17)

O aspecto psicológico transparece, também, nos medos, nas angústias e nos sobressaltos que já perturbavam o jovem recém-fugido do lar de seus pais: “Difícil definir o que se passava dentro de mim (...). Não sei qual de nós ficou mais assustado, pois tive de conter-me para não gritar”. (ST, p. 26-27). Isso se perpetua, por motivações variadas, ao longo da trajetória da personagem: “Será que todas as noites insones que flagelaram minha mente nos últimos sessenta anos ainda não me fizeram expiar o crime de um adolescente?” (ST, p. 51)

A missão religiosa e a admiração explícita pelo trabalho catequizador dos jesuítas, do qual o padre torna-se agente, também está realçada:

Com o passar dos dias, vim a compreender que o grande equilíbrio social daquele povo não repousava apenas na sua imensa fé e respeito aos mandamentos. O socialismo cristão, praticado em plena liberdade individual (...). Nós, os Padres, cuidávamos do equilíbrio espiritual do Povo... (ST, p. 70-71)

Nas duas outras partes do livro, Michael – já designado como o padre jesuíta Miguel – transfere-se do centro para a periferia da cena, o que acaba por deslocar, também, a perspectiva narrativa. Trocando a posição de protagonista pela de personagem secundária, o missionário passa a ser um satélite do herói Sepé Tiaraju.

A personagem Sepé – que divide com padre Miguel a posição de protagonista do romance, mas que desempenha, com exclusividade, o papel de herói – somente passa a integrar a ação a partir de Livro *segundo: as missões do Rio Uruguai*. Sua presença, no entanto, pode ser assinalada, através das memórias do narrador, já nas

páginas iniciais do Capítulo I. Desde as primeiras citações, o narrador se ocupa em caracterizá-lo física e psicologicamente:

Ele que foi meu menino de olhos negros e inquisidores quando descobríamos juntos as plantas, os animais e os homens da Redução de São Miguel. Ele que se confessava comigo, olhos nos olhos, sob o sol a pino, porque queria seus pecados perdoados sem o manto protetor dos cochichos e da obscuridade. O meu José Tiaraju, o meu Sepé de alma angustiada e músculos de aço que afastava dos olhos as mechas de cabelo negro com um gesto de donzela que contrastava com seu porte altivo de cacique guarani. (ST, p. 20-21)

Ao longo da narrativa, há várias oportunidades em que são ressaltadas as qualidades do herói. A beleza herdada do pai – “seu perfil, recortado pela luz da vela, tinha a mesma beleza máscula do cacique que um dia morrera em meus braços” (ST, p. 120) – soma-se à coragem e à religiosidade evidenciadas por ser “o mais bravo, valoroso e crente de todos os caciques da nação guarani” (ST, p. 76). A preocupação com a coletividade – “Os problemas de nossos irmãos das demais vinte e sete comunidades são e serão os nossos problemas” (ST, p. 108) – a ponderação – “Após ouvir calmamente..., Sepé levantou-se e tomou a palavra” (ST, p. 162) –, bem como a flexibilidade ao lidar com as adversidades – “O capitão Tiaraju é como uma vara de camboim que dobra mas não quebra” (ST, p. 174) – são traços marcantes para sua ascensão na liderança da comunidade.

Aos vinte e dois anos, Sepé foi eleito membro do Cabildo, como Alcaide encarregado de manter a ordem nos campos. No desempenho do cargo, manteve-se sempre reservado e algo melancólico, como era seu natural. Falava pouco e suas palavras somente ganhavam força e emoção quando arengava uma defesa dos fracos e injustiçados. (ST, p. 101).

Mas o “imponente cacique guarani, agora guindado ao mais elevado cargo de São Miguel Arcanjo” também demonstra fraquezas: “Pe. Miguel, tenho medo. Um medo que me devora as entranhas” (ST, p. 163). A valentia não o destituiu de características essencialmente humanas, como amar, sofrer, voltar a amar. Passado o longo luto pela perda do filho e da primeira mulher, morta no parto, Sepé volta a se apaixonar:

Um brilho rápido passou por seu olhar (...) seus olhos estavam marejados de lágrimas (...) – Se voltar algum dia a São Miguel, erguerei com minhas mãos uma casa para a filha de Tujá. É pena que o amor desabroche no meu peito no momento que só posso regá-lo com lágrimas e sangue. (ST, p. 163-164).

No texto de Cheuiche, a “individualização das personagens” postulada por Watt também é parte da composição de padre Miguel, o narrador. Conforme Watt, a “adequação não deve interferir na função primordial do nome: mostrar que a personagem deve ser vista como uma pessoa particular”¹¹ Quanto a Miguel, a designação consta nos registros historiográficos relativos aos jesuítas que estiveram envolvidos nos conflitos, logo está adequada a denominar um narrador tão íntimo dos acontecimentos que enuncia. No caso, porém, o nome Miguel é especificamente a versão latina, mais facilmente assimilada pelos indígenas, para o nome do holandês Michael. Assim, percebe-se o empenho do autor em conciliar a intenção de “individualizar” seu narrador com a inserção deste no contexto histórico da ação. Tal aspecto remete à observação já aqui citada de Marilene Weinhardt quanto ao efeito de “amainar as cores do relato mítico”. Miguel refere-se ao ficcional Michael, mas também coincide com o relato histórico. Já Sepé concentra unicamente o apelo mítico e coletivo.

Quanto ao segundo aspecto destacado por Watt, a detalhada caracterização do ambiente, o texto de Cheuiche também oscila entre um fundo mítico-histórico e um detalhamento realista. O narrador se ocupa em descrever minuciosamente os locais onde transcorre a ação, bem como situá-los nos contextos histórico e cultural. Como espaço da narrativa, pode-se relacionar o interior de um colégio jesuíta que tenha recebido missionários expulsos do Brasil e da América Espanhola após as guerras guaraníticas, onde estaria o ancião abrigado. Através dos relatos possibilitados pela memória do religioso, o espaço da narrativa passa por Amsterdã, alto-mar, Suriname, Ilha de Páscoa, Peru, região das Missões e Buenos Aires.

Quando a ação tem por local a aldeia de Savannah, no capítulo IV do primeiro livro, surge a oportunidade de mencionar a diáspora judaica: “Seus poucos moradores, barbudos e ordeiros, tentavam o sonho tantas vezes fracassado de fixação dessa raça errante” (ST, 37). Ben Ami, cujo nome remete à tradição hebraica, procura sanar as dúvidas de Michael e orientá-lo sobre como se comportar diante de aspectos culturais diversos dos conhecidos pelo jovem:

¹¹ Op. cit., p. 21.

- O que significa aquele enorme candelabro de sete braços?
- É a representação das sete velas que foram acesas na guerra dos Macabeus. Agora fica quieto e ajeita esse solidéu que está quase caindo. (ST, p. 38)

A palavra páscoa vem do hebreu pessach que significa passagem, a passagem do mar Vermelho pelos hebreus em fuga do Egito. (ST, p. 46)

Outro exemplo em que o contexto da ação é explicitado em pormenores está situado dois capítulos à frente: na ilha onde a expedição Roggeween aporta, o conflito cultural, inicialmente encoberto sob cordialidades mútuas, dá origem a uma batalha sangrenta. Nessa passagem, o leitor toma conhecimento dos rituais, das moradias e das imensas estátuas de rocha características da Ilha de Páscoa, que a historiografia registra como tendo sido descoberta em 5 de abril de 1722, pelo almirante holandês Jacob Roggeween, comandante da esquadra que realizou a décima sexta volta ao mundo (agosto de 1721 a julho de 1723). Na trama, por um motivo fútil – a zombaria de um nativo dirigida a um dos marujos –, inicia-se o confronto que resulta em inúmeras mortes, um assassinato que passaria a atormentar Michael e uma perna amputada de Ben Ami. Daí, a crítica à ação dos homens “civilizados” em relação aos aborígenes: “Se nós éramos os civilizados e eles os selvagens, o que se passou naquele dia pareceu mostrar o contrário” (ST, p. 49).

Nas passagens situadas no espaço das reduções jesuíticas, ganham realce a vinculação ao aspecto religioso e noções a esse relacionadas, como vida, morte e ritos. Ainda, o destaque para a igreja, como referência absoluta de localização e organização, e o povoado:

Caminhando por entre os laranjais, passei pelos fundos da igreja e atingi a praça pelo portão junto ao cemitério. De todos os lados do grande quadrilátero, acorriam adultos e crianças para o Ofício da manhã. (ST, p. 68)

Santa Maria, em seu aspecto arquitetônico, era reta e singela como no espiritual. O coração da cidade era a igreja, em frente à qual estendia-se a ampla praça, local de festas, paradas militares e torneios... Dos bordos da praça partiam ruas paralelas, margeadas por pequenas casas de pedra cobertas. (...) Os utensílios e roupas eram pendurados às paredes ou guardados em baús e couro. (ST, p. 69)

O texto registra a forma como se vestiam os índios – “Por sobre o vestido cingiam uma túnica de tecido idêntico que soube depois chamar-se tipói” (ST, p. 68) – e

o hábito de não usarem calçados: “Um homem que vai clamar pela liberdade de seu povo não tem nem mesmo o direito de ter livres os pés” (ST, p. 127). Dentre os costumes, representa a limitação alcoólica: “Nenhuma bebida foi servida”, pois “de há muito o álcool fora proscrito das reduções” (ST, p. 95).

O painel das reduções é, ainda, completado por informações reincidentes acerca dos números populacionais: “Santa Maria já está na casa dos sete mil habitantes” (ST, p. 62); “São Luís Gonzaga abrigava mais de cinco mil almas quando ali cheguei no início do mês de março de 1732” (ST, p. 73); “São Miguel Arcanjo, então uma modesta povoação de quatro mil almas” (ST, p. 81); “já pequena e acanhada para a população de cinco mil almas” (ST, p. 91), referência à igreja de São Miguel; “neste território vivem quarenta mil guaranis” (ST, p. 124), referência à população indígena das reduções.

O avanço técnico e cultural da iniciativa missioneira também é referido quando o narrador lembra do padre Antônio Sepp, um dos pioneiros na região: “fora ele que extraíra o ferro pela primeira vez nas Missões e forjara o primeiro sino com suas próprias mãos. Bom músico” (ST, p. 89). Com o mesmo intuito de precisar melhor a situação espaço-temporal, contribuem as descrições e comentários sobre a Catedral de São Miguel:

Enormes blocos de pedra eram retirados das barrancas do arroio Santa Bárbara e transportados em carros puxados por oito e até doze juntas de bois. Só carregar e descarregar tais monólitos já era uma tarefa de gigantes. Depois era mister içá-los ao seu lugar nas paredes e rejuntá-los com uma massa composta de areia e conchas trituradas, regada com água e leite de vaca. As conchas eram recolhidas no rio Jacuí e transportadas em carretas até São Miguel, num percurso de muitas léguas (ST, p. 93).

O sonho de João Batista Primoli fora superado pela realidade. Nos distantes confins da América Meridional, o gênio do irmão jesuíta, aliado ao duro trabalho de dez anos dos índios guaranis, havia edificado uma obra para desafiar os séculos (ST, p. 105).

Além das descrições aludidas, há menção a fatos registrados pela historiografia. Uma das primeiras referências neste sentido ocorre ainda no início da narrativa, quando o pai de Michael afirma que seu avô teria estado entre os soldados holandeses desbravadores, liderados pelo Príncipe de Nassau. Com a alusão a Guararapes – um dos principais enfrentamentos dos holandeses por portugueses e

índios, em disputa territorial no Nordeste brasileiro, em 1630 e 1654 – o narrador estabelece a primeira relação da sua narrativa com o Brasil.

A obra de Cheuiche rememora os primórdios da catequização jesuítica na América Latina, os tratados de Tordesilhas e Madrid, a morte do rei português Dom João V, entre outros fatos, empenhando-se na apresentação de datas reconhecidas no relato histórico não-ficcional. Uma das situações em que a historiografia é trazida para dentro da ficção é quando o autor toma por empréstimo a voz de uma das personagens para lançar ao leitor tais informações, como ocorre no trecho em que padre Cattaneo, a quem coube acompanhar padre Miguel até as Missões, faz amplas explicações ao recém-chegado:

O Tratado de Tordesilhas foi firmado entre as Coroas de Portugal e Espanha antes que as naus portuguesas de Pedro Álvares Cabral chegassem ao Brasil. Decidido ficou, então, que todas as terras descobertas até 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde seriam lusitanas e para além espanholas... (ST, p. 63).

Afora as alusões à História geral do período, há trechos comprometidos com a recuperação histórica dos feitos jesuíticos desde as iniciativas pioneiras:

Nem tudo, porém, foi perdido. Liderados pelo Pe. Montoya, duas mil e quinhentas famílias foram salvas do massacre e, depois de um êxodo somente comparável à Retirada dos Dez Mil de Xenofonte, conseguiram chegar às margens do Paraná e do Uruguai. Ali iniciou-se a reconstrução das reduções que florescem hoje entre os dois rios. Na margem esquerda do Uruguai... (ST, p. 64).

Em algumas passagens, como na que menciona o Tratado de Madrid¹², há o enriquecimento de dados pela transcrição de documentos. Por meio de uma carta, enviada de Roma por um jesuíta amigo de padre Miguel, mais uma vez o padre Cattaneo, o leitor toma conhecimento do próprio texto do tratado de limites que mudaria os rumos da civilização jesuítica. Assim, com a reprodução, é mantida a fidelidade aos registros historiográficos:

¹² Pelo Tratado de Madrid, acordo assinado entre as coroas portuguesa e espanhola em 13 de janeiro de 1750, ficaram redefinidas as fronteiras dos reinos de Portugal e Espanha. A área onde se localizava os Sete Povos passou a ser de domínio português, e foi determinada a saída dos jesuítas e dos índios.

Somente para tua ilustração, pois ignoro se o texto do malsinado Tratado de Madrid já foi distribuído entre os Padres dos Sete Povos, transcrevo-te a seguir os três artigos que mais nos tocam na carne:

Art. XIV – Sua Majestade Católica, em seu nome e de seus Herdeiros e Sucessores, cede para sempre à Coroa de Portugal todas e quaisquer povoações e estabelecimentos que se tenham feito por parte da Espanha no ângulo de terras compreendido entre a margem setentrional do rio Ibicui e a oriental do Uruguai.

Art. XVI – Das Povoações ou Aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do Uruguai sairão os Missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora e Munições que tiverem; em cuja forma se entregarão à Coroa de Portugal, com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios e a propriedade e posse do terreno...

Art. XXII – Determinar-se-á entre as duas Majestades o dia em que se hão de fazer as mútuas entregas da Colônia de Sacramento com o território adjacente, e das Terras e Povoações compreendidas na cessão que faz sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai; o que não passará do ano, depois de firmar este tratado. (ST, p. 114-115)

Oscilante, pois, entre histórias, o mito e a realidade, o autor equilibra o relato com o uso do memorialismo, resultando uma narrativa que procura driblar os perigos do épico ufanista contido na matéria de que trata. Afinal, há uma tradição que lhe antecede, explanada não apenas em documentos e registros historiográficos, mas na própria tradição literária e na cultura regional.

2 REGIÃO/NAÇÃO – UMA “COMUNIDADE IMAGINADA”

2.1 A região imaginada

Ao propor o nacionalismo como “o valor mais universalmente aceito na vida política de nossa era”, Benedict Anderson¹³ define nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”. E explica: “é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”¹⁴. Seria a força desse vínculo que une as pessoas que compõem a nação o que supera o fato delas não se conhecerem, mas, mesmo assim, manterem-se irmanadas.

O conceito de Anderson torna-se claro com a exemplificação apresentada pelo próprio autor, quando discorre sobre a imprensa como produto cultural e descreve a leitura autonomamente ritualizada do jornal matutino, uma situação cotidiana e facilmente visualizável: “Cada um dos comungantes está bem cômico de que a cerimônia que executa está sendo replicada, simultaneamente, por milhares (milhões) de outros, de cuja existência está seguro, embora cuja identidade não possua a menor idéia”¹⁵. Ou seja, cada leitor age independentemente, isoladamente, mas, por sua ação, passa a integrar um grande grupo. Ao reproduzir o mesmo comportamento adotado por outras tantas pessoas, em todas as manhãs, cada sujeito inscreve-se na comunidade dos leitores do jornal matutino. Mesmo estando separado dos outros, e agindo com autonomia, cada um dos indivíduos que compartilha o hábito torna-se um integrante do conjunto de leitores.

A explicação do conceito vai além. Tendo em vista que nenhuma nação abarca toda a humanidade, Anderson acrescenta que a nação “é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas (...) possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações”¹⁶. E cada nação é, também, imaginada como soberana, mesmo quando ainda não o é, pois “as nações sonham em ser livres”.

¹³ ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁴ Idem, p. 14.

¹⁵ Idem, p. 44.

¹⁶ ANDERSON. Op. cit, p. 15.

Anderson ancora-se na idéia de união para justificar o uso do termo comunidade. Nas suas palavras:

É imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. (...) essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas¹⁷.

No entendimento do autor, está nos “sistemas culturais amplos” o amálgama que permite a constituição desse todo que congrega e mobiliza milhões de pessoas. Logo, é por meio de “os sistemas culturais amplos que os precederam, a partir dos quais – bem como contra os quais – passaram a existir”¹⁸ – que as “comunidades imaginadas” podem vir a ser compreendidas e não a partir de investigações que têm por base “ideologias políticas abraçadas conscientemente”.

Sobre o mesmo assunto, interessa também o pensamento expresso pelo antropólogo brasileiro Rubem Oliven:

Uma das razões pela qual a problemática da nação e da tradição permanece sendo extremamente atual, num mundo que tende a se tornar uma ‘aldeia global’, se deve ao fato de as pessoas continuarem a nascer num determinado país e região, a falar sua língua, a adquirir seus costumes, a se identificar com seus símbolos e valores, a torcer por sua seleção nacional de esporte, a respeitar sua bandeira e a serem convocados para defender as fronteiras da pátria e morrer pela honra nacional¹⁹.

Para Oliven, “a afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar diferenças culturais”, sendo que a questão poderia sugerir que “no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional”. A identificação com o local mais próximo, a região, e o conseqüente sentimento de pertencimento a essa seriam condições primordiais para a construção de uma concepção de nacionalidade brasileira.

¹⁷ Idem, p. 16.

¹⁸ Idem, p. 20.

¹⁹ OLIVEN, Ruben G. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 27.

Portanto, as reflexões de Oliven apontam para a possibilidade de pensar a região também como uma comunidade imaginada dentro da nação. Ou seja, amparando-se no conceito do autor, uma região, apesar de desigualdades e descompassos, é composta de pessoas que compartilham hábitos, valores e vocabulário; é limitada, com fronteiras finitas para além das quais estão outras regiões e é culturalmente soberana.

Palavras proferidas por Gilberto Freyre²⁰, quando da conferência *Unidade e diversidade, nação e região*, já enunciavam semelhante idéia:

Uma região pode ser politicamente menos que uma nação. Mas vitalmente e culturalmente é mais do que uma nação; é mais fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão ou de criação humana. Um filósofo, no legítimo sentido, tem que ser super ou supranacional; mas dificilmente ele pode ser supra-regional no sentido de ignorar as condições regionais da vida, da experiência, da cultura, da arte e do pensamento que lhe cabe julgar ou analisar²¹.

Tal qual ocorre com a nação, pode-se pensar na região alicerçada em sistemas culturais projetados para a formatação de sua identidade. Assim, na região também é possível mapear-se os caminhos das “tradições inventadas”, postuladas por Eric Hobsbawn.

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo (...) e se estabeleceram com enorme rapidez. (...) Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado²².

Para Hobsbawn, a “tradição inventada”, sempre que possível, tentaria estabelecer “continuidade com um passado histórico apropriado”. O autor ressalta a necessidade de diferenciar tradição – que tem por objetivo e característica a

²⁰ FREYRE, Gilberto. **Unidade e diversidade, nação e região**. 1944. Apud OLIVEN, R.G. Op. cit. p. 34-35.

²¹ Idem, ibidem.

²² HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.) **A invenção das tradições**. Tradução de Celina de Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9.

invariabilidade – e costume – que “nas sociedades tradicionais tem a dupla função de motor e volante” e “não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais”. Enfim, “a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”²³.

Focando tais reflexões na região delimitada do Rio Grande do Sul, várias são as situações que exemplificam o que se poderia chamar de “invenção da tradição” gaúcha. Entre os elementos que contribuem para a fixação de uma identidade regional em sintonia com o passado histórico – o qual remete ao momento fundador comum, a Revolução Farroupilha²⁴ –, estão a bandeira, o brasão do Estado e o Hino Rio-Grandense, bem como datas comemorativas como o Dia do Gaúcho e a Semana Farroupilha. Todos eles foram surgindo, em pontos diferentes da linha temporal e em meio a injunções políticas diversas, estabelecendo-se como reforço do sentimento de pertença da população à região. No conjunto de exemplos, a dualidade da relação contraditória entre Estado e país – pertencimento *versus* independência –, que é ponto referencial da obra de Oliven, fica evidenciada.

A lei estadual nº 5.243, sancionada pelo governador Ildo Meneguetti, em 5 de janeiro de 1966, oficializou como bandeira do Rio Grande do Sul o pavilhão tricolor concebido pelos revolucionários que instauraram a República Rio-Grandense. Na bandeira, as duas faixas diagonais que representam as cores da bandeira brasileira

²³ Idem, p. 12.

²⁴ O confronto armado chamado Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, ocorrido entre 1835 e 1845, teve entre seus principais episódios a independência do Estado. Em 11 de setembro de 1836, após vencer um combate no Seival, Antônio de Souza Netto proclamou a República Rio-Grandense, sendo Bento Gonçalves nomeado presidente e a cidade de Piratini reconhecida como primeira sede administrativa. Conforme revisões historiográficas atuais, a Guerra dos Farrapos é considerada um movimento liderado pela classe dominante rio-grandense, no qual a maior parte dos criadores de gado e charqueadores engajaram-se como militantes ou financiadores da insurreição. Os comerciantes, em sua maioria, assumiram posição defensiva ao lado do governo monárquico. Entre as principais motivações assumidas estava a oposição à política tarifária que onerava o charque e ao centralismo exercido pela corte do Rio de Janeiro, mas historiadores como Antonio Augusto Fagundes afirmam que houve um conjunto de circunstâncias, envolvendo causas econômicas, sociais, militares, políticas e secretas. Passada uma década de combates e computadas inúmeras perdas, a paz foi assinada em 28 de fevereiro de 1845, em Poncho Verde, entre o líder farroupilha David Canabarro e Luís Alves de Lima e Silva, o Caxias, que comandava as forças imperiais. Aos oficiais farroupilhas foram oferecidas possibilidades de se incorporarem aos quadros do Exército nacional; os líderes presos foram libertados e a anistia foi geral e imediata.

estão separadas por uma faixa central vermelha, na qual está o brasão com armas e dizeres que remetem à independência sul-rio-grandense: “República rio-grandense – 20 de setembro de 1835 – Liberdade, igualdade, humanidade”. A cor representaria o sangue derramado na história da permanência do Estado como integrante do país, sem, no entanto, indicar o desejo de separação, conforme já havia alertado o historiador Mansueto Bernardi em conferência realizada em 1923 e publicada, originalmente, no mesmo ano, na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**:

Os que acusam a bandeira estadual de separatista, ou não são sinceros em suas acusações, ou não conhecem bem a história do Rio Grande do Sul. (...) A terra dos farrapos, nunca, nem mesmo durante os dias tormentosos e dolorosos de 1835, deixou de ter todos os seus sentidos voltados para o Brasil ²⁵.

Também é Bernardi, em seus esforços por registrar a história do Estado, quem interpreta a simbologia expressa na bandeira, que passou por poucas alterações desde que foi hasteada pela primeira vez, em 6 de novembro de 1936:

O verde da bandeira gaúcha significa, brasilicamente, a eterna primavera da pátria comum e, rio-grandensemente, a esperança de reunião ulterior, indissolúvel e eterna, mediante os laços federativos e a adoção do regime republicano, pelas demais províncias; (...) o amarelo, além de firmeza e resolução nos planos da guerra que iam travar com o Império centralista e opressor, queria também dizer geograficamente a continuidade territorial, a confusão da riqueza mineral do Brasil, representada pelo seu metal mais precioso, com a riqueza mineral e vegetal do Rio Grande, representada pelo ouro de Lavras e de outros municípios e pela nossa vasta e variada produção cerealífera (...); e, finalmente, que o vermelho, quente e cantante, que atravessa e incendeia a bandeira, em sentido diagonal, ascendente como uma labareda, como uma pura chama de sacrifício e de ideal, além do brio ingênito do rio-grandense e do pudor de sua face honrada, bem como da revolução, simboliza também o sangue que o povo gaúcho em larga cópia sempre derramou em defesa da pátria e que continuará ainda a derramar, se, porventura, ao lume dos fogões nativos, o surpreender e chamar um dia o toque de um clarim ²⁶.

Também é a data histórica de 20 de setembro e o dito heroísmo gaúcho os aspectos que são exaltados no Hino Rio-Grandense, outro dos símbolos estaduais oficializados no decreto de 5 de janeiro de 1966:

²⁵ BERNARDI, Mansueto. **Obras completas: a Guerra dos Farrapos**. V. 6º. Prefácio e notas de Itálico Marcon. Porto Alegre: EST/Sulina, 1981. p. 7.

²⁶ Op. cit. p. 160.

*Como a aurora precursora
Do Farol da divindade,
Foi o Vinte de Setembro
O precursor da liberdade.*

*(Estribilho) Mostremos valor constância,
Nesta ímpia e injusta guerra.
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda a terra,
De modelo a toda a terra
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda a terra.*

*Mas não basta p'ra ser livre
Ser forte, aguerrido e bravo
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo*

(Estribilho)

Em duas estrofes, entremeadas pelo estribilho, o hino – cuja letra é atribuída a Francisco Pinto da Fontoura, com música de Joaquim José de Mendanha e harmonização de Antônio Tavares Corte Real – explicita a compreensão de ter sido a Revolução Farroupilha o fio condutor a guiar a constituição da identidade da região imaginada sul-rio-grandense. O confronto é o “Farol da divindade”, ressaltado no segundo verso da canção. O refrão, “Sirvam nossas façanhas / De modelo a toda a terra”, registra uma das características do habitante do Estado: ele pertence a um povo cuja luta e dedicação deve servir de exemplo a todos os povos.

Outros dois elementos, ainda, podem ser apontados como ratificação dessa identidade regional que remete ao “passado glorioso”. Um deles é a Semana Farroupilha, oficializada pela Lei 4.850, de 11 de dezembro de 1964, a qual determina que, de 14 a 20 de setembro de cada ano, sejam feitas comemorações “em homenagem e memória aos heróis farrapos”. O mesmo texto legislativo prevê a participação de escolas, administrações municipais, unidades militares e entidades diversas nos atos festivos. Nesse mesmo sentido concorre o Dia do Gaúcho, comemorado em 20 de setembro em referência, mais uma vez, ao dia da eclosão da Revolução Farroupilha, em 1835. A data é fixada pela Lei 9.405, de 25 de outubro de 1991, que substituiu a de número 8.019, de 29 de julho de 1985, que havia estabelecido

a comemoração estadual em 20 de abril, dia da instalação da primeira Assembléia Provincial Constituinte, em 1835.

Da mesma forma em que está imbricado aos símbolos e às comemorações oficiais do Rio Grande do Sul, o passado está arraigado na figura do gaúcho como expressão da identidade regional, uma representação que, segundo Oliven, “sofreu um longo processo de elaboração cultural até ter o atual significado gentílico de habitante do Estado”²⁷. Tal percepção remete ao processo delineado por Carlos Reverbel²⁸, quando descreve a formação do tipo gaúcho, identificando, desde seu surgimento, as suas características específicas e o parentesco além-fronteiras com os *gauchos* do Uruguai e da Argentina, e apontando seu importante papel no desenvolvimento econômico da região.

Para Luiz Marobin²⁹, uma “síntese de elementos” estaria na formação do tipo gaúcho, lembrando que a palavra teria tido 27 etimologias para Arturo Costa Alvarez, 36 origens para Buenaventura Caviglia e mais de 100 possibilidades segundo o julgamento de Augusto Meyer. “Gaúcho é mais que um nome, ou um tipo, ou um símbolo. É uma atitude mental, é um esquema psíquico, que atua no subconsciente”, afirma Marobim antes de enumerar algumas das possíveis origens do termo.

Do árabe nos veio chauch – tropeiro; do espanhol: Chaucho – tropeiro; do inca: guacho – órfão, abandonado, errante, animal longe de sua mãe; do latim e do português: gaudeo, de gaudere, gozar: gauzo, gauduco, gaúcho; ou nas variantes: garruchos, garuchos, gahuchos – homens mestiços, sem religião e sem moral; cachu, cauchu: esperto, fino, arteiro, astucioso; cachu: companheiro, camarada. Temos ainda ganado (ganau, ganaucho); galucho: recruta; gadio – do baixo latim, deu gauchir e outros³⁰.

O termo “gaúcho”, que até meados do século XIX tinha conotação pejorativa, referindo-se aos “vagabundos errantes e contrabandistas de gado numa região onde a fronteira era bastante móvel em função dos conflitos entre Portugal e Espanha”, mudou de significado ao passo em que o Estado se organizou em estâncias de criação de

²⁷ Op. cit, p. 50.

²⁸ REVERBEL, Carlos. **O gaúcho I a V**. In: REVERBEL, C. **O gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata**. Porto Alegre: LP&M, 1986. p. 65-109.

²⁹ MAROBIN, Luiz. **A literatura no Rio Grande do Sul: aspectos temáticos e estéticos**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

³⁰ Idem, p. 32-33.

gado. Os gaúchos, ou antes guascas/gaudérios, perderam a independência e foram incorporados como agregados às grandes propriedades. “O que ocorreu foi a ressemantização do termo, através da qual um tipo social que era considerado desviante e marginal foi apropriado, reelaborado e adquiriu um novo significado positivo”, sintetiza Oliven³¹. Palavras de Reverbel completam a idéia:

Com o rolar do tempo, o sentido pejorativo que envolvia a figura do gaúcho primitivo foi adquirindo outras conotações, até cristalizar-se num simples nome gentílico. E a própria figura que o termo representava terminou desaparecendo. O território do antigo Continente começou a ser povoado com gente que veio para ficar. Os espaços foram sendo ocupados, chegando-se a um ponto em que não havia mais lugar para o gaúcho na sua feição primitiva, marcada pelo nomadismo e recortada nas lonjuras dos horizontes sem fim³².

Ao descrever o tipo gaúcho, Luiz Marobin reforça a percepção de que as características que o tornam peculiar são associadas aos períodos de confrontos militares, em especial à Guerra dos Farrapos:

O gaúcho típico já apresenta elaboradas as características principais a partir da Revolução Farroupilha de 1835 a 1845. É a síntese de elementos indígenas, lusos, espanhóis, árabes. Isto, na elaboração primitiva. Hoje, um sem número de elementos provindos de outras etnias e culturas enriqueceram o conceito de Gaúcho. O conceito e o tipo, o símbolo e o mito. O antigo “monarca das coxilhas difere do “Vaqueano”, de Apolinário Porto Alegre, do “Corsário”, de Caldre Fião, do “Miguelito”, do romance “Ruínas Vivas”, de Alcides Maya e do “Capitão Rodrigo”, de “O Tempo e o Vento”, de Érico Veríssimo, de “O Tatu”, de Donald Schüller, de “Camilo Mortágua”, de Josué Guimarães, do “Coronel Falcão”, de Aureliano de Figueiredo Pinto. Mas a nota comum é sempre a exaltação do gaúcho como homem valente, livre, disposto a lutar até as últimas conseqüências³³.

O vocábulo, então, passa a designar o peão (trabalhador das estâncias), que é também guerreiro quando necessário. Essa apropriação está explicitada na argumentação de Flávio Loureiro Chaves, que traz à tona os interesses subjacentes à nova significação:

À medida que foi desfigurado e distanciado das origens, o gaúcho também foi nobilitado. Nobilitou-o esta perspectiva senhorial dos grandes proprietários rurais a quem interessava diretamente estabelecer a identidade entre o peão e o soldado, atribuindo-lhe uma aura heróica. Nobilitou-o, logo adiante, a palavra de historiadores, fazendo-o protagonista duma epopéia brasileira, que vai das

³¹ Op. cit. 33

³² Op. cit. p. 85-86).

³³ Op. cit., p. 33.

Guerras Platinas à Campanha do Paraguai, passando pela Revolução Farroupilha de 1835. Trata-se essencialmente de um fenômeno ideológico o processo de construção do gaúcho como campeador e guerreiro, inserindo-o num espaço histórico onde os atributos de coragem, virilidade, argúcia e mobilidade são exigidos a todo momento, transportando-o ao plano do mito. E não há caso em que transpareça tão claramente a vitória da ideologia³⁴.

Oliven ressalta, no entanto, que essa representação identitária do Estado associada à figura do gaúcho – que passa a ser fixada em relatos de viajantes estrangeiros, na historiografia e na literatura –, valoriza tipo e ambiente característicos apenas de uma área específica: a região da Campanha (sudoeste do Rio Grande do Sul, fronteiras com Argentina e Uruguai). Tal representação também subestima a presença do negro e do índio na formação da identidade regional. Participações étnicas essas que, segundo Reverbel, também diferenciam o gaúcho sul-rio-grandense de seus semelhantes uruguaios e argentinos. Ao gaúcho platino teria sido maior a contribuição étnica indígena, enquanto que à constituição do gaúcho brasileiro teria se somado uma maior contribuição negra.

No estudo *Na fronteira da nação: o regionalismo gaúcho*³⁵, Oliven parte da enumeração de episódios históricos e políticos para demonstrar que o discurso regionalista que tem a epopéia farroupilha como centro presta-se, em diferentes períodos e contextos, a diversos interesses ideológicos. Nele figuram indagações já conhecidas dos intelectuais sul-rio-grandenses: seria a saga farroupilha um movimento separatista? Ou, ao contrário, visava a legitimar a integração, para a qual o anúncio da independência teria sido apenas uma forma de pressão?

Oliven conclui que a ambigüidade de interpretação e posicionamento serviria para reforçar uma relação também ambígua entre Estado – como região – e a nação brasileira. Isto é, haveria, ao longo do tempo, a permanente alternância entre uma espécie de soberania do Rio Grande do Sul perante o Brasil *versus* um sentimento antagônico, vez ou outra aflorado, de o Estado ser uma parte – e que exige o reconhecimento como tal – deste todo chamado Brasil:

³⁴ CHAVES, Flávio Loureiro. Um caso ideológico: o centauro dos pampas. In: CHAVES, F. L. **História e literatura**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991. p. 58.

³⁵ OLIVEN, Ruben George. Na fronteira da nação: o regionalismo gaúcho. In: TARGA, L.R. (org). **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE/Univates, 1998. p. 301-319.

O que chama a atenção é como são recorrentes os temas que ocupam os gaúchos em períodos tão diversos. Há uma constante evocação e atualização das peculiaridades do Estado e da singularidade de sua relação com o resto do Brasil. O Rio Grande do Sul pode ser visto como um estado onde o regionalismo é constantemente repostado em situações históricas, econômicas e políticas novas. Mas, embora as conjunturas sejam novas e a roupagem dos discursos se modernize, o substrato básico sobre o qual esses discursos repousam é surpreendentemente semelhante. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que o gauchismo é um caso bem-sucedido de regionalismo, na medida em que consegue veicular reivindicações políticas que seriam comuns a todo um estado. A continuidade e a vigência desse discurso regionalista indicam que as significações produzidas por ele têm uma forte adequação às representações da identidade gaúcha³⁶.

O “passado glorioso” do Estado mais uma vez é ressaltado quando, no final do século XIX, mais precisamente em 1898, surgiu a primeira agremiação voltada ao cultivo das tradições sul-rio-grandenses, o Grêmio Gaúcho. A entidade, que veio a ser o embrião do atual Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), é fundada por João Cezimbra Jacques³⁷ com o objetivo de

manter o cunho do nosso glorioso Estado e conseqüentemente as nossas grandiosas tradições integralmente por meio de comemorações regulares dos acontecimentos que tornaram o sul-rio-grandense um povo célebre diante, não só de nossa nacionalidade, como do estrangeiro³⁸.

Outras cinco entidades, com os mesmos objetivos, surgiram em diferentes cidades no interior do Rio Grande do Sul entre 1899 e 1943. Entre elas, está a União Gaúcha de Pelotas, fundada em 1899 pelo escritor João Simões Lopes Neto, considerado uma das maiores expressões da produção literária de cunho regional feita no Estado. Também significativo foi o ano de 1948, quando o culto às tradições sul-rio-grandenses ganhou um novo impulso com a fundação do 35 Centro de Tradições Gaúchas (CTG), em Porto Alegre. A associação, que teve Glaucus Saraiva como primeiro patrão (designação dada ao presidente do CTG), revigorou a meta de manter acesa a chama tradicionalista, trouxe no nome a evocação à Revolução Farroupilha e

³⁶ Op. cit, p. 319.

³⁷ O patrono do tradicionalismo gaúcho nasceu em Santa Maria, em 13 de novembro de 1848. Foi voluntário na Guerra do Paraguai, onde esteve de 1864 a 1870 e recebeu condecorações do Uruguai, Argentina e Brasil. Militar de cavalaria, foi para a reserva no posto de major. Também participou da criação da primeira Academia de Letras do Estado, e é patrono da cadeira 19, e da fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Sul. Morreu no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1922.

³⁸ JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1979. p.58.

serviu de modelo para centenas de entidades similares que surgiram dentro e fora do Estado nos anos subseqüentes.

O 35 CTG foi também decisivo na criação do MTG que, oficializado em 1966 como entidade civil, passou a “disciplinar” as atividades dos seus filiados em concordância com a *Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho*. O documento, escrito por Glaucus Saraiva e aprovado no VIII Congresso Tradicionalista em Taquara, em 1966, é composto por 29 itens que fixam os objetivos do MTG. Entre eles,

Cultuar e difundir nossa História, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar da nacionalidade; Promover, no meio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho; Preservar o nosso patrimônio sociológico representado, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lides e artes populares; e fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social e através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais, etc.; criar em nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto frente aos problemas comuns³⁹.

O texto, que segue vigorando como parâmetro disciplinador para os integrantes do MTG, expõe vários indicadores da intenção de primar pelo fortalecimento, via repetição, dos “sistemas culturais amplos” que congregam as comunidades imaginadas, conforme postulado por Benedict Anderson. Até mesmo algumas possibilidades concretas para que tais elos sejam estabelecidos estão evidenciadas na Carta de Princípios:

Influir na literatura, artes clássicas e populares e outras formas de expressão espiritual de nossa gente, no sentido de que se voltem para os temas nativistas; revalidar e reafirmar os valores fundamentais da nossa formação, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade; e buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Rio-Grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do nosso Estado, rumando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa Pátria.⁴⁰

Em 2006, ao fechar quatro décadas de atuação, o MTG define como diretriz anual das festividades farroupilhas o tema “Assim se fez o gaúcho” e fixa, como local de

³⁹ *Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho*. 1961. Documento em anexo.

⁴⁰ Idem.

acendimento da Chama Crioula⁴¹, o município de São Gabriel, onde, há 250 anos, o índio Sepé Tiaraju⁴² foi morto. A decisão do 52º Congresso Tradicionalista Gaúcho apresenta como motivação a homenagem e o destaque às etnias formadoras do gaúcho, incluindo o indígena, antes excluído, entre os construtores do Estado:

Partimos da premissa de Antonio Augusto Fagundes que afirma: “O gaúcho não é um tipo étnico racial, fruto do cruzamento eventual de portugueses e espanhóis com os índios do Cone Sul da América. Houve gaúchos autênticos que foram portugueses. Outros, espanhóis, outros, índios puros, guaranis ou m’bais. Alguns foram negros. No Rio Grande do Sul são conhecidos, ao longo da História, gaúchos de sangue alemão, de sangue italiano e até mesmo gaúchos judeus e gaúchos descendentes de árabes”. Este é o conceito básico: o gaúcho, seus feitos, sua história, seus usos e costumes, seus ideais e princípios, é resultado do caldeamento das etnias.⁴³

Assim as várias contribuições étnicas à configuração do conceito de gaúcho, que antes eram subestimadas, passam a ter sua afirmação, buscando-se legitimar uma origem múltipla para tal figura. De resto, não estariam nas origens, mas nas características definidoras de conduta – “seus feitos, sua história, seus usos e costumes, seus ideais e princípios” – os traços particulares do tipo humano que, desse modo, reforça a condição de legítimo representante da gente gaúcha que habita o Rio Grande do Sul.

2.2 Regionalismo – retrato de uma região

“Se considerarmos regionalista qualquer livro que, intencionalmente ou não, traduza peculiaridades locais, teremos que classificar desse modo a maior parte da

⁴¹ Ato simbólico de manutenção da “chama do tradicionalismo”.

⁴² Cacique guarani, morto em combate contra as tropas militares de Portugal e Espanha, em 7 de fevereiro de 1756, conforme assinala a historiografia. Tornou-se personagem literária no mesmo século em **O Uruguai**, de Basílio da Gama.

⁴³ **Informativo do MTG/RS**. Disponível em: <http://www.mtg.org.br/>. Acesso em: 21/5/2006.

nossa ficção”, afirma Lúcia Miguel Pereira⁴⁴. Ela argumenta que predomina a observação sobre a invenção na literatura brasileira e esclarece:

Para estudar, pois, o regionalismo, é mister delimitar-lhe o alcance: só lhe pertencem, de pleno direito, as obras cujo fim primordial for a fixação de tipos, costumes e linguagens locais, cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciem dos que imprime a civilização niveladora⁴⁵.

Ainda caracterizando o regionalismo, a autora acrescenta que o gênero, por sua natureza, afasta-se do “caminho habitual da ficção”, que seria, em regra, ir do particular para o geral, focando um indivíduo em seu meio, e – apesar das diversidades de expressão – percebê-lo através de suas reações mais profundas como irmanado a outros seres.

O regionalista, ao contrário, entende o indivíduo apenas como síntese do meio a que pertence, e na medida em que se desintegra da humanidade; visando de preferência ao grupo, busca nas personagens não o que encerram de pessoal e relativamente livre, mas o que as liga ao seu ambiente, isolando-as assim de todas as criaturas estranhas àquele. Sobrepõe, destarte, o particular ao universal, o local ao humano, o pitoresco ao psicológico, movido menos pelo desejo de observar costumes – porque então se confundiria com o realista – do que pela crença o seu tanto ingênua de que divergências de hábitos significam divergências essenciais de feitio⁴⁶.

A autora identifica ainda uma outra contradição ao focar a evolução do gênero regionalista que, “logicamente, deveria estar entre as primeiras manifestações literárias de um povo, marcar-lhe a tomada de consciência, exprimir-lhe as tentativas iniciais na arte da escrita”. E afirma que tal fenômeno não está restrito ao Brasil, mas é característica comum entre os países colonizados. Partindo do universalismo clássico, eles descobrem tarde o regionalismo, quando este deveria anteceder ao sentimento nacional, ao continental e ao universal. “A cultura intelectual, vinda da Europa (...), retarda nos escritores o amadurecimento da mentalidade nacional”⁴⁷.

Datando o surgimento do que chama de “regionalismo puro” no final do século XIX, Miguel-Pereira atribui o pioneirismo regionalista no Brasil ao paulista Valdomiro

⁴⁴ MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. Prosa de Ficção: 1870-1920. In: LINS, Álvaro. **História da Literatura Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. v. 12. p. 179-234

⁴⁵ Idem, p. 179.

⁴⁶ Idem, p. 180.

⁴⁷ MIGUEL-PEREIRA. op. cit., p. 181.

Silveira, ao mineiro Afonso Arinos e ao cearense Manuel de Oliveira Paiva. O ano chave seria 1888, o predomínio do urbano sobre o rural, uma característica de destaque na literatura e a abolição da escravatura um evento histórico relevante naquele contexto. A exemplo de escritores dos Estados Unidos, aqui também o interesse pelo pitoresco dos tipos e dos costumes (como o manifestado pelo sertanismo) seria a reação ao excesso de atenção direcionada à vida urbana.

Apesar de mencionar as atividades da Sociedade Partenon Literário no Sul, a autora ressalta a inexistência de uma grande obra do grupo que tenha permanecido e, ainda, sua restrição geográfica. Fundado em 1868, em Porto Alegre, o grupo seguia as diretrizes românticas, expressando-se em duas vertentes: os assuntos românticos (infância, morte, amor...) e a apropriação de motivos regionais (o pampa, o gaúcho, a conquista do território...). Miguel-Pereira atribui a Simões Lopes Neto a formatação do gauchismo, que vem a considerar como possivelmente a “manifestação mais legítima e viva” do regionalismo.

O regionalismo, para a autora, apresentou, inicialmente, “uma certa ingenuidade de estilo”, manifestada na simplicidade das cenas propostas e no efeito propiciado pelos dialetos populares. Com Euclides da Cunha, no início do século 20, o pólo oposto – representado pela grandiloquência e densidade – passa a ser valorizado. Na esteira do autor de **Os Sertões**, viriam Alcides Maya, Roque Calage e Alberto Rangel. E a caracterização do gênero sofreria profundas alterações:

A narrativa, forçosamente mais literária, torna-se menos objetiva e mais interpretativa; as personagens já não falam tanto, substituído pela policromia mais brilhante das palavras espocantes dos autores o colorido das locuções dialetais⁴⁸.

As modificações, no entanto, não impediriam que o regionalismo acabasse negligenciado e rotulado como subliteratura. Segundo Miguel-Pereira, outra fase do gênero teria início em 1917, com Hugo Carvalho Ramos e a incorporação de “intenções denunciadoras” entre os objetivos dos textos. Ela frisa que nessa fase “já não é a cor local que sobretudo interessa o autor, mas a sorte das criaturas”. O destaque da figura

⁴⁸ MIGUEL-PEREIRA, p. 184.

humana diante de um fundo cênico pitoresco também apareceria, no ano seguinte, com Monteiro Lobato; sendo Jeca-Tatu “a única personagem-símbolo criada pelo nosso regionalismo”⁴⁹.

É com esse mergulho nos conflitos que envolvem as pessoas, conforme argumenta a autora, que o regionalismo vence seu grande empecilho: “a posição de turista assumida pelos escritores”. Assim, o gênero passaria a ter condições de desfrutar de suas vantagens: personagens com maior força sugestiva; intensidade propiciada pelo exotismo de ambientes e tipos e o apelo saudosista ao passado.

A perspectiva dos escritores com relação ao país, à sua região, é o que aborda Antonio Candido⁵⁰ ao ocupar-se das relações entre a cultura e o subdesenvolvimento e os seus reflexos na literatura. O autor salienta que “o caminho da reflexão sobre o desenvolvimento conduz, no terreno da cultura, ao da integração transnacional”, ou seja, a tomada de consciência das condições reais do país, por mais dolorosas ou não-desejadas que possam ser, torna-se essencial. Já o retardo dessa conscientização, a não-compreensão das vicissitudes nacionais, conduziria à “cópia servil de tudo quanto a moda nos países adiantados oferece” ou à possibilidade de, sob a aparência de afirmação da identidade nacional, ratificar a dependência.

Sem perceber, o nativismo mais sincero arrisca tornar-se manifestação ideológica do mesmo colonialismo cultural que o seu praticante rejeitaria no plano da razão clara, e que manifesta uma situação de subdesenvolvimento e conseqüente dependência⁵¹.

Candido se apressa em prevenir que não pretende, com tais considerações, execrar o gênero, ou, ao menos, não antes de estabelecer distinções que possibilitem perceber a ficção regionalista “como conseqüência da atuação que as condições econômicas e sociais exercem sobre a escolha dos temas”⁵².

⁴⁹ Idem, p.186.

⁵⁰ CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, A. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987. p. 140-162

⁵¹ CANDIDO, op.cit. p. 157.

⁵² Idem, ibidem.

Para ele, “o regionalismo foi uma etapa necessária, que fez a literatura, sobretudo o romance e o conto, focalizar a realidade local. Algumas vezes foi oportunidade de boa expressão literária, embora na maioria os seus produtos tenham envelhecido”⁵³. Sua argumentação também explicita que não seria adequado afirmar que o regionalismo acabou. Ao contrário, reconhece que “na América Latina ele foi e ainda é força estimulante na literatura”⁵⁴.

Coincidindo na seleção de áreas temáticas, a expressão regionalista pode ser percebida em etapas diferenciadas em relação ao grau de conscientização. Tais estágios podem ser identificados pela abordagem dada ao tema e a conseqüente função que essa abordagem desempenha. Numa primeira etapa, Candido identifica o regionalismo pitoresco:

Na fase de consciência de país novo, [o regionalismo] corresponde à situação de atraso, dá lugar sobretudo ao pitoresco decorativo e funciona como descoberta, reconhecimento da realidade do país e sua incorporação ao temário da literatura. Na fase de consciência do subdesenvolvimento, funciona como consciência e depois consciência da crise, motivando o documentário e, com o sentimento de urgência, o empenho político⁵⁵.

Entre os exemplos latino-americanos citados pelo autor, no Brasil merece destaque a obra **Vidas secas**, de Graciliano Ramos, publicada em 1938. Situada “em plena fase de pré-consciência do subdesenvolvimento”, ou seja, numa segunda etapa do regionalismo brasileiro, a trama é vista por Antonio Candido como “sem vertigem da distância, sem torneios nem duelos, sem cavalcadas nem vaquejadas, sem o centauro que marca os outros”⁵⁶.

Em *Vidas secas*, Graciliano Ramos leva ao máximo a sua costumeira contenção verbal, elaborando uma expressão reduzida à elipse, ao monossílabo, aos sintagmas mínimos, para exprimir o sufocamento humano do vaqueiro confinado aos níveis mínimos de sobrevivência⁵⁷.

Antonio Candido complementa ainda que, apesar da rotulação “regionalismo” ter sido rejeitada por muitos, “a dimensão regional” seguiria presente em muitas obras

⁵³ Idem, p. 159.

⁵⁴ Idem, ibidem.

⁵⁵ Idem, p. 158.

⁵⁶ CANDIDO, op.cit. p. 159.

⁵⁷ Idem, p. 161.

importantes, mas estaria desprovida de “tendência impositiva” ou “resquíio duma equivocada consciência nacional”. Como diferencial estaria “um refinamento técnico, graças ao qual as regiões se transfiguram e seus contornos humanos se subvertem”. Com isso, os traços pitorescos de antes adquirem universalidade e chega-se, então, a uma terceira fase, que poderia ser designada como super-regionalismo, correspondente “à consciência dilacerada do subdesenvolvimento”⁵⁸. Com isso, o autor conclui que o regionalismo da primeira fase, atrelado ao pitoresco, pode estar superado, mas não os dois momentos posteriores.

Maria Eunice Moreira ⁵⁹, por sua vez, localiza, já nos primórdios da história da literatura sulina, a especificidade do que é produzido no Rio Grande do Sul e identifica tal produção com o regionalismo. Para a autora, a tardia integração ao contexto nacional, devido às guerras pela posse do território; a ausência da Igreja na fundação de escolas e as atividades prioritariamente voltadas para a guerra e para o campo estariam entre as possíveis causas de o Estado ocupar um espaço singular na vida cultural brasileira.

Enquanto em outros centros do país, na segunda metade do século XIX, já se discutiam as questões relativas à formação de uma literatura nacional, o Rio Grande registrava apenas algumas esparsas produções em versos cujos temas ligavam-se às atividades próprias da província: a guerra e a vida no campo⁶⁰.

É somente no final da década de 60 do século XIX que ocorre o despertar do Estado para a criação de sua literatura, por intermédio da referida Sociedade Partenon Literário. Conforme identifica Antonio Hohlfeldt⁶¹, também coube ao grupo de escritores do Partenon a definição de um modelo amplamente seguido: a inclusão da Revolução Farroupilha como tema e pano de fundo das obras literárias. A confirmação vem desde **O corsário** (1851), de Caldre e Fião; **O vaqueano** (1872), de Apolinário Porto Alegre; e **Os farrapos** (1877), de Oliveira Belo. Mais tarde, o tema se consagra nas obras de Simões Lopes Neto e Alcides Maya.

⁵⁸ Op. cit, p. 162.

⁵⁹ MOREIRA, Maria Eunice. Regionalismo literário rio-grandense: invenção da historiografia literária. In: MALLARD, Letícia et al. **História da literatura – ensaios**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p. 75-97.

⁶⁰ Idem, p. 77.

⁶¹ HOHLFELDT, Antônio. História e Literatura no Rio Grande do Sul. In: HOHLFELDT, A. **Literatura e vida social**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996. p. 9-34.

Desaparecido o gaúcho original (...) a classe dirigente, agora alçada a um status literário de destaque (...) transfigura a recente derrota militar imposta pelo governo central, ao mesmo tempo em que, mitificando a figura antiga do centauro dos pampas, desenvolve sobre ele o discurso que melhor atende a seus interesses: proletarizado ou eliminado, o gaúcho revive sob o manto protetor da arte, transformado em herói⁶²

Como conseqüência da eleição da Guerra dos Farrapos para ambientação clássica de boa parte das obras ficcionais sulinas, diversas personagens decalcadas da História daquele período passaram a disputar a função de heróis literários. Entre os principais, está o líder revolucionário Bento Gonçalves, de presidente da República Farrroupilha, que lutou à frente dos rebeldes, ganhou e perdeu batalhas, foi preso, mas escapou triunfalmente.

Destaque semelhante tem o general Antonio de Souza Netto, que era considerado um dos mais importantes comandantes farroupilhas, tanto pela habilidade bélica como pela confiança que desfrutava junto a Bento Gonçalves. Netto liderou a famosa, e por vezes decisiva, Brigada de Lanceiros Negros e foi quem proclamou a independência depois de vencer a Batalha do Seival. Também migraram da história para a literatura nomes como David Canabarro, que, além do papel desempenhado na década de confronto militar, representou a república farrapa no tratado de paz com o império; o italiano Giuseppe Garibaldi e a lagunense Anita, que levam o heroísmo para a Itália; além de Onofre Pires, Corte Real, Teixeira Nunes e outros.

Sergius Gonzaga⁶³, um dos representantes da corrente crítica que procura evidenciar que a mitificação fomentada pela literatura disfarça as diferenças sociais e favorece a dominação pelos latifundiários, chama a atenção para aspectos subjacentes à exaltação da temática gaúcha desenvolvida por integrantes da Sociedade Partenon Literário. Segundo o autor, a literatura por eles desenvolvida vai servir para louvar “os tipos mais caros à classe dirigente” e, por conseqüência, fortalecê-la:

Articulava-se uma troca: ascensão, prestígio ou simples reconhecimento cambiados por sub-ideólogos, aptos a oferecer fórmulas (amenas à oligarquia)

⁶² Idem, p. 12.

⁶³ GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: DACANAL, J. & GONZAGA, S. (org.) **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 113-132.

de representação da realidade, e por artistas, capazes de pôr em prosa e verso as qualidades varonis dessa mesma oligarquia⁶⁴.

Já Lígia Chiappini⁶⁵ recomenda cautela diante da percepção de que o discurso encomiástico do mito do gaúcho-herói favorece as classes dominantes do Rio Grande do Sul. Ela propõe que se observe também uma outra possibilidade de interpretação para o olhar voltado para o passado idealizado, representado na literatura. Especialista no estudo do conjunto da obra de Simões Lopes Neto, ela alude a *Contos gauchescos*, obra na qual o narrador Blau Nunes rememora com saudade um “tempo bom”, para indagar até que ponto pode ser vista como “reprodução da ideologia dominante”.

Minha intenção é relativizar um pouco essas afirmações e lembrar que o fenômeno pode ter, no mínimo, duas faces, contraditórias e complementares: dependendo do caso, a analisar com cuidado, o que Sergius lê como reprodução da ideologia dominante pode ser lido também como forma de resistência do que há de humano em homens reduzidos a servos, e essa pode ser a dupla face inclusive dos cantos da monarquia⁶⁶.

Também é Lígia Chiappini quem registra, *no ensaio Relações e tensões nos países do Mercosul: o lugar ambíguo da gauchesca brasileira*⁶⁷, o “desconhecimento mútuo entre o Brasil e a América Hispânica, mesmo numa comarca cultural em que se identificam facilmente as semelhanças na literatura e nas artes”. Entretanto, apesar da fragilidade do reconhecimento do intercâmbio temático – ora estreitado, ora não, como evidencia a autora –, as delimitações do gênero gauchesco coincidem independentemente da nacionalidade, com a ressalva de que no Brasil “a gauchesca se aplica indistintamente para poema e prosa, sem fazer a diferença que se faz no Prata”.

A abordagem do gênero gauchesco proposta por Josefina Ludmer⁶⁸, a partir do prisma platino, concorre para o entendimento da gauchesca sul-rio-grandense.

⁶⁴ Idem, p. 126.

⁶⁵ CHIAPPINI, Lígia. História, regionalismo e ideologia: do Partenon a Simões Lopes (sobrevôo). In: CHIAPPINI, L. **No entretanto dos tempos: literatura e história em João Simões Lopes Neto**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 279-289.

⁶⁶ Idem, p. 183.

⁶⁷ 2004. Disponível no endereço eletrônico do Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins:

<http://www.celpcyro.org.br/httpwww.celpcyro.org.br/Templates/RELAcoESETENSsoESNOSPaiSESDOMER/COSUL.htm>. Acesso em 28/5/2006.

⁶⁸ LUDMER, Josefina. O corpo do gênero e seus limites. In: LUDMER, J. **O gênero gauchesco: um tratado sobre a pátria**. Trad. Antônio Carlos Santos. Chapecó: Argos, 2002. p. 13-115.

Segundo a autora, “duas cadeias de usos, entrelaçadas, poderiam delimitar o gênero gauchesco”. É o que percebe na articulação entre as leis e as guerras.

O primeiro limite do gênero é a ilegalidade popular. De uma parte, a chamada “delinqüência camponesa” (o gaúcho “vadio”, não proprietário e sem trabalho e nem domicílio fixos, a conhecida equação despossuídos = delinqüentes), e, de outra, correlativamente, a existência de um duplo sistema de justiça que diferencia cidade e campo: a lei dos vadios e seu corolário, a de recrutamento, vale sobretudo no campo. Esta dualidade liga-se, por sua vez, à existência de uma lei central, escrita, que enfrenta no campo o código consuetudinário, oral e tradicional⁶⁹.

Josefina Ludmer explica que o que chama de “delinqüência” do gaúcho não é senão o “efeito de diferença” entre os dois ordenamentos e responde à “necessidade de uso”, qual seja: de mão-de-obra para os fazendeiros e de soldados para o exército. Neste segundo uso, estaria a indicação do outro limite do gênero, as guerras.

Com as leis e as guerras se pode estabelecer a primeira cadeia de usos que articula o conjunto do gênero e lhe dá sentido: a) utilização do “delinqüente” gaúcho pelo exército patriota; b) utilização de seu registro oral (sua voz) pela cultura letrada: gênero gauchesco. E mais adiante: utilização do gênero para integrar os gaúchos à lei “civilizada”⁷⁰.

A segunda cadeia de usos do gênero gauchesco proposta por Josefina Ludmer estaria inserida no centro da primeira e seria “a cadeia da voz e a dos sentidos da voz”. Isso porque

a) o uso do gaúcho pelo exército acrescenta um sentido diferente à voz “gaúcho”; b) os sentidos da voz “gaúcho” são definidos no uso da voz diferencial do gaúcho: gênero gauchesco; e mais adiante: c) o gênero define os sentidos dos usos diferenciais do gaúcho⁷¹.

No estudo *A ideologia regionalista*⁷², Flávio Loureiro Chaves analisa a evolução da literatura no Estado, sinalizando sua consonância com o projeto nacionalista do Romantismo.

O regionalismo no Rio Grande do Sul – de Apolinário Porto Alegre a Alcides Maya – formou-se e evoluiu-se sob o signo da tradição romântica e dessa intenção programática de documentar o espaço circundante através dos

⁶⁹ Idem, p. 18.

⁷⁰ Idem, ibidem.

⁷¹ Idem, p. 30.

⁷² CHAVES, Flávio Loureiro. *A ideologia regionalista*. In: CHAVES, F.L. **Simões Lopes Neto: regionalismo & literatura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 9-19.

cenários típicos, da recuperação do acervo folclórico e lendário, da inclusão dos falares regionais na matéria de ficção. Em alguns (...), a influência soberana do modelo romântico acabou empurrando a verossimilhança para um plano secundaríssimo e gerou um excesso de idealização a mascarar aquela mesma realidade que era o seu ponto de partida “programático”; em outros (...), a região impõe-se com toda a força da sugestão literária e as respectivas obras aceitam a reportagem, a história, a sociologia sob o disfarce convencional das situações e personagens imaginárias⁷³.

Flávio Loureiro Chaves alerta, no entanto, que nenhum dos escritores estaria a salvo da “contradição interna” já identificada por Antonio Candido, qual seja, o “conflito por vezes constrangedor entre a realidade e o sonho”⁷⁴. A exceção, a confirmar a regra, estaria em *Recordações gaúchas*, de Laf⁷⁵, onde, segundo Chaves, predomina a realidade na descrição da paisagem e no registro dos fatos, dos hábitos e do linguajar, evidenciando o esgotamento do modelo romântico. Mas o autor ressalva que o texto de Laf já é “plenamente naturalista e, talvez por isso mesmo, o documento mais sincero produzido pelo regionalismo gaúcho até os dias de Simões Lopes Neto: a única ‘reportagem’ que se define como tal”⁷⁶.

Loureiro Chaves propõe, então, a resposta para a indagação de por que o Rio Grande do Sul não ofereceu, antes de Lopes Neto, nenhuma grande obra regionalista, apesar de a tradição do gênero ter-se instaurado com “raízes profundas e duradouras”, a ponto de ter-se convertido “em marca de identidade de toda a ficção”: “Por quê? Porque não há caso anterior a Simões Lopes onde a contradição interna tenha sido ultrapassada e por isto em nenhum caso se observa a ‘capacidade de, lidando com elementos locais, atingir o universal’”⁷⁷.

Na esquematização do regionalismo no Rio Grande do Sul proposta por Lígia Chiappini, tem-se “três direções”, tomadas pelos escritores a partir da década de 20. A primeira seria aquela “que continua no velho estilo de Alcides Maya, mais descritivo, sem inovações de linguagem nem de técnicas”. A segunda estaria caracterizada pela

⁷³ Idem, p. 12.

⁷⁴ CANDIDO *apud* CHAVES, op. cit. p.12.

⁷⁵ Forma como assinava Luís Araújo Filho.

⁷⁶ CHAVES, op. cit. p. 12.

⁷⁷ Op. cit. p. 13.

renovação de temas. E a terceira traria inovação de técnicas, às vezes mantendo temas e perspectivas antigas.

Hohlfeldt⁷⁸ prefere recorrer à periodização proposta por Salgado Martins (1947), também tríplice, para propor a seguinte ordenação: uma fase inicial, inaugurada com **O corsário** (1851), de expressão romântica e que seguirá até o final do século, quando a estrutura econômica e política do Estado passa por transformações; uma fase de transição, quando ocorre uma mescla de tendência e tem-se a excelência em texto, com Simões Lopes Neto, e posição crítica sobre a realidade, com Alcides Maya; e uma fase crítica, nos anos 30, iniciada com **Sem rumo**, em que Cyro Martins propõe a imagem do “gaúcho a pé”, então caracterizada pela ausência de posses, da terra ao cavalo, e pela marginalização. Por qualquer ângulo que se olhe, uma coisa é certa: o regionalismo responde por uma longa tradição dentro da literatura produzida no Rio Grande do Sul.

2.3 Temas sul-rio-grandenses

Afora os estudos em que enfocou as diversas fases históricas e estéticas por que passou a produção literária no Estado, Regina Zilberman⁷⁹ se dedica – em **Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul** – a refletir sobre os temas desenvolvidos pela literatura sulina. Para isso, elege sete tópicos temáticos sobre os quais estabelece sua análise: a) condições de trabalho, b) a visão do gaúcho, c) História e poder, d) a cidade e seu habitante, e) a mulher: escritora e personagem, f) humor à gaúcha e g) o escritor – um ser social.

⁷⁸ HOHLFELDT, Antônio. A gauchesca na tradição nacionalista. In: Hohlfeldt, A. **Trilogia da campanha**. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1998. Dissertação de mestrado. p. 101-128.

⁷⁹ ZILBERMAN, Regina. **Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: LP&M, 1985. Col. Universidade Livre.

A literatura do Rio Grande do Sul está arranjada por temas, cuja freqüência vai configurando, ao longo do tempo, a identidade de nossa produção. Não são os temas escolhidos os únicos encontráveis num conjunto de obras cuja história já soma mais de 100 anos. Mas parecem ser os mais constantes, de certa maneira constituindo os motivos a que o escritor acaba por não poder se furtar, enfrentando-os e alargando seus limites, em outras palavras, participando dessa tradição e revelando sua solidariedade mais profunda com o meio cultural em que ocorre sua formação⁸⁰.

Segundo a autora, coube a Nicolau Dreys, em *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul* (1839), a primeira menção aos tipos humanos característicos da região, apresentando diferenças entre o rio-grandense e o gaúcho. Ao primeiro, caracteriza como um homem do campo, que se veste com indumentária própria e tem explícita predileção pelo cavalo. Ao gaúcho, atribui outros contornos, igualmente bem-definidos:

Sem chefes, sem leis, sem polícia, os gaúchos não têm da moral social senão as idéias vulgares, e sobretudo uma sorte de proibidade condicional que os leva a respeitar a propriedade de quem lhes faz benefício ou de quem os emprega, ou neles deposita confiança (...) ele [o gaúcho] diverte-se, sofre, mata e morre com o mesmo sangue-frio⁸¹.

A explicação para a fusão dos dois tipos – o homem do campo e o homem sem lei – até se chegar, mais tarde, ao ponto de a palavra gaúcho tornar-se adjetivo gentílico para todo o nativo do Estado (conforme já abordado neste estudo), tomamos por empréstimo de Augusto Meyer. Às vezes idealizando, às vezes desmistificando a figura do gaúcho, a literatura sulina teria contribuído decisivamente para a consolidação desse fenômeno de “ressementização”, sendo seu compromisso com a representação do rio-grandense do campo a origem de sua filiação ao regionalismo. Zilberman acrescenta, então, que

o Regionalismo, no âmbito da literatura, encampou a visão do gaúcho, tornando-se uma das facetas de um processo de valorização da cultura local (...) mas não se desvinculou das transformações estéticas, estilísticas e temáticas por que passou a literatura nacional ao longo de todo este tempo. De modo que o Regionalismo converteu-se num híbrido, misto de diferentes questões, algumas de ordem histórica – quando é concebido como uma tendência literária, eventualmente já ultrapassada, da literatura brasileira; outras, de ordem ideológica – quando é questionada sua validade, seja por faltar-lhe a universalidade requerida às criações artísticas, seja por servir de

⁸⁰ Op. cit. p. 8.

⁸¹ Idem, p 20-2.1

instrumento à difusão de uma concepção classista contrária aos interesses populares⁸².

Esse mesmo hibridismo também se apresentaria na imagem do gaúcho fartamente representada na literatura, o que Zilberman demonstra num apanhado que vai desde os precursores da Sociedade Partenon Literário (1868), passando pela chamada “idade do ouro” da gauchesca, até cerca de 1930. Ressalta, ainda, que o “impulso regionalista” coincidiu com o período da Velha República, estando entre os escritores diversos republicanos (como Apolinário Porto Alegre). Com isso, a autora chama a atenção para a potencialidade que a literatura passa a ter como difusora do ideário republicano, servindo também como arauto em defesa da autonomia para as províncias, em contraposição ao modelo centralizador da monarquia que era, por sua vez, prejudicial a regiões como o Rio Grande do Sul.

A essa missão prestava-se bem o tipo gaúcho, pois “ancestralmente associado à independência pessoal e à falta de laços domésticos, podia simbolizar a autonomia desejada”. A ele também pertencia o caráter guerreiro que lhe foi dotado pela história da região, conquistada em luta com os índios e constantemente disputada com os países do Prata. Além disso, tal qual outras figuras do regionalismo no país, o gaúcho é apresentado como superior aos demais tipos humanos, como o estrangeiro, o castelhano, o ilhéu, o italiano... e, ainda, os não-rio-grandenses em geral.

Zilberman aponta, no entanto, algumas ressalvas. A primeira seria quanto ao narrador regionalista:

Ele é exterior aos acontecimentos e figuras, um assistente culto que transfigura o que vê. Por isso, a narração faz-se segundo um registro urbano erudito que se diferencia do falar das personagens, aquelas que o autor deseja elevar, mas cuja inferioridade social, traduzida na expressão lingüística deformada, vem a ser indicada⁸³.

A eliminação do distanciamento e a integração entre o mundo do narrador e o das personagens, assim como a transposição de modo natural da oralidade da fala da região para a literatura, viriam a ocorrer plenamente com Simões Lopes Neto. A ele é

⁸² Op. cit. p. 21-22

⁸³ Op. cit. p. 28.

atribuído o mérito de incorporar a perspectiva de seus protagonistas. E, junto com a linguagem, é introduzida a visão das personagens acerca de sua realidade circundante, ou seja, transparece a sociedade primitiva na qual estão inseridas. Em tal contexto em que a lei não impera, entre os mandamentos mais respeitados está o da preservação da honra pessoal, que justificaria qualquer violência. Zilberman registra a eclosão do banditismo na literatura e ressalta que Simões Lopes Neto evita julgar seus heróis a partir de um padrão diverso do que seria peculiar aos contemporâneos desses.

O escritor desnuda o modelo idealizado do Regionalismo, não por denunciar seu convencionalismo e artificialidade, mas por recuperar sua origem popular, nômade e guerreira, à época da formação da sociedade sulina, quando o gaúcho podia acreditar-se indomado como a natureza que o cercava. Há uma vitalidade original nos heróis e no mundo representado; mas percebe-se também, na narrativa de Blau, o sentimento de que tudo aquilo pertenceu à sua juventude. Quem narra as histórias é um velho, consciente de que aquele tempo passou, perdendo-se com ele os valores que preza e que não reconhece na atualidade⁸⁴.

Outra ressalva feita por Zilberman é “a rejeição quase total do Modernismo enquanto estética, já que a adesão àquele movimento não podia vir desacompanhada da aspiração à modernização da sociedade”. Ela esclarece, no entanto, que não é que não tenha havido modernistas gaúchos nos anos 20, mas esses ou abriram mão do Regionalismo (seria o caso de Augusto Meyer), ou deixaram o Estado (Raul Bopp). Com isso, constata que entre a prosa dos autores à época da República Velha e a dos romancistas de 30 não há propriamente uma quebra, mas o “aprofundamento das questões”.

Zilberman afirma ainda que o surto de romances da década de 30 não pode ser dissociado do fenômeno nacional marcado pelo surgimento da ficção de Graciliano Ramos, Raquel de Queirós e Jorge Amado. No Rio Grande do Sul, também surge uma nova geração de escritores, e “os temas se generalizam, rompendo-se o monopólio do veio gauchesco”. O assunto de inspiração regional passa a ser apresentado sob outras óticas, como por exemplo: a decadência dos Albuquerque, proprietários rurais mostrados por Erico Verissimo, em **Música ao longe** (1935); o empobrecimento da

⁸⁴ Op. cit. p. 29.

economia pastoril e o êxodo rural, em **Sem rumo** (1937) e **Porteira fechada** (1944), de Cyro Martins; a exploração dos trabalhadores e a resistência grevista, em **Xarqueada** (1937), de Pedro Wayne.

Zilberman sinaliza que o homem do campo continuou a atrair a atenção de escritores, mas o centro de interesse passou a ser o peão, o trabalhador rural. Os assuntos foram atualizados e tornaram-se mais críticos, apesar do posicionamento nostálgico ainda vigente bloquear uma ruptura definitiva:

Se não conseguiu alargar o campo de representação do Regionalismo, mantendo-o fiel ao universo da Campanha e seus protagonistas, proprietários e peões, montados ou a pé, fez com que se definisse por um destes caminhos: ou passava a filtrar aqueles tópicos pela ótica social, vendo o homem do campo sob o enfoque da classe a que pertencia e cujos valores encampava; ou conservava as técnicas e temas de antes, mergulhando num passado cada vez mais acentuado, cultivando tradições que desapareciam e imobilizando a imagem do gaúcho num contexto atemporal a fim de evitar o confronto daquela com o presente e a vida concreta⁸⁵.

Mantendo sua vitalidade, o “veio temático” focado na figura do gaúcho passa, então, por contínuas transformações, como mapeia Zilberman, localizando-as nos anos 30 e tendo Vargas Neto como precursor. Em diversos textos, ficam evidenciadas as mudanças nos valores do mundo rural, indicando as rupturas com a “tradição glorificante de outras épocas” e com a nostalgia pelos tempos perdidos, bem como com a representação realista documental.

Com efeito, os textos exploram possibilidades inovadoras de expressão literária, num sentido, transfigurando elementos e figuras do universo rural em símbolos da condição humana, noutro, este mais fiel à percepção da realidade pelo homem do campo, manifestando uma concepção mítica de mundo⁸⁶.

A cosmovisão mítica, assentada no século XIX, continua manifestando-se em Simões Lopes Neto, depois em Manoelito de Ornellas (**Tiaraju**, 1945) e Erico Verissimo (**O Continente**, 1949), e acentuando-se nos anos 80, quando é expressa em diversas obras. Nesse processo, que passa pelo foco na figura feminina e pela representação da imagem da América ocupada e desolada, Zilberman identifica a possibilidade de o

⁸⁵ ZILBERMAN, op. cit. p. 33

⁸⁶ ZILBERMAN, op. cit. p. 36.

Regionalismo voltar-se a novos motivos e assumir “uma perspectiva ainda ausente, a dos dominados”.

Com isso, ao longo do século XX, a literatura de assunto regional teria ampliado seus caminhos, rompendo com a tendência de encampar uma função ideológica:

O Regionalismo acabou por abandonar um antigo companheiro de viagem: (...) o gaúcho. Mas pôde ampliar seu repertório: converteu-se em leitura da história, segundo um roteiro próprio que, se busca recuperar os laços com o passado, procede-o sem guias previamente estabelecidos e com metas inovadoras⁸⁷.

Com o objetivo de delimitar a produção literária sulina a partir de seus temas, Zilberman enfatiza o caráter decisivo que teve a “canalização de fatores de ordem histórica” na formulação temática, sobretudo, no que diz respeito à figura do tipo gaúcho. Assim, a referência à História construiu-se como uma constante ao longo do percurso da literatura regionalista, seja alinhada aos princípios tradicionais, na visão do passado como o paraíso perdido, seja ao evidenciar as transformações sociais ou ao narrar o período de povoamento da região. E, da mesma forma que o desenvolvimento temático das obras amparou-se predominantemente na representação do gaúcho como ícone do regionalismo sulino, também passou a respaldar outras figuras representativas da formação do universo gauchesco, como o imigrante e o índio, para citar dois exemplos expressivos, posto que bastante encontrados, de modo especial na ficção da segunda metade do século XX.

⁸⁷Idem, p. 38.

3 SEPÉ TIARAJU – UMA TEMÁTICA IDENTITÁRIA

3.1 Sepé: da origem às apropriações

Na historiografia literária sul-rio-grandense, é claro o espaço concedido à Revolução Farroupilha como momento fundador. A extensa relação de obras que têm o confronto armado ocorrido entre 1835 e 1845 como tema e pano de fundo comprova sua fixação e ratifica a percepção de ser o evento um “divisor de águas”, como descreve Antonio Hohlfeldt:

A luta farroupilha funciona como um divisor de águas radical, independentemente da interpretação que se queira dar a seus episódios, causas e conseqüências. Depois da paz de Poncho Verde, em 1845, iniciamos propriamente a história do Rio Grande do Sul, com o surgimento do aparelho administrativo e político eficiente, o cercamento das propriedades, o desaparecimento por eliminação física ou por proletarianização do antigo gaúcho, agora transformado em marginal, ladrão de gado ou, se deixou submeter, em peão de estância, controlado pelos rondas que primeiro atiram e depois indagam⁸⁸.

É também a partir do episódio armado protagonizado pelos farrapos que se consolida o gaúcho. Representado desde a concepção mitificada até a degeneração final, o tipo estabelece os alicerces identitários sul-rio-grandenses. Mas como lidar com percepções que não se encaixam nessa perspectiva? De que forma as manifestações literárias acomodam referências herdadas de um período anterior ao definido como

⁸⁸ Op. cit. 1996, p. 11.

fundador? Qual o espaço que ocupa uma personagem que se situa há cerca de um século antes da Guerra dos Farrapos?

Registros historiográficos indicam que o índio Sepé Tiaraju, corregedor da comunidade de São Miguel durante a Guerra Guaranítica do século XVIII, esteve entre os comandantes da reação indígena contra a desocupação dos Sete Povos das Missões. Na tese **As vidas de Sepé**, Eliana Pritsch⁸⁹ se propõe a pôr em relevo “as diferentes acepções que essa figura esteve sujeita quando priorizada pela História, pela Literatura ou pela Antropologia”:

Cada uma dessas “vidas” reveste-se de suas respectivas vinculações ideológicas que transformam Sepé em uma figura controversa, mítica e polêmica. Na verdade, a pessoa histórica dispersa-se na criação da personagem, da antiga máscara (persona), que a torna, por outro lado, também um ser autônomo e complexo⁹⁰.

A autora assinala que “há farta documentação primária sobre a história das Missões”, sendo essa formada, basicamente por registros feitos por integrantes dos exércitos que se encarregaram do cumprimento do Tratado de Madri e por padre jesuítas envolvidos nas reduções, ainda pela “volumosa correspondência das cortes entre si, das cortes com os representantes da Companhia de Jesus, bem como entre os próprios missionários e outros religiosos”⁹¹.

É documento importante sobre a vida nas Missões a obra do padre tirolês Antônio Sepp S. J. (1655-1733), que apresenta muitos aspectos da vida cotidiana missioneira e da sua estrutura organizacional e administrativa. Essa obra abrange as primeiras décadas do século XVIII, época em que Sepp esteve atuando na Missão de São João Batista, fundada por ele em 1697⁹².

Como fontes históricas do período especificamente relacionado à Guerra Guaranítica, entre os anos 1753 a 1756, Pritsch destaca dois Diários ligados à expedição do exército português, comandada por Gomes Freire de Andrade, que tiveram como autores o capitão Jacinto Rodrigues da Cunha e o engenheiro José Custódio de Sá e Faria. De parte da coroa espanhola, são relacionados os relatos de

⁸⁹ PRITSCH, Eliana Inge. **As vidas de Sepé**. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras/Estudos Literários, UFRGS. Porto Alegre, 2004.

⁹⁰ Idem, p. 106.

⁹¹ Idem, ibidem.

⁹² Idem, ibidem.

José de Andonaegui (capitão-general, governador das Províncias do Prata e comandante espanhol da ação comum dos dois exércitos), José Joaquim Viana (governador de Montevideú) e Francisco Graell (capitão de dragões espanhol). Completam a documentação os registros dos padres jesuítas Bernardo Nusdorffer (ex-Superior Provincial do Paraguai), Tadeu Enis (padre auxiliar da Missão de São Miguel) e Juan de Escandón (sócio dos Provinciais, Procurador da Província do Paraguai). Apesar da diversidade de documentos, a autora afirma haver convergências de informações, inclusive com a *Relação abreviada* (1757), atribuída ao Marquês de Pombal.

A proporção do espaço destinado a Sepé Tiaraju na documentação histórica estaria entre as similitudes das versões. Os registros confirmam que o índio foi um dos líderes contrários ao desterramento determinado pelo Tratado de Madri⁹³ (1750), estando sua atuação restrita a alguns episódios.

Levando-se em consideração a documentação existente, percebe-se que o espaço reservado a Sepé Tiaraju é bastante diminuto, pois o foco central desses relatos são as operações de guerra, as tratativas e outras considerações genéricas. Mesmo assim, Sepé é um dos poucos índios nomeados nos textos. Começa a ficar evidente, desde então, um descompasso entre o espaço histórico e o espaço literário reservados ao capitão guarani. Muitas vezes, diferentes episódios protagonizados por outros líderes ou episódios nos quais os textos históricos não deixam clara a participação de Tiaraju foram reaproveitados pela literatura que, via de regra, fez confluir para a figura de Sepé todos os atributos positivos⁹⁴.

Eliana Pritsch delimita a atuação de Sepé em quatro momentos durante o período da Guerra Guaranítica. O primeiro se refere ao confronto com a expedição de demarcadores na região de Santa Tecla, em fevereiro de 1753. O segundo episódio diz respeito aos ataques ao Forte de Rio Pardo e seus desdobramentos, sendo o primeiro conflito em fevereiro de 1754 e o segundo em abril do mesmo ano. O terceiro momento está localizado nas tratativas e na trégua estabelecida entre os índios e os portugueses, em novembro de 1754. Já o quarto episódio é datado de mais de um ano depois, na

⁹³ Acordo assinado pelas coroas de Portugal e de Espanha redefinindo os limites territoriais das áreas conquistadas pelos dois reinos na América do Sul. Nos termos do tratado ficou definido que Portugal entregaria a Colônia do Sacramento, cabendo à Espanha a desocupação da região, atualmente pertencente ao Rio Grande do Sul, onde estavam situadas sete das trinta reduções jesuíticas.

⁹⁴ PRITSCH, op. cit. p. 107.

escaramuça do dia 7 de fevereiro de 1756, quando Sepé é morto em combate. A autora ressalta, porém, que, mesmo nesses quatro episódios, a participação do índio não é apresentada de forma inquestionável:

No que diz respeito aos dois ataques ao Forte de Rio Pardo, no primeiro deles se destaca a participação – ativa ou não – do Pe. Tadeu Enis. Sepé só é mencionado expressamente no segundo desses ataques, em abril de 1754, havendo muitas controvérsias sobre sua atuação no episódio, principalmente, no que diz respeito ao modo como se deu sua prisão e fuga⁹⁵.

Outras divergências também afloram. Uma delas é com relação às negociações para a trégua firmada entre os índios e os representantes da coroa portuguesa, no final do ano de 1754 pois, com relação ao “acordo de paz estabelecido entre os portugueses e os índios, em nenhuma documentação direta aparecem referências a Sepé, apesar de a tradição posterior consagrar o encontro com Gomes Freire Andrade, às margens do Rio Jacuí”⁹⁶. E a autora identifica novas controvérsias:

O último episódio, o da morte de Sepé, também é registrado de forma variada: alguns o fazem com maior, outros com menor detalhamento. As principais diferenças dizem respeito ao que foi feito do corpo do herói após sua morte e sua identificação. Depois desses episódios diretos, o nome de Sepé escasseia nos relatos, aparecendo, principalmente, nos processos realizados logo em seguida ao desfecho da Batalha de Caiboaté e nos processos instaurados por Pedro Cevallos, em fins de 1759. Nos depoimentos dos padres jesuítas e dos índios, o nome de Sepé surge como uma marca temporal dos acontecimentos e os elementos que estarão na lenda popular ainda não têm registro: nem Sepé intervém, em espírito, nas batalhas seguintes; nem possui um lunar brilhante, sinal divino; nem suas lágrimas converteram-se em riacho de águas milagrosas⁹⁷.

Eliana Pritsch considera que, no início do século XX, houve um incremento considerável nos estudos sobre a Guerra Guaranítica e as Missões Jesuíticas, destacando trabalhos como os de Aurélio Porto e Carlos Teschauer. Ela afirma, no entanto, que “em todos eles, os dados referem-se, de maneira genérica, à figura de Sepé, reproduzindo, em maior ou menor grau, as informações dos documentos anteriores”⁹⁸. Os registros centram-se, sobretudo, nos três últimos anos da vida do

⁹⁵ PRITSCH, op. cit. p.107.

⁹⁶ Idem, p. 105.

⁹⁷ Op. cit, p. 108-109.

⁹⁸ Idem, p. 137.

cacique, sendo que a prioridade da documentação está em registrar a guerra em si e não em compor um perfil de Sepé.

Segundo a autora, é somente com a obra **Sepé Tiaraju** (1985), do historiador Tau Golin, que são apresentados dados um pouco mais consistentes sobre a vida de Joseph Tyarayu, nome pelo qual o índio é mencionado na correspondência dos jesuítas.

O autor, nessa obra, faz referência ao nascimento de Sepé, cuja data não é precisa, porém, estima-se ter sido entre a segunda e a terceira década do século XVIII. (...) Golin, na função de historiador, lança mão de dados mais completos, na medida em que coteja as versões dos diferentes documentos setecentistas, para compor a descrição do herói⁹⁹.

Tau Golin¹⁰⁰ lança, já nas páginas iniciais do livro, o que chama de “identificação e roteiro” do assunto que se propõe a abordar. Os primeiros itens que relaciona – antes de situar datas e fatos referenciais para o entendimento da história das Missões – tratam da identificação de Sepé:

Nome: Joseph Tyarayu, conforme registro em espanhol e guarani. José Tiaraju, tradução portuguesa; Títulos: Cacique Sepé, Capitão, Alferes Real e Corregedor do Povo de São Miguel, da Província Jesuítica do Paraguai; e Nascimento: ? até hoje procura-se os livros de batismo. Nasceu possivelmente entre a segunda e a terceira década do século XVIII¹⁰¹.

Os diversos significados que poderiam explicar a denominação pela qual o índio ficou conhecido, Sepé, são também objeto da análise do autor:

Sepé foi batizado como José Tyarayu ou Tiararu. O invasor e seus descendentes passaram a grafá-lo, mais tarde, como Tiaraju. E assim passou a constar nos mapas. Desse modo figura nas placas de bar e denominação de Centro de Tradições Gaúchas. Entretanto, entre os índios, José Tyarayu era o Sepé. Não tem sido pouca a polêmica sobre o seu significado. No tempo em que o índio viveu não ficou documento definindo com precisão o significado de Sepé. Ele foi registrado de diversas formas: Sepée, Çape, Zepe, Sapé ou Cepe¹⁰².

Das tentativas de definição surgidas concomitantemente ao debate em torno das Missões Jesuíticas, Golin se refere a Aurélio Porto, que vê uma possível relação

⁹⁹ Idem, p. 134

¹⁰⁰ GOLIN, Tau. **Sepé Tiaraju**. Porto Alegre: Tchê, 1985. (Coleção Esses Gaúchos).

¹⁰¹ GOLIN, op. cit, p. 10.

¹⁰² Idem, ibidem.

semântica entre Sepé e “sapé” ou “çapé”, nome de uma gramínia, bastante conhecida no Estado, também chamada de capim santa-fé, que é utilizada para cobrir ranchos e, depois de seca, para fazer fachos. Assim, Sepé poderia indicar “o que alumia”. Outras percepções acrescentam ser Sepé uma corruptela indígena de José ou de “eçapé”, que pode ser traduzido por “ver caminho, alumiar”; na língua charrua, significar “sábio”; e, ainda, poder significar “chefe”.

Apesar de contestar autores que tomam Sepé como personagem central dos acontecimentos ligados à Guerra Guaranítica, Golin assegura-lhe destaque ao descrevê-lo como “o primeiro a compreender a impossibilidade de enfrentar o inimigo em campo aberto”:

Sepé assumiu (...) “nuances” de guerrilha porque essa era a única forma que tinha para enfrentar um poderoso exército com pouco mais de cem índios. (...) Essa forma de luta não foi adotada por Tiaraju como “forma geral” de enfrentamento do inimigo. Ele a concebia um para curto período, até que os guaranis, sob o comando de Neenguiru se organizassem. Sepé também acreditava numa luta frontal. Defendia a idéia de que deveriam se fortificar no Monte Grande (hoje serra de Santa Maria a Santiago) e, ali, esperar os espanhóis e portugueses. Com sua cavalaria, ficaria acometendo o exército para retardá-lo. (...) Tiaraju estava absolutamente certo no que diz respeito à impossibilidade de lutarem na campanha. Caso essa opinião prevalecesse, depois de sua morte, não teria ocorrido a chacina de Caiboaté¹⁰³.

Diversos estudos acadêmicos que tomaram por questão norteadora a aproximação entre a figura histórica e suas representações literárias enfatizam a construção do mito Sepé Tiaraju. No estudo *Sepé Tiaraju: lenda, mito e história*, Moacyr Flores¹⁰⁴ frisa que a “história despoja Sepé Tiaraju de sua grandeza mitológica, reduzindo-o à dimensão humana, porque a história é ciência que se faz com documentos”¹⁰⁵. Conforme os registros historiográficos que o autor elenca, o guerreiro teria sido um dentre outros líderes da resistência indígena contrária ao desterramento, determinado pelo acordo entre Portugal e Espanha. Mesmo a sua morte, um dos aspectos mais valorizados nas representações literárias, estaria desprovida de heroísmo, pois tendo Sepé caído da montaria, foi alvejado por um tiro:

¹⁰³ Op. cit. p. 78.

¹⁰⁴ FLORES, Moacyr. Sepé Tiaraju: lenda, mito e história. In: **Véritas**, Porto Alegre, v. 21, nº 82, 1976. p. 108-115.

¹⁰⁵ Idem, p. 111.

O historiador Aurélio Porto, citando Southey¹⁰⁶, narra que na escaramuça o cavalo de Sepé rodou num buraco de tatu, lançando o cavaleiro por terra. Um soldado português atingiu Sepé com uma lança, mas foi ferido pelo chefe índio. Sepé tentou levantar-se mas foi morto com um tiro de pistola por José Joaquim Viana, governador de Montevidéu¹⁰⁷.

Moacyr Flores ainda acrescenta que Sepé teria tido uma “morte prosaica de um herói sublime”. Segundo ele, as versões de Jacinto Rodrigues da Cunha, autor de um dos diários da expedição, e do padre Bernardo Nusdorffer confirmam que o cavalo teria tropeçado, o cavaleiro teria caído e levado um tiro. Assim, situam “a morte de Sepé Tiaraju em uma dimensão histórica, desmistificando a morte gloriosa de um herói de epopéia”¹⁰⁸. Sobre isso, concorda Eliana Pritsch:

Os historiadores não qualificam Sepé como herói. O guerreiro é, no conjunto, apenas uma dentre tantas figuras que fizeram parte de um determinado episódio. Não é de se estranhar, então, que os documentos históricos tratem tão esporadicamente da figura de Sepé. A personagem literária, ainda quando é mais esquemática, comportando-se de forma quase invariável, tem maior autonomia e revela-se como um ser, fictício, mais complexo¹⁰⁹.

Em contraponto ao espaço restrito, e algo duvidoso, ocupado no universo histórico, a figura Sepé Tiaraju ganhou amplitude e complexidade nas construções ficcionais que se sucederam ao longo de várias décadas do século XX, ressaltando, cada vez mais, seu lado heróico e libertário.

¹⁰⁶ O historiador e poeta inglês Robert Southey escreveu **História do Brasil** entre os anos de 1806 e 1819. Era uma obra nova sobre a nação que estava nascendo, colocando suas realidades políticas, sociais e econômicas em termos objetivos. São tidos como méritos do autor não ter se deixado influenciar pela tradição oficial, particularmente quanto ao esforço desenvolvido pelos jesuítas no Brasil, e o paralelo entre a colonização portuguesa e espanhola quanto à exploração do trabalho indígena. Na edição de 1981 (São Paulo: Itatiaia), a obra está reunida em três volumes.

¹⁰⁷ Op. cit. p. 110

¹⁰⁸ FLORES, op. cit. p. 113.

¹⁰⁹ Op. cit. p. 143-144.

3.2 Múltiplos Sepés literários

Nos registros literários, é justamente a dimensão mitificada que ganha realce. O surgimento de um Sepé Tiaraju literário, entre os intelectuais do Rio Grande do Sul, é atribuído ao escritor Simões Lopes Neto, em **Lendas do Sul** (1913). A origem da abordagem dessa temática, porém, dataria de pouco mais de uma década após os episódios que envolveram a Guerra Guaranítica. O tema foi retomado diversas vezes, seja em versos, seja em prosa, em várias décadas do século XX. Nas palavras de Vânia Pinheiro Chaves,

essas composições, a que talvez não fosse incorreto chamar ‘ciclo narrativo de Sepé’, têm origem e desenvolvimento autônomos, mas não há dúvida de que, pelo menos, os dois escritores que contribuíram decisivamente para a sua propagação – Simões Lopes Neto e Erico Verissimo – conheciam *O Uruguai*, uma vez que há nas suas obras indícios da leitura do poema basiliano¹¹⁰.

O ciclo de obras herdeiras da temática lançada por Basílio da Gama, em **O Uruguai** (1769), estaria então composto por *O lunar de Sepé*, incluído por João Simões Lopes Neto em **Lendas do Sul** (1913); o romance **Tiaraju** (1945), de Manoelito de Ornellas e **O continente** (1949), de Erico Verissimo, que faz menção a Sepé no episódio *A fonte*. Mais recentemente, conforme a autora, a temática foi retomada em duas narrativas, seja em abordagem que recupera o contexto histórico, seja apenas pela apropriação do nome e referência a características associadas ao guerreiro. São elas: **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões** (1975), de Alcy Cheuiche e **O amor de Pedro por João** (1982), de Tabajara Ruas. Nesta última, uma personagem – um jovem revolucionário envolvido na luta contra a ditadura militar – recebe o nome Sepé. Às obras mencionadas poder-se-ia, ainda, acrescentar outras, de circulação local, como por exemplo o poema heróico *Sepé: o morubixaba rebelde* (com edição presumida de 1960), de Fernandes Barbosa, e ainda letras de músicas, como *Tiaraju*, de Barbosa Lessa.

¹¹⁰ CHAVES, Vânia Pinheiro. **O Uruguai e a formação da literatura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 366.

Cronologicamente, o Sepé Tiaraju literário surge na obra do ex-estudante jesuíta Basílio da Gama. **O Uruguai**, primeiro texto em língua portuguesa inspirado na Guerra Guaranítica, sustenta o não-disfarçado motivo de exultar os feitos do comandante das tropas portuguesas, general Gomes Freire de Andrade, e de sacramentar a derrota dos índios e dos padres da Companhia de Jesus, ali definidos como grandes vilões. Mais do que isso, como defende Ivan Teixeira¹¹¹, o poema serviu de difusor dos interesses de Marquês do Pombal, o poderoso Ministro de Estado de Portugal.

Com referências a Sepé Tiaraju (no poema, o nome do índio é grafado como Cepé) em quatro passagens, a obra o apresenta como guerreiro altivo e estrategista, valoroso e valente, que morre em combate vencido pelo governador de Montevideú. O poema dá especial realce ao aniquilamento do cacique guarani, como demonstram os versos:

Com a pistola lhe fez tiro aos peitos.
Era pequeno o espaço, e fez o tiro
No corpo desarmado estrago horrendo.
Viam-se dentro pelas rotas costas
Palpitar as entranhas...
(...)
A triste imagem de Cepé despido,
Pintado o rosto do temor da morte,
Banhado em negro sangue, que corria
Do peito aberto, e nos pisados braços
Inda os sinais da mísera caída.
Sem adorno a cabeça, e aos pés calcada
A rota alijava e as descompostas penas.
Quanto diverso do Cepé valente,
Que no meio dos nossos espalhava
De pó, de sangue e de suor coberto,
O espanto, a morte!¹¹²

O exame acerca dos conteúdos ideológicos expressos no poema de Basílio da Gama – a quem considera “herdeiro das preocupações sociais de grande parte dos poetas épicos e discípulo de Voltaire” – é o que detém a atenção de Vânia Pinheiro Chaves¹¹³ no tópico que denominou *Com Pombal, contra os jesuítas, mas pelo Brasil*. A

¹¹¹ TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e poesia neoclássica**. São Paulo: Edusp, 1999.

¹¹² Versos transcritos de GAMA, Basílio da. **O Uruguai**. Rio de Janeiro: Agir, 1964. p. 54 e 58

¹¹³ CHAVES, Vânia Pinheiro. **O despertar do gênio brasileiro: uma leitura de O Uruguai de José Basílio da Gama**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

autora evidencia que os posicionamentos ali manifestados podem ser sintetizados em três idéias-chave justapostas. São elas: antijesuitismo, pombalismo e brasileiro.

Escrito e publicado num período em que a Companhia de Jesus era objeto de acerbada discussão em toda a Europa e até no Brasil, **O Uruguai** entra aberta e decididamente, na campanha contra os inacianos; esta é, aliás, a faceta mais ostensiva de sua ideologia (...). A “antipatia” pelos jesuítas está largamente formulada e se apresenta de diversos modos nos vários planos da construção de **O Uruguai**¹¹⁴.

É para esse sentido, ainda, que converge a história no poema que trata da destruição do “império oculto” que os missionários jesuítas teriam construído em terras americanas, sobre o qual não estava devidamente informada a coroa espanhola e no qual os indígenas seriam tratados com tirania. A caracterização das personagens principais também se alia a tal perspectiva, como explica Chaves:

Na intriga, tem papel de destaque o padre Balda, pois comanda a rebelião indígena contra o acordo assinado pelos soberanos ibéricos. Figura metonímica, Balda encarna todos os defeitos que o poeta encontra na instituição a que pertence e que se podem distribuir por três grandes grupos: crimes contra o Estado (usurpação do poder real), crimes contra a população indígena (tirania) e crimes contra a religião (luxúria, assassinato, impiedade, vingança etc)¹¹⁵.

Segundo a autora, o simples fato de o poema expressar um ataque cerrado à Companhia de Jesus bastaria para situá-lo no campo da “literatura pombalina”, à qual corresponderiam todas as obras que, durante a vigência do ministério do marquês de Pombal ou nos anos subseqüentes, exaltaram sua figura ou a seus atos. Mas Basílio da Gama vai além e, explicitamente, evidencia sua simpatia pelo ministro do rei de Portugal em um soneto que antecede **O Uruguai**. Entre outras motivações registradas por Chaves, ela credita tal simpatia a uma razão que considera fulcral: “sua ação em prol do desenvolvimento do Brasil”. Logo,

Basílio da Gama, tendo escolhido como herói aquele que foi o mais importante representante da administração pombalina no Brasil, realiza, em última análise, o elogio das formas de governação do próprio marquês. De fato, Gomes Freire de Andrade foi muito considerado por Sebastião José de Carvalho e Melo e,

¹¹⁴ Idem, p. 222.

¹¹⁵ Op. cit, 2000, p. 202.

como ele, defendeu ardorosamente os interesses do reino, favorecendo ao mesmo tempo o progresso do Brasil¹¹⁶.

Prosseguindo em sua argumentação, Chaves chega ao terceiro ponto dentre os que acredita delimitarem os conteúdos ideológicos expressos na obra: o brasileiro. Segundo ela, os que acreditam na brasilidade do poema localizam-na “ora no tratamento de assunto brasileiro, ora na poetização da natureza americana, ora na inclusão do ameríndio”. Entretanto, Chaves, se não nega a contribuição de tais elementos no abasileiramento do poema, não os considera suficientes. Ela pondera que nenhum deles, sozinho, bastaria para determiná-lo, tampouco todos juntos, e mais: “os mesmos elementos aparecem, antes, no mesmo período e posteriormente, em obras que não podem ser consideradas brasileiras”. A fundamentação é mais ampla, como esclarece:

A brasilidade de **O Uruguai** não se limita à glorificação da conquista e do conquistador. Ela se expressa, igualmente, em formas peculiares de idealização do ameríndio e de valorização da natureza americana. A representação idealizada do indígena é a correspondente literária de seu processo de absorção pela sociedade colonial, assim como a exaltação da natureza americana corresponde à busca de acomodação do colono ao universo novo em que vive. Incapaz de sobreviver sozinho no Novo Mundo, o conquistador português não pôde exterminar o ameríndio e teve de incluí-lo na sociedade colonial¹¹⁷.

Complementando, a autora destaca que a “integração social” do ameríndio, expressa na literatura de seu tempo, representaria “não o índio real e sim sua versão idealizada pela ideologia do colono branco, o qual, em seu processo de idealização, serve-se de certas formas da utopia europeia do *bom selvagem*”. Porém, alguns aspectos na construção das personagens que representam os índios n’ **O Uruguai** estariam em conflito com a idéia “ficcional” de sua integração harmoniosa e deixariam transparecer a “sujeição pela violência e a situação de dominados”. Assim,

O lado trágico da destruição do mundo indígena faz-se notar por meio das mortes de Cepé, Cacambo e Lindóia, as principais personagens nativas do poema, ainda que se atribua a responsabilidade de duas delas aos padres e de uma aos espanhóis. A oposição à colonização portuguesa está expressa no discurso de Cacambo, que contesta (...) os direitos dos europeus à terra americana, propriedade legítima de seu primeiro habitante. Integrada, porém,

¹¹⁶ Idem, p. 239.

¹¹⁷ Op. cit, p. 263.

no discurso de **O Uruguai** – o discurso de um filho do conquistador branco –, a fala do cacique guarani situa-se, à partida, como dominada, pois está construída na língua do dominador¹¹⁸.

Contudo, como registra Augusto Meyer¹¹⁹, “do próprio teatro da transmigração nasceu uma espécie de ‘resposta apologética’ em versos” a **O Uruguai**. “Ao poeta áulico, de qualquer modo um grande nome da literatura brasileira, contrapõe-se o poeta anônimo que escreveu (sic) *Lunar de Sepé*”, anota o autor referindo-se ao poema popular que consta ter sido resgatado da tradição oral por João Simões Lopes Neto. No mesmo sentido, afirma Maria Beatriz Caringi¹²⁰: “O ponto de vista (...) em *O lunar de Sepé* opõe-se radicalmente ao de Basílio da Gama”. E ela complementa: “em *O Uruguai*, as tropas vêm sanar o mal, representado no poema pelos jesuítas. Já na versão de Simões Lopes, ou na versão por ele transcrita, as forças luso-castelhanas são algo de fora, algo que vem ameaçar a paz de um povo”. Tal percepção fica evidenciada já na estrofe que inicia o poema *O lunar de Sepé* e lhe serve de estribilho:

Eram armas de Castela
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinham,
Dizendo, por nosso bem:
Mas quem faz gemer a terra
Em nome da paz não vem!¹²¹

“O próprio tom da estrofe”, continua Caringi, “marca bem o contraste entre o alheio, distante (*‘que vinham do mar de além’*) e a realidade do narrador, que se posiciona claramente ao mencionar o “*nosso bem*”. Entende-se incluídos entre os ameaçados a mestiça Maria Genória Alves (a “velhíssima” moradora próxima ao Rio Camaquã que, em 1902, teria recitado tais versos a Simões Lopes) ou aqueles que teriam sido os autores da composição. Além da alteração da percepção em relação aos jesuítas, pois “*Jesus-Cristo era contente/ E dava sua bênção...*” e “*Os padres da encomenda/ Faziam sua missão...*”¹²², a imagem de Sepé reproduzida por seus pares

¹¹⁸ Idem, p. 264.

¹¹⁹ MEYER, Augusto. *O lunar de Sepé*. In: MEYER, A. **A prosa dos pagos: 1941-1959**. Rio de Janeiro: São José, 1960. p. 187-204.

¹²⁰ CARINGI, Maria Beatriz Mecking. **Sepé Tiaraju: a história, o mito e a literatura**. 1981. Dissertação (Mestrado em Letras). PUCRS, Porto Alegre, 1981, p. 54.

¹²¹ Versos transcritos de *O lunar de Sepé*, in SIMÕES LOPES NETO, João. **Contos gauchescos e lendas do sul**. Porto Alegre: Globo, 1976. p. 100-107.

¹²² Idem. *ibidem*.

(atente-se que é uma mestiça quem conta) não está mais fixada na morte física, mas na transposição do índio de sua liderança guerreira para o espaço do sobrenatural. Assim demonstram os versos:

Então Sepé foi erguido
Pela mão do Deus-senhor,
Que lhe marcara na testa
O sinal do seu penhor!
O corpo ficou na terra
A alma, subiu em flor!

E, subindo para as nuvens,
Mandou aos povos – benção!
(...)
Por meio do seu clarão.

Estudiosa de Simões Lopes Neto, Lúcia Chiappini¹²³ propõe que a obra do escritor seja vista como integrante de um “projeto de um intelectual patriota”. O objetivo seria “lutar contra o esquecimento, provocado pelo silêncio dos brasileiros sobre o seu passado de lutas, na conquista do território e no trabalho de civilização”¹²⁴. Segundo a autora, a conferência *Educação Cívica*, proferida pelo escritor em várias cidades gaúchas a partir de 1906, cujo texto impresso era distribuído gratuitamente, evidencia o quanto Simões Lopes Neto participava do projeto pedagógico dos intelectuais brasileiros da época.

Contar a História do Rio Grande é visto aí como uma contribuição à brasilidade. E a educação cívica, como trabalho pela unificação da nacionalidade “desafinada”. Mas o que se propõe é um brasileiro, sem xenofobia, “estudando tudo e todos”, sem copiar “servilmente ninguém”¹²⁵.

Ainda segundo Chiappini, Simões Lopes extrai do senso crítico em relação aos valores importados o desejo de estudar e divulgar a cultura local. O nacionalismo seria, para o escritor, uma estratégia de defesa, uma forma de resistir à invasão das grandes potências e fazer frente ao cosmopolitismo que “tem tudo avassalado e afogado”, conforme escreveu.

¹²³ CHIAPPINI, Lúcia. **No entretanto dos tempos. Literatura e história em João Simões Lopes Neto**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

¹²⁴ Idem, p. 100.

¹²⁵ Idem, ibidem.

Seguindo o pensamento da autora, **Lendas do Sul** abarcaria cerca de três ou quatro séculos da História do Rio Grande do Sul, os quais corresponderiam ao primeiro período do Estado no Brasil Colônia. A “Mboitatá” seria o mito guarani da gênese e do dilúvio, com o objetivo de “rastrear as origens e no qual o autor teria se empenhado em recuperar um remoto mito indígena anterior à chegada do colonizador. “Salamanca do Jarau” estaria situada entre o mito e a lenda, localizada temporalmente em 1650 e 1850, realizando a sobreposição de um tempo mítico (as Missões) a um tempo histórico (a estância, no século XIX). Já “Negrinho do Pastoreio” representaria a transição para os **Contos Gauchescos**, situados no século XIX.

Chiappini ressalta que tais lendas, assim como as outras de argumento missioneiro – entre as quais está *O lunar de Sepé* – reportam a uma “vida comunitária e mágica” nas aldeias indígenas ou jesuíticas. E propõe que, aceita a localização temporal aproximada das lendas, possa-se perceber **Lendas do Sul** como o “equivalente literário de *Terra Gaúcha*” (tentativa do escritor no registro da história do Rio Grande do Sul). Nas palavras da autora,

Arrisco a hipótese que o livro sonhado, *Terra Gaúcha*, a princípio pensado como um só, constituído de fragmentos vibrantes de patriotismo, dedicado às crianças, fracassou e, ao mesmo tempo, deu cria, fragmentando-se em toda a obra de Simões. Não vejo, assim, contradição alguma em apresentar como fazendo parte de um único livro projetado textos tão distintos como “A Recolhida”, “Recordações de Infância”, “A Mboitatá”, pois tudo se iria encaixar pelo fio da narração do menino, lembrando. Apenas, ao longo do tempo, esse projeto muito ambicioso foi-se desmembrando (...) e restaram, pelo caminho, fragmentos mais diretamente memorialísticos, porque, a esta altura, já achara outro fio, para lembrar o passado gaúcho, talvez com maior verossimilhança: a fala e o gesto do narrador popular¹²⁶.

Ao propor o ensaio *Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes*, Raymundo Faoro¹²⁷ aponta para a superação de conceitos familiares ao personagem criado por Simões Lopes. Convém ressaltar que Blau seria contemporâneo à mestiça de quem teria sido ouvido *O lunar de Sepé*. No texto, Faoro apresenta a personagem satírica de Amaro Juvenal (pseudônimo do senador Ramiro Barcelos) como carrasco do narrador de tantos “causos”, Blau Nunes, pois estaria esse atrelado à “ética heróica (...) um apelo às

¹²⁶ Op. cit. p. 108.

¹²⁷ FAORO, Raymundo. Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes. In: TARGA, Luiz. R. P. (org.) **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 39-46.

paixões e aos impulsos desenfreados, um chamado à vida primária dos instintos, cristalizando-se na procura do heróico (...) uma superação humana”. A questão, identificam-na Homero Araújo e Luís Augusto Fischer¹²⁸, é que Faoro estabelece o nexos que atesta “o fim do ciclo heróico sulino que comportava figuras como Blau Nunes, o peão experiente no campo e na guerra”. Comparando as duas obras, Faoro “expõe as razões do autoritarismo sul-rio-grandense e seus efeitos sobre a vida campeira e suas pretensões à autonomia e à liberdade”. Também é de Faoro o seguinte alerta:

No Rio Grande do Sul, até o ponto onde se permite haja um tipo regional de cultura, não se pode fugir a um traço permanente de sua orientação histórica que rompe com todas as estratificações para impor-se: é o ascendente senhorial. O domínio – o mando militar e político – é ainda a força mestra de nossa alma¹²⁹.

Depois de Simões Lopes Neto, o “ciclo narrativo de Sepé”, identificado por Vânia Pinheiro Chaves, ultrapassa uma fronteira literária e caracteriza-se por comportar três representantes da narrativa romanesca: **Tiaraju** (1945), de Manoelito de Ornellas; **O continente** (1949), de Erico Veríssimo; e **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões** (1978), de Alcy Cheuiche. A alteração de gênero traz consigo a inclusão de outros aspectos que viriam a concorrer para dar maior nitidez à representação de Sepé:

A fronteira entre os dois gêneros – epopéia e romance – está calcada no estatuto do herói e da personagem. Ao épico estão atreladas personagens que se comportam de maneira mais imutável e que são caracterizadas em função de suas ações. Tudo gira em torno da ação: tempo, espaço, personagem. A estrutura romanesca, ao contrário, desloca sua atenção para dar maior importância à personagem, às percepções dela sobre o mundo¹³⁰.

Eliana Pritsch sinaliza a mudança radical que se estabelece no estatuto do herói, o qual passa a se mostrar como “problemático”, no dizer de Lukács¹³¹. No que diz respeito a Sepé, comenta que informações da narrativa sobre sua vida ordinária conferem a ele um aspecto desmitificado. A ressalva da autora é quanto à realização de

¹²⁸ ARAÚJO, Homero; FISCHER, Luís Augusto. Para ler Raymundo Faoro. In: TARGA, Luiz. R. P. (org.) **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 47-62.

¹²⁹ Op. cit. p. 37-38.

¹³⁰ PRITSCH, op. cit. p. 209.

¹³¹ A autora se refere ao estudo que Georg Lukács desenvolve a partir da análise do herói quando trata do romance histórico de Walter Scott. In: LUKÁCS, G. **La novela histórica**. México: Era, 1966.

Veríssimo, que, apesar da forma romanesca, atribui a Sepé valores épicos guerreiros que o posicionariam, possivelmente, como um “elemento de transição”. O mesmo não ocorre nos outros dois romances:

Nas obras de Ornellas e Cheuiche, (...) Sepé vê-se transformado em uma personagem dramática que tem obrigações com o seu povo, mas que também é caracterizada por relacionamentos pessoais, representados, por exemplo, no envolvimento amoroso com uma noiva. Esse aspecto, ainda que de menos importância, acaba por provocar o rebaixamento do herói épico para o herói romanesco¹³².

Manoelito de Ornellas, que com o romance **Tiaraju** inaugura o espaço de Sepé na ficção romanesca, busca um enraizamento nos registros históricos e compõe uma narrativa caracterizada pela “prosa poética: musicalidade, ritmo e rica profusão de imagens”¹³³. A primeira incursão ficcional a resgatar o tema é assinalada por Guilhermino Cesar:

Durante todo o curso do romantismo, quando seria normal a escolha de um tema indianista, os prosadores de cá fugiram a explorá-lo. Basta dizer que Sepé Tiaraju, o herói e santo da resistência autóctone, só recentemente teve no sr. Manoelito de Ornellas o seu cantor, em termos de ficção¹³⁴.

O pioneiro na abordagem ficcional do tema preocupou-se em manter fidelidade aos fatos históricos. Apesar de reconhecer ter acrescentado elementos ficcionais que compuseram o romance, Ornellas faz questão de assegurar, já na introdução, a veracidade de sua obra. O breve texto, denominado *Pórtico*, presta-se, ainda, a uma defesa apaixonada da temática como referencial identitário, sem disfarçar a concepção idealizada do indígena:

A verdade foi respeitada nestas páginas. Apenas o romance a imaginação preencheu. Os índios falam aqui uma linguagem convencional, que se aproxima da poesia e do simbolismo do guarani. Eles eram assim. Seus próprios nomes eram versos puros: Jussara, a palmeira coberta de espinhos, Aracê, a mulher que nascera para os segredos do amor, Tuparendi, a luz pura e macia que vinha dos olhos de Deus...

Sepé não é uma criação da fantasia. É um herói de carne e osso. Hoje, um símbolo tão alto como aqueles que Zorrilla e Alencar criaram na legenda. É o

¹³² PRITSCH. op. cit. p. 210.

¹³³ CARINGI. Op. cit. p. 71.

¹³⁴ CESAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 326.

primeiro grito de amor à terra do Rio Grande. É uma figura que pede um monumento. O nome racial que deve ser proclamado e glorificado no espírito das novas gerações¹³⁵.

O romance de Ornellas reúne vinte capítulos, estando subdividido em três partes. Na primeira, correspondente aos quatro capítulos iniciais, é representada a tranqüilidade do cotidiano na redução de São Miguel até o momento em que o Tratado de Madri é mencionado. A segunda parte, que envolve os doze capítulos seguintes, compreende o relato das façanhas de Sepé, propriamente, e caracteriza-se como a principal da narrativa. Os quatro capítulos finais formam a terceira parte, na qual são registrados a derrota dos índios, o incêndio e a desocupação da redução de São Miguel.

O Sepé de Ornellas surge somente no terceiro capítulo, liderando um grupo nas festividades do patrono religioso. A descrição física da personagem confere-lhe destaque: além do “porte varonil” e da “frente alta e bronzeada”, aparece desfilando “à frente de mais de mil cavaleiros”, “ricamente ornado de azul e branco”. As habilidades do guarani também são destacadas no relato do jogo das argolas, quando Sepé

Passa sob uma nuvem de poeira. Empunha a arma com a segurança com que alça as rédeas de seu cavalo. Levanta o corpo sobre os estribos e mergulha com galhardia, nas alturas, o fuste de cedro que cimbra nas suas mãos. Arrebata a primeira medalha de ouro¹³⁶.

A seqüência segue com a entrega do prêmio à noiva, num conjunto que, na avaliação de Maria Beatriz Caringi, anuncia a conduta da personagem ao longo da narrativa. “Entre os guerreiros, ocupa o posto de comando” garantido por “suas qualidades pessoais, tais como a destreza como cavaleiro e a segurança na ação; por fim, surge o Sepé amoroso, fazendo a corte a Jussara”¹³⁷.

A rigor, Manoelito de Ornellas não mitifica Sepé, pois este é apresentado de uma maneira verossímil, não contando, por exemplo, com a marca do lunar. Em *Tiaraju*, Sepé reúne as características do autêntico herói: lança-se ousadamente à ação, sabe guiar seus homens, dá exemplo na luta. No plano afetivo, realiza-se com o amor de Jussara; no plano social, representa a única esperança de São Miguel diante da ameaça inimiga. (...) Sepé manifesta-se

¹³⁵ ORNELLAS, Manoelito. **Tiaraju**. Porto Alegre: Globo 1945, p. 16-17.

¹³⁶ Op. cit. p. 35.

¹³⁷ CARINGE, op. cit. p. 74.

como um ser bem dotado, que conta com suas próprias qualidades para superar os obstáculos de seu caminho¹³⁸.

Caringi também estabelece a relação entre a personagem delineada por Ornellas e a forma como o índio é apresentado por Simões Lopes Neto, pois “ao contrário do ocorrido em *“O Lunar de Sepé”*, a personagem de *Tiaraju* não dispõe de marcas divinas, nem possui características sobrenaturais”. A autora chama a atenção para o fato de que a mitificação não efetuada na trajetória de vida da personagem é realizada após a morte de Sepé, o que ficaria demonstrado no trecho “um moribundo, caído nos braços de um irmão das tabas, diz que Tiaraju passou à frente de seus homens, montado num cavalo de fogo, com um lunar sobre a testa, que dava à sua fisionomia o resplendor das divindades”¹³⁹. Assim, como explica Caringi, “em um momento, Sepé adquire uma aura mágica” e “Ornellas, que se preocupou em criar um herói realista, dá livre passagem à formação do mito”¹⁴⁰.

Já o espaço que Erico Verissimo destina à questão dos Sete Povos das Missões compreende os nove capítulos intitulados *A Fonte*, a primeira das sete partes que integram **O Continente**, livro que dá início à trilogia **O tempo e o vento**, pela qual são transfigurados ficcionalmente dois séculos da História do Rio Grande do Sul. A vida em uma redução jesuítica é então descrita sob a perspectiva do padre espanhol Alonzo nos primeiros capítulos. A seguir, do sexto ao nono capítulo, a personagem central deixa de ser Alonzo e a narrativa é focada em Pedro, um menino índio órfão, dotado da faculdade de clarividência. “São as visões de Pedro que proporcionam uma explicação racional para o mito de Sepé: ‘vendo’ à distância os feitos do guerreiro, o menino os transmitirá à população de São Miguel à sua maneira, constituindo-se em um difusor da lenda”¹⁴¹.

A fonte guarda fidelidade à história dos Sete Povos. Ao lado da realidade histórica, porém, põe em ação personagens ficcionais, através dos quais o leitor entra em contato com Sepé Tiaraju: para Alonzo, trata-se de um chefe sábio, justo, capaz; para Pedro, constitui um ídolo. O primeiro, que esboça uma análise psicológica de Sepé, tenta compreender o seu prestígio; o outro transmite a sua visão mágica do herói. (...) Como um dos episódios de uma

¹³⁸ Op.cit. p. 79-80.

¹³⁹ ORNELAS, op.cit. p. 104.

¹⁴⁰ Op. cit. p. 80.

¹⁴¹ CARINGI, op.cit, p. 85-86.

série, *A fonte* faz parte de uma seqüência narrativa: sua personagem, Pedro, irá atuar, mais adiante, nos acontecimentos de *Ana Terra*. Considerada como um todo, *A fonte* corresponde a um quadro histórico em que se movimentam personagens romanescas, tendo como pano de fundo a figura imponente de Sepé Tiaraju¹⁴².

Quanto à realização do mito na obra, Caringi afirma que esse aparece sob vários aspectos, tais como: a presença do lunar como símbolo divino; a transformação de Sepé em estrela do céu; a santificação do herói, que opera milagres entre os guaranis. A autora identifica que há, também, uma contradição entre essa realização e a de Verissimo:

Em *A fonte*, Sepé é mitificado e, simultaneamente, desmitificado. Pedro confere-lhe os caracteres do mito, dotando-o, paulatinamente, de elementos mágicos. O fato, porém, de Erico Verissimo descortinar os mecanismos do mito, atribuindo sua difusão às fantasias de um menino, serve para desmitificar Sepé: visto do ponto de vista psicológico, o corregedor é um índio responsável e atilado, um líder consciente. E, se Sepé ganha um rico e envolvente colorido, por parte de Pedro, ele cresce em dimensão humana sob a ótica do Autor¹⁴³.

Ao voltar ao tema no romance **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões**, Alcy Cheuiche, dá nova roupagem à temática. Agora, a prosa tem por narrador padre Miguel, um jesuíta que teria acompanhado o desenrolar dos feitos de Sepé Tiaraju de um ponto privilegiado, no papel de mestre espiritual e pai adotivo do guerreiro. No final da vida, lutando contra debilidades da idade avançada, ele registra a história a partir de sua memória. A narrativa reconstrói o painel da época em sintonia com registros historiográficos deixados pelos religiosos e militares; a história volta a ser contada pelo colonizador, desta feita um representante da Espanha e a abordagem preserva a mitificação.

A caracterização do herói em **Tiaraju, A fonte** e, também, em **Sepé Tiaraju** é analisada por Eliana Pritsch. Quanto à primeira narrativa, a autora destaca que “não consegue realizar um herói problemático que estabeleça a relação com a sociedade em crise”, o que, conforme postulado por Lukács, é missão do herói do romance histórico e o que possibilita um avanço no debate histórico. Apesar do contorno de herói romanesco, a personagem Sepé permanece “demasiadamente histórico”, cabendo-lhe

¹⁴² Idem, p. 86.

¹⁴³ Idem, p. 106.

“poucas liberdades literárias”. Mas tais restrições deixam de existir nas outras duas narrativas:

Verissimo e Cheuiche, cada um a seu modo, retiram Sepé do centro da cena, possibilitando que esse herói seja problematizado em função das demais personagens das obras. No primeiro caso, a reflexão sobre a crise naquela sociedade está espelhada nas figuras de Pe. Alonzo e Pedro Missioneiro, na medida em que, por meio delas, pode-se compreender a derrubada da sociedade teocrática jesuítico-guarani. Alonzo comenta, em suas cartas a familiares na Europa, todo o progresso e desenvolvimento conseguido nas Missões, ao passo que Pedro é o exemplo claro da ruína e destruição dessa civilização. (...) Em Cheuiche, isso ocorre de forma semelhante, porque os fatos estão sendo contados sob o ponto de vista de Pe. Miguel (...) De certa maneira, Sepé, em alguns momentos, deixa de ser a personagem central, abrindo espaço, na narrativa, para as reflexões de Pe. Miguel sobre os projetos jesuíticos para as Missões e seu conseqüente fracasso¹⁴⁴.

Concebendo um elucidativo quadro comparativo¹⁴⁵, no qual reúne as cinco obras representativas do chamado “ciclo de Sepé”, Eliana Pritsch traça paralelos entre as características coincidentes e as diferenças entre os vários Sepés literários. Entre as primeiras comparações, examina os elementos que dizem respeito à condição da personagem e seus atributos. É quando chega à percepção de que Sepé não é personagem principal em apenas dois dos cinco textos: em **O Uruguai**, no qual divide espaço de atuação com Cacambo e outros personagens indígenas, além dos exércitos ibéricos; e em *A Fonte*, quando as referências a Sepé ocorrem em função de Pedro. Nos outros textos, cuja posição é também sugerida pelos títulos das obras, a narrativa tem Sepé como personagem principal, mas está também atrelada ao ponto de vista de outra personagem ou do próprio narrador.

Em *O Lunar de Sepé*, a história é contada por um narrador lírico onisciente. Em *Tiaraju*, o mesmo tipo de narrador se sobressai. Por fim, em *Sepé Tiaraju*, aparece um narrador testemunha – Pe. Miguel – que conta os fatos conforme suas vivências, mas principalmente a partir de seu ponto de vista. No romance de Cheuiche, a personagem está no limite, pois, apesar de intitular a obra, de se contar acontecimentos dela, o livro também conta a trajetória do Pe. Miguel. Nenhum dos textos, no entanto, se vale de um narrador em primeira pessoa, um narrador que conte a história, efetivamente, a partir do ponto de vista de Sepé¹⁴⁶.

¹⁴⁴ PRITSCH. Op. cit. p. 211-212

¹⁴⁵ Quadro comparativo apresentado na tese “As vidas de Sepé” (obra citada), reproduzido no Anexo 1

¹⁴⁶ PRITSCH. Op. cit. p. 266-267

A caracterização da personagem também é analisada por Pritsch, que aponta nela o crescente detalhamento, tanto físico como psicológico, além de destacar a interferência da tipologia textual na criação da personagem. Em **O Uruguai**, a definição do herói épico é decorrente de sua atuação, sendo que Sepé só aparece em ação e seus atributos são relacionados a fatos concretos. Já em **O Lunar de Sepé**, “o eu lírico adjetiva o herói independentemente de suas ações, enaltece a origem nobre do líder”. Por esse aspecto, como explica Pritsch, “é possível aproximar o Sepé de Ornellas ao de Simões Lopes Neto, porque, mesmo fazendo um romance, o tratamento lingüístico empregado por ele compõe esse quadro exortativo e laudatório”¹⁴⁷. E o texto mais rico em caracterizações, tanto pela quantidade quanto pela diversidade, é o romance de Cheuiche. A evolução em relação aos textos anteriores é identificada pelo fato de o autor problematizar o herói, redimensionando-o dentro de uma estrutura romanesca mais moderna, e jogar com os aspectos contraditórios da personagem, sendo exemplo o sentimento de medo manifestado pelo líder missioneiro em oposição à coragem ilimitada. Pritsch acrescenta, porém, que o aprofundamento na caracterização da personagem não leva Cheuiche a qualificar melhor o herói e não interfere na essência da sua personalidade.

Na percepção de Pritsch, o aspecto de herói imutável caracteriza as obras de Gama, Lopes Neto e Verissimo, enquanto que, em Ornellas e Cheuiche, o herói está imbuído do estigma de valente guerreiro, mas tem consciência das suas limitações humanas. Já o elemento sobrenatural é explorado por todas as narrativas, preservados os diferentes enfoques:

O Uruguai é a primeira obra que retrata Sepé sob o ponto de vista sobrenatural, ao dar-lhe uma aparição fantástica. Os demais autores mantêm o aspecto místico, cada um à sua maneira. O Lunar de Sepé procura santificar a personagem através da lenda personificada no imaginário popular. Tiaraju e Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões procuram eternizar Sepé por meio da análise feita pelas próprias personagens, o que acontece, também, na obra de Verissimo¹⁴⁸.

Ao concluir a análise comparativa, Pritsch explicita ter cada obra um objetivo específico, cada autor uma idealização própria, o que acabou redundando em cinco

¹⁴⁷ Idem, p. 267.

¹⁴⁸ PRITSCH. Op. cit. p. 269.

Sepés literários diferentes. Nenhum deles, tampouco, é o Sepé da História, também múltiplo e contraditório, apesar de estarem ligados à preocupação com a veracidade e a autenticidade.

Há ainda outras implicações segundo a mesma autora:

A questão sobre Sepé Tiaraju não está somente calcada nas duas vertentes historiográficas existentes no Rio Grande do Sul – lusitanistas e platinistas¹⁴⁹ -, mas desemboca na questão do tradicionalismo. Esse movimento, desde as suas primeiras manifestações no Partenon Literário, passando pelo primeiro momento da fundação das diferentes agremiações (...) sempre teve suas implicações ideológicas. O Tradicionalismo gaúcho não se pautou simplesmente em não deixar morrer as tradições gaúchas, as festas e o folclore em geral. O Tradicionalismo forjou, artificial e artisticamente, uma idéia de gaúcho mitificado, perpetuando uma visão, paradoxalmente, ahistórica, porque, ainda que dirigisse seu olhar para o passado, fazia-o com o intuito de mascarar os problemas¹⁵⁰.

É justamente com relação à valorização do passado e à criação de uma suposta harmonia entre as classes sociais, a conhecida democracia gaúcha representada na irmandade do chimarrão, que Sepé destoa. “A figura de Sepé pode ser desagradável”, como diz Pritsch:

É bem verdade que os valores do herói – valente, detemido, exímio cavaleiro – estão identificados aos valores destacados pelo tradicionalismo e por isso o MTG encampou esse herói. Mas Sepé também confronta e desnuda a ideológica democracia gaúcha, a harmonia dos tempos idílicos do passado. Por esse ângulo, Sepé põe por terra a tese do paraíso, demonstrando que, desde o século XVIII, a terra é motivo de disputa¹⁵¹.

Disputa também é o que marca a ascensão de Sepé ao status de herói gaúcho¹⁵² e brasileiro¹⁵³, conquistado em novembro e dezembro de 2005, respectivamente. As conquistas, às vésperas dos 250 anos da morte do guarani,

¹⁴⁹ A autora se refere às duas correntes historiográficas em grande evidência no início do século XX. De um lado, estavam aqueles que percebiam o Rio Grande do Sul como um estado tardiamente incorporado à nação, sendo formado a partir das incursões bandeirantes e da chegada dos açorianos. Assim, as missões espanholas não eram consideradas relevantes para a construção étnica local. Já para os platinistas, a experiência missionária assume relevância na formação do Estado, vista, então, sob o prisma da integração latino-americana.

¹⁵⁰ Op. cit. p. 273.

¹⁵¹ Op.cit. p. 273-274.

¹⁵² A Lei Estadual 12.366, de 3/11/2005, sancionada pelo governador Germano Rigotto, instituiu 7 de fevereiro, dia da morte de Sepé, como data oficial do Rio Grande do Sul e Sepé Tiaraju como herói guarani missionário rio-grandense.

¹⁵³ A promulgação do Projeto de Lei 5.516, de 2/12/2005, inscreve o nome de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria.

compuseram um desfecho totalmente oposto ao ocorrido meio século antes, quando ampla polêmica mobilizou os intelectuais gaúchos e foi impedida a construção de um monumento em sua homenagem. Ceres Karam Brum destaca que ambos os textos legais ressaltam a identidade de índio missioneiro e a luta pela terra:

O surgimento de duas leis relativas à instituição de Sepé Tiaraju como herói nacional e regional remetem a profundas modificações nas identidades liminares de Sepé (...), que passaram a receber um novo tratamento representacional. Sepé Tiaraju, por força de lei, adquire um caráter de brasilidade e tem sua gauchidade reforçada, integrando a figura indígena mitificada que representa ao nacional e ao regional como etnia concorrente na construção e sua definitiva celebração como herói, num contexto “multicultural”¹⁵⁴

Mais uma vez, é por meio das percepções de Eliana Pritsch que se pode entender a multiplicidade de sentidos com os quais Sepé acabou incorporado ao imaginário sul-rio-grandense. “Sob ângulos diversos, Sepé sempre possuiu diferentes representações, por isso o valor do herói e as causas defendidas por ele são confrontadas por interpretações peculiares”¹⁵⁵. São os ditos “interesses interpretativos” de cada segmento que se apropriou da figura do índio guarani que fazem com que as representações sejam polêmicas e controversas.

A partir da leitura do “que a lenda não esconde, mas a interpretação simplista sim”, a figura de Sepé aparece ao lado da luta dos “pobres” e “despossuídos”¹⁵⁶. É esse o viés que justifica as apropriações¹⁵⁷ feitas pelo Movimento Sem-Terra (MST) e Movimento Eclesial de Base da Igreja Católica: “Evidenciar essa disputa de classe, essa luta entre latifundiários – com o respaldo da Coroa portuguesa – e os peões sem-terra (o tratado previa a desocupação do território) é o que menos interessa à elite gaúcha”¹⁵⁸. Assim, compõe-se um Sepé antagônico:

¹⁵⁴ BRUM, Ceres Karam. **Sepé Tiaraju missioneiro: um mito gaúcho**. Santa Maria: Pallotti, 2006. p. 154.

¹⁵⁵ Op. cit. p. 276.

¹⁵⁶ PRITSCH, op. cit. p. 275.

¹⁵⁷ O uso da temática como ícone nas Romarias da Terra, celebrações político-religioso em defesa da reforma agrária, foi tema de estudo de Valéria Aydos Rosário, na monografia **A reinvenção de mitos e tradições missionárias na Romaria da Terra, RS: o mito de Sepé Tiaraju**, defendida na UFRGS, em 1999.

¹⁵⁸ PRITSCH, op. cit. p. 275

Com o advento do Tradicionalismo, não só se identificaram os elementos capazes de legitimar ideologicamente a perpetuação de uma elite, mas também uma forma de coibir a modernização do estado ou legitimar o antigo pensamento oligárquico, agora, parcimoniosamente, endossado por outros setores. Dessa forma, mesmo em regiões emergentes, como os pólos de imigração alemã e italiana, Sepé pôde ser evocado como o “primeiro caudilho rio-grandense”, na expressão de Manuelito de Ornellas. O herói guarani não é mais o adversário dos portugueses, mas passa a ser o símbolo autêntico, associado com os mesmos elementos que configuram essa mitificação do gaúcho: sabe montar a cavalo, é corajoso e bravo, luta em guerras, opõe-se a uma cultura alienígena, mostrando, principalmente, resistência. Quando Sepé incorpora esses valores tradicionalistas, passa a ser quase um legítimo estancieiro, capitaneando seus peões na defesa do território rio-grandense, como líder dos exércitos guaranis, da mesma forma como os estancieiros gaúchos participaram em inúmeras guerras com “os seus homens”, ou os “homens do coronel”¹⁵⁹.

Mas não são apenas esses dois extremos – ora “quase um legítimo estancieiro”, ora um sem-terra – as representações possíveis. A figura de Sepé pode vir a ser percebida a partir de outras perspectivas, por exemplo, em ligação com os excluídos, na proposta de Cheuiche. Pritsch, então, menciona que as relações entre História e Literatura vão se modificando ao longo do curso. Além disso, que a História pode valer-se do texto literário para compor seu discurso e identifica que há espaço para outras representações do líder indígena:

Acompanhando o próprio movimento da Nova História, Sepé revestiu-se de uma vida cotidiana, corriqueira. De certa forma, projetando um futuro, é possível esperar que as novas transformações por que passe a representação de Sepé na literatura também encontrem respaldo em novas visões históricas sobre esse herói. Em todas elas, tanto na Literatura como na História, falta ainda a visão de Sepé, do índio guarani e as suas percepções. Para isso, precisaríamos não ser uma sociedade de origem colonial portuguesa para construir um processo de compreensão do mundo a partir do elemento autóctone¹⁶⁰.

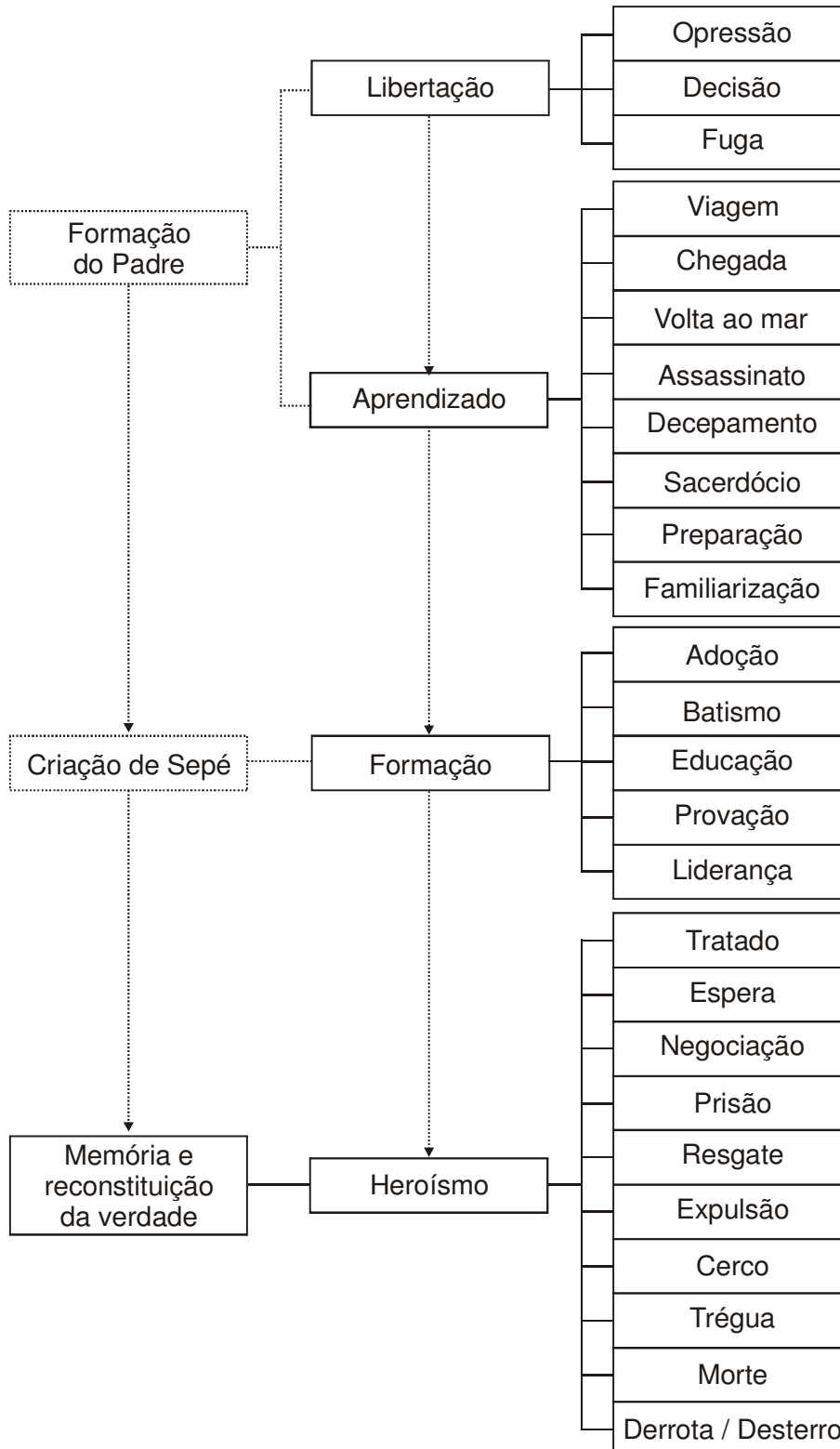
A autora ressalta que, atualmente, falta uma narrativa ficcional que dê voz a Sepé, que o apresente a partir de seu próprio ponto de vista. Além disso, registra a necessidade de também o relato da História do Rio Grande do Sul ser construído tendo por referência a perspectiva dos índios, e não daqueles que vieram colonizá-los. Para isso, no entanto, seria necessário que o ponto de vista narrativo fosse deslocado dos vencedores para os vencidos. Isso, no entanto, já coloca o debate nas fronteiras da própria literatura. No que toca a esta – a literatura – o ponto mais recente do debate

¹⁵⁹ PRITSCH, op. cit. p. 278

¹⁶⁰ Idem, p. 279.

está alimentado pela citada obra de Alcy Cheuiche, *Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões*.

4 SEPÉ REVELADO/OCULTADO PELO OLHAR DO



COLONIZADOR

4.1 Esquematização de *Sepé Tiaraju: romance...*

Para a melhor compreensão da obra **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões**, concebeu-se uma possibilidade de esquematização da história contada, vista a partir de suas linhas gerais. Entende-se como grande núcleo da narrativa o esforço memorialista empreendido pelo narrador: a decisão em registrar a vida e os feitos do índio guarani Sepé Tiaraju na defesa das missões jesuíticas. A tarefa a que se impõe padre Miguel – jesuíta septuagenário que, quando jovem, teria adotado o órfão Sepé – é explicitada em diversos trechos em que se manifesta a intrusão do narrador, tais como:

A memória empurra-me para a frente, como o vento enfuna as velas de um navio. Preciso controlá-la para contar tudo desde o início, como quem tira, um a um, os livros empoeirados de uma prateleira antiga. (ST, p. 18)

Amsterdã, meu pai, minha mãe, minha infância. São Miguel, Nicolau Nhenguiru, meu menino Sepé, minha velhice. O longe e o perto se sobrepõem numa mente já tão velha e gasta, que a missão que me propus de contar a Verdade parece cair sobre minha cabeça... (...) Se desperdiço as folhas de papel que me são raras com meus garranchos de velho teimoso é para que a vida d'ele não se apague na memória dos homens (ST, 20).

É o compromisso auto-imposto de não ser conivente com o esquecimento, ao que poderia ser relegada a história de Sepé, o que justifica o sacrifício do ancião: “Talvez por eles [os ensinamentos de Ben Ami], meu velho amigo, é que eu tenha a coragem de soprar na poeira do tempo para contar a história de Sepé Tiaraju (ST, p. 35).

Outras referências semelhantes voltam a aparecer no trecho que abre o capítulo X do terceiro livro¹⁶¹, no qual está explicitado o ângulo propositadamente testemunhal em que se posiciona o narrador:

Estou muito velho. A morte já me ronda a cada noite, esfriando meus ossos e gelando-me o sangue. Mais de trinta anos se passaram desde aquele 7 de fevereiro de 1756, em que caiu o maior de todos os guaranis. Deus vem

¹⁶¹ Como já foi descrito anteriormente, no capítulo “Os narradores” (p. 5), a obra está estruturada em três partes, qual sejam *Livro primeiro: a gênese de um jesuíta*, *Livro segundo: as missões do Rio Uruguai* e *Livro terceiro: o Tratado de Madrid*.

mantendo-me vivo como derradeira testemunha de fatos que o tempo já começa a cobrir com a poeira do esquecimento. Pouco me resta a contar para cumprir a missão a que me propus de revelar toda a Verdade sobre a vida e a morte de Sepé Tiaraju. (ST, p. 178)

Na construção da narração, é a partir de *Memória e reconstituição da “verdade”* que são apresentados os outros quatro núcleos a que se chegou: *Libertação*, *Aprendizado*, *Formação*, e *Heroísmo*. Recapitulando a idéia de entender-se *Memória e reconstituição da “verdade”* como o grande núcleo, no qual estaria inserido *Heroísmo*, os outros três (*Libertação*, *Aprendizado* e *Formação*) podem ser tidos como catálises, utilizando-se aqui a nomenclatura proposta por Roland Barthes¹⁶².

Numa ordenação cronológica da narrativa, a leitura passaria pelo seguinte percurso: *Libertação*, *Aprendizado*, *Formação*, *Heroísmo* e *Memória e reconstituição da “verdade”*. Compreende-se, ainda, que cada núcleo está composto de várias seqüências e integra um conjunto superior, conforme explicitado no esquema. Os núcleos *Libertação* (composto de *Opressão*, *Decisão* e *Fuga*) e *Aprendizado* (*Viagem*, *Chegada*, *Volta ao mar*, *Assassinato*, *Amputação*, *Sacerdócio*, *Preparação* e *Familiarização*) somam-se em *Formação do padre*. O núcleo *Formação* (*Adoção*, *Batismo*, *Educação*, *Provação* e *Liderança*) relaciona-se à *Criação de Sepé*. Já *Heroísmo* (*Tratado*, *Espera*, *Negociação*, *Prisão*, *Resgate*, *Expulsão*, *Cerco*, *Trégua*, *Morte* e *Derrota/desterro*) faz parte do grande núcleo *Reconstituição da “verdade”*.

Logo, mantendo-se o prisma do ordenamento cronológico, a trama confunde-se com a história de Michael, um garoto holandês que decide fugir para escapar de um ambiente de violência e opressão sob o jugo paterno. Como marinheiro, ele conhece um ofício (a Medicina), passa por situações extremas e constrói seu aprendizado, que será complementado ao tornar-se um jesuíta. Na função de missionário da Companhia de Jesus, ele segue para a região das Missões, à época, terras espanholas. É lá que salva a vida de Sepé Tiaraju, adotando-o quando o índio fica órfão aos dez anos. Empenhado na criação de Sepé, o padre (tratado, então, por Miguel) acompanha todos os passos do índio, que se torna um líder culto e guerreiro que terá participação decisiva no episódio das guerras guaranílicas. É essa a história, reconstituída a partir

¹⁶² BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

da memória, que padre Miguel, provavelmente com cerca de 77 anos, esforça-se em contar.

Conforme o enredo acima sintetizado, evidencia-se, no nível das ações, o predomínio da personagem padre Miguel, que é quem se propõe a *Reconstituir a “verdade”*, no grande núcleo assim denominado, bem como em *Libertação e Aprendizado*. No núcleo *Formação*, há compartilhamento com a personagem Sepé, que tem ação predominante em *Heroísmo*.

Nesse sentido, o olhar do jesuíta é determinante na concepção do indígena Sepé apresentada ao leitor. A predominância do ponto de vista do Padre Miguel, mesmo quando posicionado na periferia de cenas protagonizadas por Sepé, faz com que tais ações passem a existir, na narrativa, em relação à presença dos jesuítas. Logo, qualquer aspecto da trajetória do líder guarani, da infância à morte, é construído a partir da perspectiva de seu catequizador.

4.2 O narrador colonizador

A análise que Marilene Weinhardt apresenta sobre *Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões* é bastante elucidativa. Segundo ela, o início da primeira parte do texto “cria o clima de um relato de sondagem psicológica” e depois toma “cores de romance de aventura”. No segundo livro,

a narração mergulha no documental. Em contrapartida, a idealização se faz sem disfarces. As impressões sobre a viagem e principalmente as recepções, os hábitos e os sentimentos de generosidade dos índios, o modo de vida na

redução, o sistema administrativo e a organização social deslumbram o narrador, que não regateia nada ao leitor. Os índios são seres perfeitos¹⁶³.

Já sobre o terceiro livro, Weinhardt descreve-o como “muito próximo do documental”, uma vez que o relato acompanha detalhadamente as negociações que antecederam o conflito armado e, na seqüência, as lutas entre os indígenas e os lusos-espanhóis. Ali a autora identifica, mais propriamente nos episódios extraordinários que envolvem Sepé Tiaraju, “o tom de aventuras” já apresentado no início da narrativa, quando da fuga do holandês adolescente. Segundo ela,

Há um descompasso entre o início da narração, em que se ressalta a figura do jesuíta, ou melhor, do jovem Michael, não enquanto representante de uma classe, seja a de um estrato social europeu, seja a dos jesuítas, mas enquanto indivíduo. O que nada acrescenta à história de Sepé e das Missões anunciada no título e subtítulo, e o eclipsamento de um longo período da vida do padre depois do desaparecimento das Missões, para enfim surgir como narrador¹⁶⁴.

A autora observa ainda que o escritor é um “admirador confesso” da obra dos jesuítas, além de ser um “crente fervoroso” na teoria da bondade natural do homem. Segundo ela, “nem nas entrelinhas é possível perceber qualquer vislumbre de consciência sobre o outro massacre, o anterior, operado sobre os costumes pagãos pela cristianização”¹⁶⁵.

A avaliação de Weinhardt se confirma na caracterização dos índios apresentada pelo narrador Pe. Miguel. Em diversas passagens, as palavras do jesuíta acerca dos catequizados ratificam a valoração positiva da presença dos padres entre os índios, sem que sequer seja cogitada a possibilidade de ter sido, de alguma forma, equivocada.

Povo de homens rudes e francos que comungavam de nossas mãos o pão dos seus trigais e o vinho de suas vinhas, plantados por gente livre da escravidão e do pecado. (ST, p. 29).

Matéria-prima moldável como a tabatinga, eles reagiam aos bons e maus tratos como o fazem os selvagens de qualquer espécie. Ao látego mostram os

¹⁶³ WEINHARDT. Op. cit. p. 50.

¹⁶⁴ Op. cit. p. 54.

¹⁶⁵ Idem, p. 51.

dentes, matam ou são abatidos. À mão que os guia e afaga, são dóceis e meigos como o Cordeiro do Senhor. (ST, p. 65).

Uma ressalva do narrador, porém, procura salvaguardar a possibilidade de ser mantida a “altivez da raça”, apesar da imposição dos valores cristãos em detrimento da cultura original dos indígenas: “Nunca fui favorável à submissão, e os guaranis em geral, embora disciplinados e crentes, guardavam até o fim a altivez da raça” (ST, p. 74).

Nesse sentido, a posição do narrador remete ao alerta de Antonio Candido com relação à dificuldade dos povos colonizados em perceberem-se como tal, e ao quanto a não-conscientização de sua condição de dependente possibilita a ratificação da dependência cultural. Surge daí o questionamento: por que a história das origens da colonização do Rio Grande do Sul voltou a ser contada pela voz de um representante dos colonizadores? Por que não Sepé mesmo contar sua história?

Ao entregar a condução da narrativa ao jesuíta, Cheuiche não dá voz a Sepé Tiaraju. As estratégias do líder indígena, suas façanhas são trazidas à tona, são resgatadas, mas por intermédio de quem veio de fora e exerceu o domínio sobre a população nativa. Por mais que se tenha nos registros a indicação de não ter sido um domínio propriamente pela força física, a ação dos missionários se constituiu em domínio pela força do temor a Deus.

Assim, na trama construída sob o filtro da percepção do jesuíta, as falas, as reações e os sentimentos atribuídos a Sepé nada mais são que a versão do padre, constituída a partir da visão do mundo dos jesuítas. O herói indígena apresentado no romance é dependente dos conselhos e das bênçãos de seu protetor, passando a não existir desvinculado deles.

O estudo *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, de Albert Memmi¹⁶⁶ traz luz à discussão. Enfocando as seqüelas que o processo de colonização inevitavelmente deixa, o autor afirma que

¹⁶⁶ MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Tradução de Roland Corbisier e Mariz Pinto Coelho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

o colonizador nega ao colonizado o direito mais precioso reconhecido à maioria dos homens: a liberdade. As condições de vida, dadas ao colonizado pela colonização, não a levam em conta, nem mesmo a supõem. O colonizado não dispõe de saída alguma para deixar seu estado de infelicidade: nem jurídica (a naturalização) nem mística (a conversão religiosa). O colonizado não é livre de escolher-se colonizado ou não-colonizado¹⁶⁷.

O estudioso acrescenta que “mais grave, mais nocivo” é o “eco” que o colonizador acaba provocando no próprio colonizado, a ponto de a conduta desse parecer confirmar e justificar as ações daquele. Nessa direção, para legitimar o domínio, é que o colonizador se empenha em estabelecer que o colonizado é “por natureza, ou por essência, incapaz, preguiçoso, indolente, ingrato, desleal, desonesto, em suma, inferior. Incapaz, por exemplo, de educar-se (...) de governar-se”¹⁶⁸. Levantando-se contra essa rotulação pejorativa, que atribui aos “inimigos” dos jesuítas, soa o protesto do narrador de Cheuiche: “tremendo potencial de trabalho e dedicação dos nossos índios, tantas vezes acusados de preguiçosos e inúteis pelos inimigos da Companhia de Jesus” (ST, p. 93). No entanto, a necessidade de Sepé ter Padre Miguel como guia e protetor não seria uma demonstração contraditória? Tal tutela pode ser percebida como a manifestação do entendimento de que os índios careciam de quem os orientasse, os governasse...; assim como precisam que alguém narre sua história de luta pela manutenção da terra onde nasceram.

Segundo Memmi, ao assumir para si a imagem que lhe impõe o colonizador, o colonizado acaba por reconhecer o colonizador e, assim, legitimá-lo, pois o processo de domínio só se completa com “certa adesão do colonizado à colonização”:

Para que o colonizador seja inteiramente senhor, não basta que o seja objetivamente, é preciso ainda que acredite na sua legitimidade; e, para que essa legitimidade seja completa, não basta que o colonizado seja objetivamente escravo, é necessário que se aceite como tal. Em suma, o colonizador deve ser reconhecido pelo colonizado¹⁶⁹.

Outra constatação de Memmi é a de que “a mais grave carência sofrida pelo colonizado é a de estar colocado fora da história”. E isso ocorre, dentre outras

¹⁶⁷ Idem, p. 82.

¹⁶⁸ CORBISIER apud MEMMI, op. cit. p. 9.

¹⁶⁹ MEMMI, op. cit. p. 84.

possibilidades, quando os registros historiográficos que permanecem são os feitos pelo colonizador.

Nada sabemos do que teria sido o colonizado sem a colonização, mas vemos perfeitamente o que se tornou em consequência da colonização. Para melhor dominá-lo e explorá-lo, o colonizador o expeliu do circuito histórico e social, cultural e técnico¹⁷⁰.

O “silêncio” do colonizado tira-o da História, pois a imagem que resta é aquela que o colonizador lhe atribuiu. Tem-se que o colonizado “não é apenas definido pelo colonizador, sua situação é feita pela colonização”. Assim, Memmi identifica que, mesmo quando o colonizado se rebela contra a colonização, segue percebendo-se em relação a ela: “em plena revolta, o colonizado continua a pensar, sentir e viver contra e, portanto, em relação ao colonizador e à colonização”¹⁷¹. O autor conclui:

A colonização falsifica as relações humanas, destrói ou esclerosa as instituições, e corrompe os homens, colonizadores e colonizados. Para viver, o colonizado tem necessidade de suprimir a colonização. Mas, para tornar-se um homem, deve suprimir o colonizado que se tornou. (...) Em resumo, deve deixar de definir-se pelas categorias colonizadoras¹⁷².

Assim, ao ter sua história narrada por um dos missionários jesuítas, Sepé continua fora da História. A imagem construída para ele segue sintonizada com conceitos, percepções, sabedoria e temores que não são os seus. Sua inserção na história passaria pela necessidade de uma redefinição desatrelada das categorias estabelecidas pela colonização. Implicaria em Sepé perceber-se, e ser percebido, de outra forma que não em relação aos jesuítas que o catequizaram ou aos lusos-espanhóis que o expulsaram da terra de seus ancestrais.

O Sepé Tiaraju surgido sob a tutela de Padre Miguel reproduz características que o assemelham ao tipo que, mais tarde, passaria a ser o símbolo de toda a região disputada entre as duas coroas européias e expropriada dos índios. Sepé é, na narrativa, representado com os qualificativos tradicionalmente atribuídos ao gaúcho. Ou seja, é um homem valente, líder invejável na paz e exímio estrategista na guerra,

¹⁷⁰ Idem, p. 102.

¹⁷¹ Idem, ibidem.

¹⁷² Idem, p. 125-126.

trabalhador pertinaz e excelente cavaleiro. Trata-se, porém, de uma associação incompatível, como alerta Tau Golin:

A história de Tiaraju demonstra a incompatibilidade da associação do gaúcho com o missioneiro, realizada pela indústria da identidade tradicionalista. Os gaúchos, por suas raízes bandoleiras, ou a serviço dos interesses ibéricos, sempre foram instrumentos de desestabilização e, por fim, de destruição das Missões¹⁷³.

A cristalização e a manutenção de categorias que precisariam ser banidas em prol da verdadeira independência do colonizado são riscos intrínsecos à ação dos tradicionalistas, que acabam por naturalizar a barreira entre incluídos e excluídos. Na visão de Néstor García Canclini:

Hay que reconocer a los tradicionalistas haber servido para preservar el patrimonio, democratizar el acceso y el uso de los bienes culturales, em medio de la indiferencia de otros setores o la agresión de “modernizadores” propios y extraños. Pero hoy resulta inverosímil e ineficiente la ideología en nombre de la cual se hacen casi siempre esas acciones: um humanismo que quiere reconciliar en las escuelas y los museos, em las campañas de difusión cultural, las tradiciones de clases y etnias escindidas fuera de esas instituciones. (...) Es raro que um ritual aluda en forma abierta a los conflictos entre etnias, clases y grupos. La historia de todas las sociedades muestra los ritos como dispositivos para neutralizar la heterogeneidad, reproducir autoritariamente el orden y las diferencias sociales¹⁷⁴.

O autor chama a atenção para a questão de que algumas representações constituem-se mais como “construção de um espetáculo” e, com isso, perdem veracidade e correspondência com as relações sociais. Assim, configuram-se como “el producto de operaciones de selección y “transposición” de hechos y rasgos elegidos según los proyectos de legitimación política”¹⁷⁵. Faz-se necessária, então, a ruptura do processo de reafirmação:

Cuando se ocupa un territorio, el primer acto es apropiarse de sus tierras, frutos, minerales y, por supuesto, de los cuerpos de su gente, o al menos del producto de su fuerza de trabajo. A la inversa, la primera lucha de los nativos

¹⁷³ GOLIN, Tau. A relação de povoamento do Brasil meridional com as sociedades indígenas é um processo etnocida. Entrevista publicada na revista eletrônica **IHU** Online, número 156, de 19/9/2005. p. 15. Disponível em: www.unisinos.br/ihu.

¹⁷⁴ CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad**. Buenos Aires: Paidós, 2001.p. 184.

¹⁷⁵ CANCLINI, op. cit. p. 182-183.

por recuperar su identidad pasa por rescatar esos bienes y colocarlos bajo su soberanía¹⁷⁶.

Soberania, autonomia, independência são atributos que escapam ao Sepé Tiaraju delineado pela memória de Padre Miguel. A missão “de contar a Verdade” a que o missionário se propõe não consegue ultrapassar as limitações de reconstrução de um Sepé já caracterizado em personagens literárias anteriores e em sintonia com registros historiográficos deixados pelos colonizadores, sejam eles espanhóis ou portugueses, religiosos ou militares. As peculiaridades que lhe foram acrescentadas, como o universo subjetivo que lhe expande a dimensão humana, não o liberta, porém, do jugo colonizador. O percentual ficcional atribuído-lhe por Cheuiche enriquece a caracterização do líder indígena, mas não se volta a tentar suprir as lacunas que poderiam encaminhá-lo à condição de ser liberto e consciente de si.

Dessa forma, fica estabelecida uma contradição entre a intenção do escritor – que dedica sua obra a todos os povos que almejam dignidade e sobrevivência – e a condição de seu herói, que permanece cativo. E, como aponta Memmi, um povo submetido mantém-se alienado e lhe é subtraída a possibilidade de manejar os instrumentos psíquicos que lhe permitiriam recuperar a real consciência de si. Ao reforçar os laços de dependência e submissão, o texto reafirma a presença de paradigmas europeus na construção da identidade cultural que fixa os contornos da região imaginada, conforme analogia com o conceito de “nação imaginada”, de Benedict Anderson.

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou gauleses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazermos isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. (...) As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Idem, p. 183.

¹⁷⁷ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz T. Silva, Guaracira L. Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.p. 47-48.

Em linha semelhante, Stuart Hall também explica como as culturas nacionais são compostas, sintetizando instituições culturais, símbolos e representações:

Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas¹⁷⁸.

Mesmo que a manutenção da dependência não seja uma função conscientemente atribuída à narrativa de Cheuiche, essa perde a oportunidade de construir-se como um espaço de proposição de liberdade e autonomia. Ao manter-se tão próximo do relato da história, aproveitando-se de inúmeros indícios que o aproximam da perspectiva jesuítica, o texto abre mão de dar voz a Sepé. Assim, apesar da intenção expressa pelo autor, sua obra perpetua traços identitários já impressos em apropriações anteriores.

A dificuldade em romper a seqüência de representações que reafirmam o *status quo* colonizador é percebida por Eduardo Coutinho, quando se refere a esta questão na América Latina:

Em decorrência de um processo colonial de mais de três séculos, e ainda hoje vivo do ponto de vista econômico e cultural, a construção do discurso de identidade latino-americano sempre se caracterizou por forte tensão, marcada de um lado pela presença dominante do olhar do colonizador, e de outro por tentativas, nem sempre bem sucedidas em virtude de seu cunho puramente antitético, de desvio ou ruptura desse olhar¹⁷⁹.

O autor aponta que o choque de culturas iniciado desde a chegada dos europeus à América ainda não foi resolvido e segue sendo reproduzido nas narrativas:

Neste longo percurso de cinco séculos, mudaram-se atores, alteraram-se cenários, e as técnicas de confronto transformaram-se consideravelmente, mas a ação central da peça, a despeito de seus muitos subenredos, continuou a mesma. O texto, que se começou a esboçar no Diário de Bordo de Colombo, e se continuou a produzir ao largo do período colonial já traz as marcas

¹⁷⁸ Idem, p. 50-51.

¹⁷⁹ COUTINHO, Eduardo F. A demolição de paradigmas europeus na construção da identidade cultural latino-americana. In: REIS, Livia de F. (coord). **Estudos & pesquisas: Fronteiras do literário**. Niterói: EDUFF, 1997. p. 115.

fundamentais do que seria, em séculos vindouros, o discurso sobre a América Latina. Calçados em duas figuras aparentemente dissimiles, mas marcadas no fundo por uma mesma atitude etnocêntrica, os atores desse período encararam os habitantes da nova terra, ou como idênticos a eles mesmos, projetando nos primeiros seus próprios valores, ou como diferentes, e conseqüentemente inferiores, justificando com isso, de uma maneira ou de outra, a sua subordinação. (...) O imaginário latino-americano, produzido nas línguas européias a partir da chegada do primeiro navegador, forja-se assim como extensão do imaginário europeu¹⁸⁰.

Assim como tantos europeus chegados à América, Padre Miguel não foge à regra. Seu olhar não consegue ver e narrar outro Sepé que não aquele que se apresenta conforme a perspectiva européia. Com isso, o olhar nativo, o ponto de vista do indígena, habitante do território do Rio Grande do Sul, permanece desconhecido e no esquecimento. A esperança de voz ao colonizado, como assinala Coutinho, está depositada nas “fissuras” que surgem nesse “discurso alheio”:

O não-reconhecimento da alteridade pode ainda permanecer na mirada alheia, mas as brechas que já se insinuavam na época da colônia, insurgem-se agora como verdadeiras rupturas que não podem passar despercebidas. A introjeção do olhar forâneo continua, sem dúvida, a existir – daí a permanência da tensão – mas a consciência da necessidade de impedi-la torna-se cada vez mais premente¹⁸¹.

O texto de Cheuiche, portanto, não ultrapassa a visão colonizadora de nossa literatura de fundação. Reconhece-se, no entanto, que a concentração do foco narrativo em um padre jesuíta, co-partícipe das ações de Sepé, resulta em dupla vantagem. Uma delas é a busca do verossímil, a outra estaria na tentativa de amenizar o caráter mítico.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁸¹ Op. cit. p. 115.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática Sepé Tiaraju desenvolveu um significativo percurso na produção literária sul-rio-grandense. Sua permanência, ao longo de momentos tão distintos, merece ser destacada, bem como as diferentes apropriações estabelecidas por diversos autores e as relações identitárias por elas propiciadas. A trajetória buscada por este estudo converge no sentido de perceber o quanto a concepção de um herói indígena submetido ao olhar de quem veio de fora contribui para a manutenção de parâmetros que remetem à situação de colonização. Com isso, concorrendo para o fortalecimento de um imaginário coletivo contraditório e, por conseqüência, prejudicial na construção de pilares culturais sólidos que apontem na direção da independência e da soberania.

Ao se perceber a região como uma unidade plenamente associável ao entendimento da nação vista como uma “comunidade imaginada”, conforme os pressupostos de Benedict Anderson, fica evidenciada a relevância dos “sistemas culturais amplos” como elementos aglutinadores. Por isso, conclui-se que o estabelecimento de uma narrativa que dá continuidade ao silenciamento do colonizado ratifica a dificuldade de este passar a perceber-se de outra forma que não seja esta em relação ao colonizador. Assim, segue colonizado, mesmo que os laços formais da colonização já tenham se dissipado há séculos. E é nessa direção que aponta a tradição que prima pela manutenção de um passado histórico idealizado, conveniente à perpetuação do *status quo* estabelecido.

A observação dos movimentos do pensamento tradicionalista gaúcho ao longo do tempo permite visualizar o processo de “invenção da tradição” regional aos moldes daqueles que Eric Hobsbawn postula ao perceber a construção identitária das nações. Desde os primeiros acordos do que viria a ser o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), ainda no final do século XIX, a perspectiva de preservação de aspectos bem delimitados do passado histórico sul-rio-grandense fica evidenciada. É fácil perceber, por exemplo, o caminho de “manter o cunho do nosso glorioso Estado”, no apelo do iniciador João Cezimbra Jacques. Assim, nessa esteira, o principal feito histórico – a Revolução Farroupilha, que se prolongou por uma década – presta-se a estabelecer uma seqüência de elementos que passam a demarcar simbolicamente quem é a gente do Rio Grande do Sul.

Das rodas informais à esfera oficial, tornam-se cristalizados uma bandeira herdada dos farrapos, um hino que exalta suas façanhas e uma das datas referenciais do tal “passado histórico apropriado”, para retomar uma expressão de Hobsbawn. Também vem das guerras a concepção identitária do habitante do Estado. O tipo gaúcho é forjado em meio aos conflitos armados, transmutando-se e ressignificando-se à medida que se altera a organização social e econômica sul-rio-grandense, pois fez-se necessário acomodar os atores da nova estrutura política regional. Uma síntese contraditória, fixada na historiografia e na literatura, relaciona os errantes do outrora pampa sem cercas aos peões das estâncias, construindo um imaginário que aplaina desigualdades e discrepâncias.

De forma semelhante, o debate atual do MTG busca integrar as diversas contribuições étnicas formadoras da população sul-rio-grandense em torno da figura do gaúcho. O discurso que norteia as festividades farroupilhas de 2006, por exemplo, evidencia a proposição de, mais uma vez, arrefecer contrastes ao invés de percebê-los com a devida clareza. O conceito básico, conforme consta no informativo do MTG ao explicar o tema “Assim se fez o gaúcho”, é claro: “O gaúcho, seus feitos, sua história, seus usos e costumes, seus ideais e princípios, é resultado do caldeamento das etnias.”

Na justaposição, os antigos opositores passam a figurar lado a lado com os defensores da ordem, os conflitos são minimizados e os ideais que os contrapunham são desconsiderados. A reconstrução imaginária, novamente contraditória, abarca todos: Sepé Tiaraju e os índios, os portugueses e os espanhóis, os vencidos e os vencedores, os colonizados e os colonizadores. Para isso, as divergências que os caracterizam são apagadas.

A literatura tem um papel inquestionável no processo que erige os alicerces culturais de um povo e os mantém ou desmonta. É assim que contribui significativamente na divulgação e na fixação dos parâmetros identitários, conforme procuramos perceber ao levantar as diversas versões que Sepé Tiaraju recebeu em diferentes momentos da formação brasileira e rio-grandense. Ao permanecer atenta a esta temática indígena, tal produção mostra-se direcionada a prosseguir com o debate. E, quem sabe, impulsioná-lo em direções ainda não exploradas. O que também quer dizer que o percurso já trilhado, que se configura longo e profícuo, parece estar longe de ser esgotado.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ASTRAIN, Antonio S. J. **Jesuitas, guaraníes y encomenderos**. 2. ed. Asunción: Artes SRL, 1996.

ARAÚJO, Homero; FISCHER, Luís Augusto. Para ler Raymundo Faoro. In: TARGA, Luiz. R. P. (org.) **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 47-62.

ARAÚJO, Rubens Vidal. **Os jesuítas dos 7 povos**. Porto Alegre: [s.n.], 1986.

BASTIDE, Roger. **Brasil terra de contrastes**. São Paulo: Difel, 1964.

BAIOTO, Rafael; QUEVEDO, Júlio; NASCIMENTO, Anna Olivia do. **São Luiz Gonzaga e São Lourenço Mártir**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

BAIOTO, Rafael e QUEVEDO, Júlio. **São Miguel das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

BARBOSA, Fernandes. **Sepé, o morubixaba rebelde**. Porto Alegre: Tipografia Santo Antônio, 1960 [?].

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 19-60.

BERNARDI, Mansueto. **Missões, índios e jesuítas**. Porto Alegre: Sulina, 1982. v. 7.

_____. **Obras completas: a Guerra dos Farrapos**. V. 6. Prefácio e notas de Itálico Marcon. Porto Alegre: EST/Sulina, 1981.

BERNARDI, Mansueto. **O primeiro caudilho rio-grandense: fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju**. Porto Alegre: EST/Sulina, 1980. (Obras completas)

BRUXEL, Arnaldo. **Os trinta povos guaranis**. 2. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1987.

CANDIDO, Antonio. A dois séculos d'O *Uruguai*. In: CÂNDIDO, A. **Vários escritos**. 3ªed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987. Pp. 140-162

_____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. São Paulo: Itatiaia/USP, 1975.

CARINGI, Maria Beatriz Mecking. **Sepé Tiaraju: a história, o mito e a literatura**. 1981. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-graduação em Lingüística e Letras, PUCRGS. Porto Alegre, 1981,

CESAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1971.

_____. **Notícia do Rio Grande: literatura**. Porto Alegre: IEL/Ed. da Universidade/UFRGS, 1994

CHAVES, Flávio Loureiro. Um caso ideológico: o centauro dos pampas. In: CHAVES, F. L. **História e literatura**. 2ªed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

_____. **Simões Lopes Neto: Regionalismo & Literatura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CHAVES, Vânia Pinheiro. **O despertar do gênio brasileiro: uma leitura de O Uruguai de José Basílio da Gama**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

_____. **'O Uruguai' e a fundação da literatura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CHEUICHE, Alcy. **Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões**. 4ªed. Porto Alegre: AGE, 1993.

CHIAPPINI, Lígia. História, regionalismo e ideologia: do Partenon a Simões Lopes (sobrevôo). In: CHIAPPINI, L. **No entretanto dos tempos: literatura e história em João Simões Lopes Neto**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 279-289.

_____. **Relações e tensões nos países do Mercosul: o lugar ambíguo da gauchescas brasileira**. 2004. Disponível em: <http://www.celpcyro.org.br/httpwww.celpcyro.org.brTemplatesRELAcoESETENSsoESNOSPaiSESDOMERCOSUL.htm>. Acesso em 28/5/2006.

COUTINHO, Eduardo F. A demolição de paradigmas europeus na construção da identidade cultural latino-americana. In: REIS, Livia de Freitas (org.) **Estudos & pesquisas: Fronteiras do literário**. Niterói: EDUFF, 1997.

CORONEL, Luiz. O dia em que conheci São Miguel. In: **O LEGADO das Missões**. Porto Alegre: W S Editor, 2000.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária: uma introdução**. São Paulo: Becca, 1999.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs). **RS: Cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DACANAL, J. H. Regionalismo, universalismo e colonialismo. In: DACANAL, J.H. **Ensaios escolhidos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 93-98.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ECO, Umberto. O mito do Superman. In: ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 239-279.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FANON, Frantz. **Sociologia de uma revolution**. México: Era, 1976.

FAORO, Raymundo. Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes. In: TARGA, Luiz. R. P. (org.) **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 39-46.

_____. Introdução ao estudo de Simões Lopes Neto. In: TARGA, Luiz. R. P. (org.) **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE; Lajeado: Univates, 1998. p. 23-38.

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas à independência – séculos XII a XX**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FLORES, Moacyr. **Colonialismo e missões jesuíticas**. Porto Alegre: Est/Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983.

_____. **Reduções jesuíticas dos guaranis**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

FLORES, Moacyr. Sepé Tiaraju: lenda, mito e história. **Véritas**, Porto Alegre, v. 21, n. 82, 1976. p.108-115.

FREITAS, Décio. **O socialismo missioneiro**. Porto Alegre: Movimento, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1976.

FRIEDMAN, Norman. Point of view in fiction: the development of a critical concept. In: STEVICK, P. **The theory of the novel**. New York: Free Press, 1967. p. 108-137.

GAMA, Basílio da. **O Uruguai**. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

GENETTE, Gerard. Verossímil e motivação. In: BARTHES, Roland. **Literatura e semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 7-34.

GOLIN, Tau. **Sepé Tiaraju**. Porto Alegre: Tchê, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz T. Silva e Guaracira L. Louro. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HANSEL, José. **A pérola das reduções jesuítica**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.

HAUBERT, Maxime. **Índios e jesuítas no tempo das missões: XVII-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HELENA, Lucia. A narrativa de fundação: Iracema, Macunaíma e Viva o povo brasileiro. **Letras**, Santa Maria, UFSM, v. 6, jul/dez 1993. p. 80-94

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) **A invenção das tradições**. Tradução de Celina de Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOHLFELDT, Antônio. A gauchesca na tradição nacionalista. In: Hohlfeldt, A. **Trilogia da campanha**. Porto Alegre: 1998. Dissertação (Mestrado) IEL/EDIPUCRS. Porto Alegre, 1998. p. 101-128.

_____. **Literatura e vida social**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

_____. **O gaúcho: ficção e realidade**. Rio/Brasília: Antares/INL, 1982.

JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1979.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez. **Utopias e missões jesuíticas**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

LARA, Elizabeth Rizzato. **O gaúcho a pé: um processo de desmitificação**. Porto Alegre: Movimento/FISC, 1985.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **Regionalismo e modernismo (O “caso” gaúcho)**. São Paulo: Ática, 1978.

LESSA, Barbosa. **São Miguel da Humanidade: uma proposição antropológica**. Porto Alegre: SAMRIG, 1984.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos e lendas do sul**. Porto Alegre: Globo, 1976. Pp. 100-107.

_____. **Contos gauchescos, lendas do sul e Casos de Romualdo**. Edição crítica por Lígia Chiappini. Rio/Brasília: Presença Edições/INL, 1988.

LUGON, Clóvis. **A república comunista cristã dos guaranis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

LUDMER, Josefina. O corpo do gênero e seus limites. In: LUDMER, J. **O gênero gauchesco: um tratado sobre a pátria**. Trad. Antônio Carlos Santos. Chapecó: Argos, 2002. p. 13-115.

MAROBIN, Luiz. **A literatura no Rio Grande do Sul: aspectos temáticos e estéticos**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

_____. **Painéis da literatura gaúcha**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1995.

MASSOT, Ivete S. L. B. **Simões Lopes Neto na intimidade**. Porto Alegre: BELS/IEL, 1974.

MALLMANN, Alfeu Nilson. **Retrato sem retoque das missões guaranis**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

MEYER, Augusto. O lunar de Sepé. In: MEYER, A. **A prosa dos pagos: 1941-1959**. Rio de Janeiro: São José, 1960. p. 187-204.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. Prosa de Ficção: 1870-1920. In: LINS, Álvaro. **História da Literatura Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. v. 12. p. 179-234.

MOREIRA, Maria Eunice. Regionalismo literário rio-grandense: invenção da historiografia literária. In: MALLARD, Leticia et al. **História da literatura – ensaios**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p. 75-97.

MTG/RS. **Informativo do MTG/RS**. Disponível em: <http://www.mtg.org.br/>. Acesso em: 21/5/2006

MURATÓRI, Ludovico Antonio. **O cristianismo feliz nas missões jesuíticas**. Santa Rosa: Instituto Educacional Dom Bosco, 1993.

NEUMANN, Eduardo. **O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata Colonial, 1640/1750**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

NUNES, Zeno & CARDOSO, Rui. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. 8ªed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 450-460.

OLIVEN, Ruben George. Na fronteira da nação: o regionalismo gaúcho. In: TARGA, Luiz. R. P. (org.) **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE; Lajeado: Univates, 1998. Pp. 304-319.

_____. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. A fabricação do gaúcho. **Ciências Sociais Hoje** – 1984 (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia). São Paulo: Cortez, 1984.

ORNELLAS, Manoelito. **Tiaraju**. Porto Alegre: Globo, 1945.

PORTO, Aurélio. **História das missões orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

PREISS, Jorge Hirt. **A música nas missões jesuíticas nos séculos XVII e XVIII**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.

PRITSCH, Eliana Inge. **As vidas de Sepé**. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras/Estudos Literários. UFRGS

QUEVEDO, Júlio. **A guerra guaraníca**. São Paulo: Ática, 1996.

REIS, C.; LOPES, A. C. **Dicionário de narratologia**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2002.

ROSARIO, Valeria Aydos. **A reinvenção de mitos e tradições missioneiras na Romaria da Terra, RS: o mito de Sepé Tiaraju**. 1999. Monografia (Trabalho de conclusão do Curso de Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia do IFCH, UFRGS. Porto Alegre, 1999.

ROULETT, Florencia. **La resistencia de los guarani del Paraguay a la conquista Española (1537-1556)**. Provincia de Misiones, Argentina: Universidad Nacional de Misiones, 1993.

REVERBEL, Carlos. **O gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata**. Porto Alegre: LP&M, 1986.

SANTI, Álvaro. **Do Partenon à Califórnia: O Nativismo Gaúcho e suas origens**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SANTOS, Julio R. Quevedo dos. **Rio Grande do Sul, aspectos das missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

- SEBEN, Paulo. **O Uruguai de Basílio da Gama**. Novo Hamburgo: Feevale, 2001
- SEVERAL, Rejane da Silveira. **A guerra guaranítica**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.
- SOARES, André Luis R. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SIMON, Mário. **Os sete povos das missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e poesia neoclássica**. São Paulo: Edusp, 1999.
- TREVISAN, Armindo. **A escultura dos sete povos**. Porto Alegre: Movimento, 1978.
- VERISSIMO, Erico. Um romancista apresenta sua terra. In: ? **Rio Grande do Sul, terra e povo**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- WATT, Ian. O realismo e a forma romance. In: WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 11-33
- WEINHARDT, Marilene. **Ficção histórica e regionalismo: estudo sobre romances do Sul**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004.
- WOLKMER, Antonio Carlos. **Direito e justiça na América indígena: da conquista à colonização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.
- ZILBERMAN, Regina. **A literatura no Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- ZILBERMAN, Regina. **A terra em que nasceste: imagens do Brasil na literatura**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- ZILBERMAN, Regina. História e literatura no Rio Grande do Sul. In: SCHÜLER, F.; BORDINI, M. G. (orgs.) **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 69-80.
- ZILBERMAN, Regina. **Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: LP&M, 1985.
- ZILBERMAN, Regina. **Roteiro de uma literatura singular**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

ANEXOS

Anexo 1: quadro comparativo apresentado por Eliana Pritsch¹⁸²

	<i>O Uruguai</i>	<i>O lunar de Sepé</i>	<i>Tiaraju</i>	<i>A fonte</i>	<i>Sepé Tiaraju, romance dos Sete Povos das Missões</i>
Personagem principal	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Personagem plana	Sim	Sim	Não	Não-sim	Não
Personagem redonda	Não	Não	Sim	Não-sim	Sim
Discurso direto	Sim	Não		Sim	
Infância de Sepé	Não	Sim	Não	Não	Sim
Narrador	Narrador épico	Narrador lírico	Narrador em 3ª pessoa	Narrador testemunha Pedro Missioneiro	Narrador testemunha Padre Miguel
Elementos sobrenaturais	Sim Sonho premonitório	Sim Lunar	Sim Lunar	Sim Lunar	Não Lunar
Santificação	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Detalhamento da morte	Sim	Não		Não	Sim
Vida afetiva (noiva)	Não	Não	Sim	Não	Sim

¹⁸² Quadro comparativo extraído de PRITSCH, Eliana Inge. **As vidas de Sepé**. Porto Alegre: 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras/Estudos Literários, UFRGS.

Anexo 2: CARTA DE PRINCÍPIOS - MTG¹⁸³

A "Carta de Princípios" atualmente em vigor foi aprovada no VIII Congresso Tradicionalista, levado à (sic) efeito no período de 20 a 23 de julho de 1961, em Taquara, e fixa os seguintes objetivos do Movimento Tradicionalista Gaúcho:

- I. Auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo.
- II. Cultuar e difundir nossa História, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar da nacionalidade.
- III. Promover, no meio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho.
- IV. Facilitar e cooperar com a evolução e o progresso, buscando a harmonia social, criando a consciência do valor coletivo, combatendo o enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que daí resulta.
- V. Criar barreiras aos fatores e idéias que nos vem pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo.
- VI. Preservar o nosso patrimônio sociológico representado, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lides e artes populares.
- VII. Fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social e através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais, etc.; criar em nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto frente aos problemas comuns.
- VIII. Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus descendentes.
- IX. Lutar pelos direitos humanos de Liberdade, Igualdade e Humanidade.
- X. Respeitar e fazer respeitar seus postulados iniciais, que têm como característica essencial a absoluta independência de sectarismos político, religioso e racial.
- XI. Acatar e respeitar as leis e poderes públicos legalmente constituídos, enquanto se mantiverem dentro dos princípios do regime democrático vigente.
- XII. Evitar todas as formas de vaidade e personalismo que buscam no Movimento Tradicionalista veículo para projeção em proveito próprio.
- XIII. Evitar toda e qualquer manifestação em proveito próprio.
- XIV. Evitar atitudes pessoais ou coletivas que deslustrem e venham em detrimento dos princípios da formação moral do gaúcho.

¹⁸³ Texto transcrito de <http://www.mtg.org.br/cartadepincipios.html>. Acesso em 28/5/2006.

XV. Evitar que núcleos tradicionalistas adotem nomes de pessoas vivas.

XVI. Repudiar todas as manifestações e formas negativas de exploração direta ou indireta do Movimento Tradicionalista.

XVII. Prestigiar e estimular quaisquer iniciativas que, sincera e honestamente, queiram perseguir objetivos correlatos com os do tradicionalismo.

XVIII. Incentivar, em todas as formas de divulgação e propaganda, o uso sadio dos autênticos motivos regionais.

XIX. Influir na literatura, artes clássicas e populares e outras formas de expressão espiritual de nossa gente, no sentido de que se voltem para os temas nativistas.

XX. Zelar pela pureza e fidelidade dos nossos costumes autênticos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas, que artificializem ou descaracterizem as nossas coisas tradicionais.

XXI. Estimular e amparar as células que fazem parte de seu organismo social.

XXII. Procurar penetrar a atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no seio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista Gaúcho a boa vontade e a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas.

XXIII. Comemorar e respeitar as datas, efemérides e vultos nacionais e, particularmente o dia 20 de setembro, como data máxima do Rio Grande do Sul.

XXIV. Lutar para que seja instituído, oficialmente, o Dia do Gaúcho, em paridade de condições com o Dia do Colono e outros "Dias" respeitados publicamente.

XXV. Pugnar pela independência psicológica e ideológica do nosso povo.

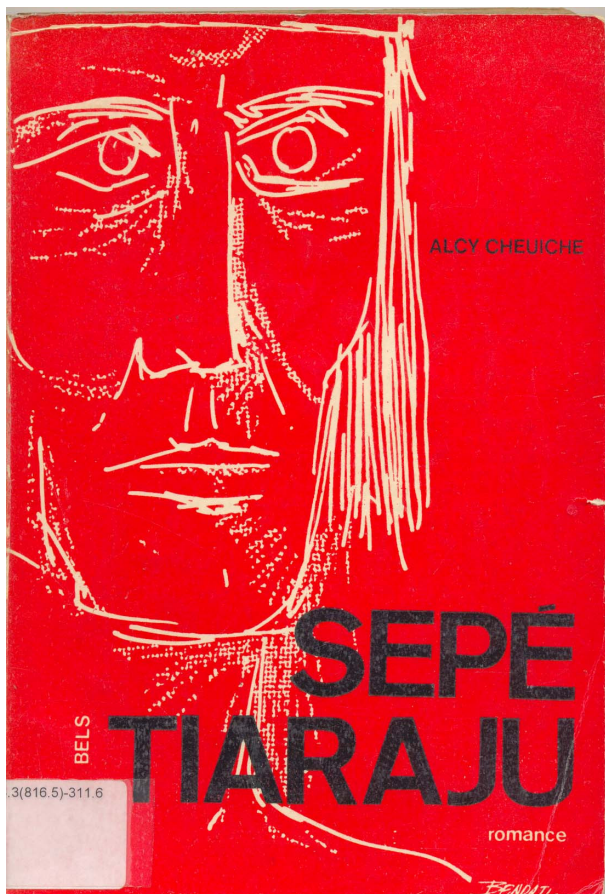
XXVI. Revalidar e reafirmar os valores fundamentais da nossa formação, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade.

XXVII. Procurar o despontamento da consciência para o espírito cívico de unidade e amor à Pátria.

XXVIII. Pugnar pela fraternidade e maior aproximação dos povos americanos.

XXIX. Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Rio-Grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do nosso Estado, rumando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa Pátria.

Anexo 3: capas das edições de *Sepé Tiaraju: romance dos Sete Povos das Missões*



1ª EDIÇÃO (1975)



2ª EDIÇÃO (1978)
3ª EDIÇÃO (1984)